



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

# ***DIÁRIO DA ASSEMBLEIA***

ANO XXIX PALMAS, SEXTA-FEIRA, 6 DE DEZEMBRO DE 2019.

Nº 2930  
Suplemento



## **MESA DIRETORA**

**Presidente:** Dep. Antonio Andrade (PTB)

**1º Vice-Presidente:** Dep. Eduardo do Dertins (Cidadania)

**2º Vice-Presidente:** Dep. Nilton Franco (MDB)

**1º Secretário:** Dep. Jorge Frederico (MDB)

**2º Secretário:** Dep. Cleiton Cardoso (PTC)

**3º Secretário:** Dep. Vanda Monteiro (PSL)

**4º Secretário:** Dep. Amália Santana (PT)

**Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO**

# Comissões Permanentes

## Local das Reuniões: Plenarinho

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reuniões às terças-feiras, às 14 horas.

#### MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Claudia Lelis  
Dep. Jair Farias - Vice-Pres.  
Dep. Ricardo Ayres - Pres.  
Dep. Valdez Castelo Branco  
Dep. Vanda Monteiro

#### MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Amália Santana  
Dep. Elenil da Penha  
Dep. Prof. Júnior Geo  
Dep. Olyntho Neto  
Dep. Leo Barbosa

### COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reuniões às quartas-feiras, às 8 horas.

#### MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Amélio Cayres  
Dep. Ivory de Lira  
Dep. Issam Saado - Vice-Pres.  
Dep. Olyntho Neto  
Dep. Nilton Franco - Pres.

#### MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Vilmar de Oliveira  
Dep. Prof. Júnior Geo  
Dep. Zé Roberto Lula  
Dep. Valdez Castelo Branco  
Dep. Jair Farias

### COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reuniões às terças-feiras, às 9 horas.

#### MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Jair Farias  
Dep. Zé Roberto Lula - Vice-Pres.  
Dep. Nilton Franco  
Dep. Fabion Gomes - Pres.  
Dep. Vilmar de Oliveira

#### MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Elenil da Penha  
Dep. Issam Saado  
Dep. Valdemar Júnior  
Dep. Ricardo Ayres  
Dep. Amélio Cayres

### COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reuniões às quartas-feiras, às 14 horas.

#### MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Elenil da Penha - Pres.  
Dep. Prof. Júnior Geo - Vice-Pres.  
Dep. Olyntho Neto  
Dep. Vilmar de Oliveira  
Dep. Zé Roberto Lula

#### MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Valdemar Júnior  
Dep. Ricardo Ayres  
Dep. Valdez Castelo Branco  
Dep. Amélio Cayres  
Dep. Issam Saado

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Reuniões às terças-feiras, às 11 horas.

#### MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Issam Saado  
Dep. Léo Barbosa - Vice-Pres.  
Dep. Prof. Júnior Geo - Pres.  
Dep. Valdez Castelo Branco  
Dep. Valdemar Júnior

#### MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Amália Santana  
Dep. Vanda Monteiro  
Dep. Fabion Gomes  
Dep. Luana Ribeiro  
Dep. Gleydson Nato

### COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Reuniões às quintas-feiras, às 9 horas.

#### MEMBROS EFETIVOS:

#### MEMBROS SUPLENTE:

### COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões às quintas-feiras, às 8 horas.

#### MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo do Dertins  
Dep. Elenil da Penha  
Dep. Issam Saado  
Dep. Léo Barbosa - Vice-Pres.  
Dep. Valdez Castelo Branco - Pres.

#### MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Ivory de Lira  
Dep. Nilton Franco  
Dep. Zé Roberto Lula  
Dep. Vanda Monteiro  
Dep. Olyntho Neto

### COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões às quintas-feiras, às 14 horas.

#### MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro - Pres.  
Dep. Cláudia Lelis  
Dep. Gleydson Nato  
Dep. Prof. Júnior Geo  
Dep. Vanda Monteiro - Vice-Pres.

#### MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Valdez Castelo Branco  
Dep. Amália Santana  
Dep. Valdemar Júnior  
Dep. Fabion Gomes  
Dep. Leo Barbosa

### COMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Reuniões às quintas-feiras, às 17 horas.

#### MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro  
Dep. Léo Barbosa - Pres.  
Dep. Ricardo Ayres - Vice-Pres.  
Dep. Valdemar Júnior  
Dep. Zé Roberto Lula

#### MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Olyntho Neto  
Dep. Vilmar de Oliveira  
Dep. Ivory de Lira  
Dep. Gleydson Nato  
Dep. Claudia Lelis

### COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

#### MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Amália Santana - Pres.  
Dep. Ivory de Lira  
Dep. Luana Ribeiro  
Dep. Nilton Franco  
Dep. Vanda Monteiro - Vice-Pres.

#### MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Claudia Lelis  
Dep. Eduardo do Dertins  
Dep. Valdez Castelo Branco  
Dep. Gleydson Nato  
Dep. Amélio Cayres

### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reuniões às terças-feiras, às 10 horas.

#### MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Claudia Lelis - Pres.  
Dep. Eduardo do Dertins  
Dep. Jair Farias  
Dep. Ricardo Ayres  
Dep. Vilmar de Oliveira

#### MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Issam Saado  
Dep. Prof. Júnior Geo  
Dep. Valdemar Júnior  
Dep. Fabion Gomes  
Dep. Amélio Cayres

### COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Reuniões às às horas.

#### MEMBROS EFETIVOS:

#### MEMBROS SUPLENTE:

### DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa

Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquigrafia e Documentação

Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO  
CEP 77003-905



2020



2023

PLANO PLURIANUAL

O TOCANTINS QUE DESEJAMOS

Novembro/2019

**Mauro Carlesse**

Governador

**Wanderlei Barbosa Castro**

Vice-Governador

**Antônio Poincaré Andrade Filho**

Assembleia Legislativa

**Severiano José Costandrade de Aguiar**

Tribunal de Contas

**Helvécio de Brito Maia Neto**

Tribunal de Justiça

**José Omar de Almeida Júnior**

Ministério Público Estadual

**Fábio Monteiro dos Santos**

Defensoria Pública

**Sandro Henrique Armando**

Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento

**Divino Allan Siqueira (respondendo)**

Secretaria Executiva da Governadoria

**Keliton de Sousa Barbosa**

Secretaria Extraordinária de Ações Estratégicas

**Claudinei Aparecido Quaresemin**

Secretaria Extraordinária de Parcerias Público-Privadas

**Eduardo Bonagura**

Secretaria Extraordinária de Políticas de Governo Descentralizadas

**Ivory de Lira Aguiar Cunha**

Secretaria Extraordinária de Assuntos Parlamentares

**Rolf Costa Vidal**

Casa Civil

**Júlio Manoel da Silva Neto**

Casa Militar

**Senivan Almeida de Arruda**  
Controladoria-Geral do Estado

**Sebastião Vieira de Melo**  
Secretaria da Comunicação

**Nivair Vieira Borges**  
Procuradoria-Geral do Estado

**Jaizon Veras Barbosa**  
Polícia Militar do Estado do Tocantins

**Reginaldo Leandro da Silva**  
Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Tocantins

**Edson Cabral de Oliveira**  
Secretaria da Administração

**Luiz Edgar Leão Tolini**  
Secretaria da Saúde

**Adriana da Costa Pereira Aguiar**  
Secretaria da Educação, Juventude e Esporte

**Cristiano Barbosa Sampaio**  
Secretaria da Segurança Pública

**César Hanna Halum**  
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura

**Aldison Wiseman Barros de Lyra (respondendo)**  
Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços

**Renato Jayme da Silva**  
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

**Juliana Passarin**  
Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação

**José Messias Alves de Araújo**  
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

**Heber Luís Fidelis Fernandes**  
Secretaria de Cidadania e Justiça

**Aparecido Nini Giacometto**

Agência de Mineração do Estado do Tocantins – AMETO

**Cláudio Alex Vieira**

Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/TO

**Divino José Ribeiro**

Instituto de Terras do Tocantins – ITERTINS

**Sebastião Albuquerque Cordeiro**

Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS

**Thiago Pinheiro Maciel**

Agência de Tecnologia da Informação – ATI-TO

**Sharlles Fernando Bezerra Lima**

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV-TOCANTINS

**Alberto Mendes da Rocha**

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC/TOCANTINS

**Thiago Pereira Dourado**

Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS

**Márcio Antônio da Silveira**

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins – FAPT

**Rérison Antonio Castro Leite**

Agência de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Inovação e Tecnologia do Estado do Tocantins – AEM

**Thaís Coelho de Souza Amaral Monteiro**

Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS

**Aldison Wiseman Barros de Lyra**

Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa – ADETUC

**Juliana Passarin (respondendo)**

Agência Tocantinense de Transportes e Obras – AGETO

**Juliana Passarin (respondendo)**

Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR

**Romis Alberto da Silva**

Agência Tocantinense de Saneamento – ATS

**Augusto de Rezende Campos**

Fundação Radiodifusão Educativa do Estado do Tocantins

**Augusto de Rezende Campos**

Universidade Estadual do Tocantins

**Denise Rocha Domingues**

Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A. – FomenTO

## **Secretaria da Fazenda e Planejamento**

**Sandro Henrique Armando**

Secretário

**Sergislei Silva Moura**

Secretário Executivo do Planejamento e Orçamento

**Dilma Caldeira de Moura**

Secretária Executiva da Fazenda

**Romildo Leite Dias**

Superintendente de Planejamento Governamental

**João José Rodrigues Brito**

Superintendente de Gestão Orçamentária

**David Siffert Torres**

Superintendente de Captação de Recursos e Gestão do Gasto Público

**Elizana Alves de Souza**

Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica

### ***Equipe técnica de Planejamento***

Bruno Moure Cícero

Cecília Amélia Miranda Costa

Daniel Guedes dos Santos

Danielle Alessa Silveira Machado

Doralice Mello Rocha Casé

Elizana Alves de Souza

Geizianne Pereira da Cunha

Gleudson Bezerra da Cruz

Grazielle Azevedo Evangelista

Ilda Celeste Lopez da Costa Martins

Joaquín Eduardo Manchola Cifuentes

José Anunciação Batista Filho

Kézia Araújo Dias

Laísila Ferreira Melgaço Silva

Leandro Roeder

Leônidas Xavier de Godoy Júnior



Milena Rosa Fernandes  
Odilon Dutra da Silva  
Patrícia Cordeiro Mármore  
Patrícia Regiane Machado Nepomuceno  
Paulo Augusto Barros de Sousa  
Raimundo Nonato Casé de Brito  
Rodrigo Sabino Teixeira Borges  
Romildo Leite Dias  
Sílvia Rodrigues Barros

***Equipe técnica de Orçamento***

João José Rodrigues Brito  
Maria Zélia Pereira Coelho  
José Pedro Dias Leite  
Dallyene Mendonça Mendes  
Edilza de Fátima da Silva Sérgio Monteiro  
João Paulo Soares Lima  
Joquebede Corado Lopes  
Neide Costa da Silva  
Edilson Gomes Pereira  
Leonel Brizola Seixas  
Luciana Pinto da Silva Brandão  
Roberto Mauro Guarda

***Equipe de Apoio da Secretaria da Fazenda e Planejamento.***

Antônio Filho Silva Pereira	Jucivaldo de Araujo Martins
Carlos Roberto Pereira Bertoni	Jurailson Moreira Bonfim
Cristovão Rodrigues de Carvalho Jr	Kellen Cristina Soares Wisniewski
David Cesar de Castilho Q. Malena	Kelma Lima de Sousa Rodrigues
David Siffert Torres	Kennedy Johnson Gomes de Oliveira
Delvam Silva Vasconcelos	Larisse Sales Castro
Edilson Gomes Pereira	Leidiane Cardoso Silva Oliveira
Edimilson Cirilo Folha	Leonel Brizola Seixas
Edir Pereira dos Santos	Lucas Ferreira Cunha
Edmilson Cirilo Folha	Luciano Alencar Silva
Élcio de Oliveira Dias	Maria Arlete de Carvalho Lima
Elcio Dias de Oliveira	Marinalva Pereira Cavalcante
Fernanda Amazonas Aires	Maristela Ferreira Campelo Fonseca
Gabriel Lacerda dos Santos	Melquias de Araujo Nascimento
Gilclésio Bezerra dos Santos	Paulo Augusto Barros de Sousa
Gleidson Bezerra da Cruz	Pedro Martins Aires
Joana Lopes da Silva	Ricardo Lima Gonçalves
Joana Lopes da Silva	Rildo Marcos Guarda
Joao Batista Leite Torres Morais	Ronan Amaral de Oliveira
Joao Carvalho di Pietro	Tainá Araujo de Carvalho
Joao Paulo Soares Lima	Vivian Dias Diniz
José Pedro Dias Leite	

***Equipe Técnica dos demais Órgãos:***

Adriana Silva Almeida	Gabriel da Luz
Adriane Heinrich dos Anjos	Geanny Carlos de Almeida Pinheiro
Alessandro David Vieira Martins	Heitor de Araujo Franco
Arlette Amaryllis Rocha Mascarenhas	Helle Seijane Martins
Aurélio Otávio Junqueira	Henrique Baptista da Silva
Bárbara Jesuína Mendes	Hidelbrando Bras da Silva Reis
Betânia Batista Martins	Ilaine Geisel Carvalho Silva Lima
Camila Heloísa A. G. Castelo Branco	Inácia Maria Bento Parente Franco
Cláudio Lísias Lima Rezende	Isaac Lima Braga
Cláudio M. Cavalcante Pinto Bragança	Israel Ferreira Marques
Cláudio Souza Fontinele	Jaqueline Torres Bomfim
Cléia Azevedo Glória	Jelciane da Silva Zambrano
Cleomar Arruda Silva	João da Silva Macedo
Debora Freitas do Carmo	João Ornato Benigno Brito
Denise Raposo França	João Putêncio de Sousa
Diogo Sousa Mattos	João Ricardo de A. Silva
Douglas Luiz dos Santos Souza	Kelsene Ramos Alencar
Écio Marques Silva	Luiza Regina Noletto
Edson Soaeres Maciel	Márcia Cristina Gonçalves da Cruz
Eliene da Silva Santos	Marcine Maciel Campos
Elisângela Pinheiro de A. Antunes	Mariana Rodrigues da Silva
Elizete da Silva Feitosa	Marcos Conceição da Silva
Erisvaldo de Oliveira Alves	Marcos Irondes Coelho de Oliveira
Felipe Roberto Azevedo Vasconcelos	Maria Sueli Martins
Flávia da Silva Melo	Marinalva Cordeiro Pinto
Florisvardo Tavares Sousa	Michel Lima Pires
Francisca Joilma Patrício F. Andrade	Mísia Saldanha
Francisco Carlos Gois Nonato	Núria Renata Ribeiro
Francisco Eriberto de Carvalho Brito	Patrícia Macena Lino

Patrícia Ribeiro Brito  
Raphael Macedo Santos  
Raimunda Nonata Diogo Araújo  
Regiane Sousa Chaves  
Renata Cristina Lage Souza  
Roberta Alves de Oliveira  
Rodrigo N. Lacerda Guimarães  
Ronildo Pereira da Silva  
Ronne Márcio Piagen Milhomens  
Silas Viana de Almeida

Suely Soares Fernandes  
Valdiram Câmara Gomes  
Valmir Pinheiro Alves Correia Neto  
Vinicius Augusto de Oliveira Silva  
Wagner de Oliveira Campos  
Wagner Fagundes Oliveira  
Waldir Demétrios da Costa Júnior  
Wesvanya Batista Glória  
Whatina Mota Silva



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

**ANEXO I AO PROJETO DE LEI Nº 10, de 20 de novembro de 2019.**

**DIMENSÃO ESTRATÉGICA, TÁTICA E OPERACIONAL**

**Palmas-TO  
Novembro/2019**



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

## SUMÁRIO

1. Apresentação	13
2. Estrutura e Metodologia	15
2.1 Dimensão Estratégica do PPA 2020-2023	17
2.1.1 Matriz Estratégica	20
2.1.2 Participação da Sociedade na Elaboração do PPA 2020-2023	22
2.2 Dimensão Tática	47
2.2.1 Gestão do Plano Plurianual	48
2.2.2 Regionalização do Plano	48
2.2.3 Programas Temáticos	49
2.2.3.1 Saúde	49
2.2.3.2 Segurança Pública, Assistência Social e Direitos Humanos	57
2.2.3.3 Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental	68
2.2.3.4 Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação	94
2.2.3.5 Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades	97
2.2.3.6 Gestão Pública, Participação Social e Dialogo Federativo.	106
3. Dimensão Operacional	112



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

### 1. Apresentação

Em cumprimento ao art. 80 da Constituição Estadual, apresenta-se o Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023. O Plano Plurianual – PPA, instrumento de planejamento e gestão, contém os programas temáticos de atuação das políticas públicas por meio de objetivos setoriais, indicadores, metas e ações, a serem executados pelo Poder Executivo, Assembleia Legislativa e Tribunal de Justiça, bem como pela Procuradoria-Geral de Justiça, Defensoria Pública e Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

O PPA é elaborado no primeiro ano de governo e planejado para os próximos quatro anos, alcançando um ano do governo seguinte. É organizado por meio de programas multisetoriais, compreendidos no arcabouço das ações governamentais e políticas públicas. Seus programas contemplam objetivos, indicadores e metas regionalizadas, cujo alcance deve ser obtido por meio de ações orçamentárias com produtos e metas financeiras definidas. O PPA passa a ser executado conforme orientação definida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e recursos previstos pela Lei Orçamentária Anual - LOA.

Para os governos, principalmente os estaduais que inauguraram novas administrações, a crise econômica mundial e do Brasil vem causando redução do crescimento e do consumo, preconizando queda na arrecadação e a consequente necessidade de redução de receitas e despesas nos orçamentos, e mesmo de contingenciamentos na execução orçamentária. E de outro lado, os diversos segmentos da sociedade aspiram por melhores serviços públicos e condições que favoreçam a retomada do desenvolvimento do Estado.

**Gestão como uma palavra de ordem** pressupõe a adoção de uma estratégia dual a partir da combinação de: **medidas emergenciais** de ajuste à realidade para enfrentar a grave situação econômico-financeira, com o intuito de recuperar a capacidade de investimento do Estado; e **medidas estruturantes**, numa perspectiva de longo prazo, estabelecendo bases para um novo processo de desenvolvimento econômico e social sustentável para o Tocantins. O desafio é o de fazer mais e melhor com menos, mas, sobretudo, fazer o que deve ser feito para a criação de valor público. Isto implica em:

- **Impulsionar o foco estratégico.** É necessária absoluta clareza dos objetivos governamentais a serem alcançados, transpondo o terreno das intenções em resultados reais. Essa tarefa nada fácil, mas imperativa, implica em escolhas e deverá, naturalmente, levar em conta, sobretudo as prioridades atribuídas pela sociedade.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Nesse sentido, foram realizados dez encontros regionais com a proposta de elencar desafios prioritários junto à sociedade civil organizada e elaborados os mapas estratégicos institucionais e o plano estratégico do Estado, que contribuem para o estabelecimento de diretrizes das políticas de Governo referentes ao quadriênio 2020 a 2023.

Um dos principais desafios, nesse quadriênio, é de institucionalizar o monitoramento e a avaliação dos resultados governamentais, com a geração de informações confiáveis sobre o desempenho de políticas, programas, objetivos, ações, produtos e serviços, promovendo aprendizado, melhoria contínua, transparência e otimização dos recursos.

- **Alinhar as estruturas implementadoras.** É necessário alinhar as estruturas implementadoras (o conjunto de órgãos e entidades governamentais e seus parceiros na sociedade) que serão os agentes geradores de resultados, pactuando com eles prioridades governamentais para fazer convergir planos e ações com a agenda de governo. Uma forma de se obter isso, mediante a contratualização de resultados, nos quais se identifica a contribuição de entes governamentais para a implementação da estratégia, é firmando um compromisso, entre a equipe de governo e o governante, baseado na definição clara de metas e ações. A contratualização também pode e deve ocorrer entre estruturas de governo e parceiros privados que, em determinados casos, possam reunir capacidades superiores em termos de qualidade e eficiência para executar políticas públicas com transparência e sob a supervisão do Poder Público.

- **Fortalecer, otimizar e adequar estruturas e processos,** tornando-os eficientes. Isto se dá com reestruturações, revisão e desburocratização de processos de trabalho, principalmente, daqueles que prestam serviços e atendimento aos cidadãos e empresas.

- **Valorizar e melhorar o desempenho das pessoas.** Este deve ser o objetivo maior de uma política de gestão de pessoas, servir de ideal para alinhar uma série de ações relacionadas à gestão de carreiras, remuneração, benefícios e capacitação. Nesse sentido, a formação de um quadro de pessoal adequado e comprometido com resultados requer um dimensionamento quantitativo e qualitativo da força de trabalho, o desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais e a introdução de sistemas de avaliação e remuneração baseados em resultados.





## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

- **Promover a participação, o controle social e o combate ao desperdício dos recursos públicos**, tornando o governo mais permeável e acessível à população em geral.

## 2. Estrutura e Metodologia

O Plano Plurianual estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital, custeio e outros delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, de modo a promover o desenvolvimento integrado do Estado.

A cada quatro anos, com a proximidade do processo de elaboração do Plano, busca-se aprimorar o método de elaboração deste, de forma a torná-lo cada vez mais eficiente no atendimento das necessidades da sociedade tocantinense e mais útil para o processo de gestão governamental como um todo, sendo capaz de lidar com a ideia de priorização de objetivos e ações.

O Plano Plurianual (PPA) foi construído tendo como diretrizes: o plano de governo, proposto durante a campanha eleitoral do Governador Mauro Carlesse, o mapa estratégico do Estado, os planejamentos estratégicos institucionais da maioria das secretarias e entidades do Estado, levando-se em conta as políticas públicas legalmente constituídas e os resultados da participação da sociedade nos encontros regionais.

### Diretrizes do PPA 2020-2023



Fonte: Sefaz 2019



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

O PPA 2020-2023 permitirá comunicar à sociedade os principais objetivos e metas do Governo do Estado de maneira simples e direta. É uma Administração Pública que valoriza a gestão para resultados com foco na melhoria da qualidade de vida da sociedade tocantinense.

A construção do PPA 2020-2023 traz como elemento estrutural, programas em função de temas que desafiantes e não mais em função de pontuais problemas ou uma deficiência a ser superada. Busca-se incorporar ao planejamento estadual a dimensão estratégica, a lógica intersetorial das políticas públicas, tornando-o capaz de promover a atuação governamental na busca por resultados que impactem na sociedade.

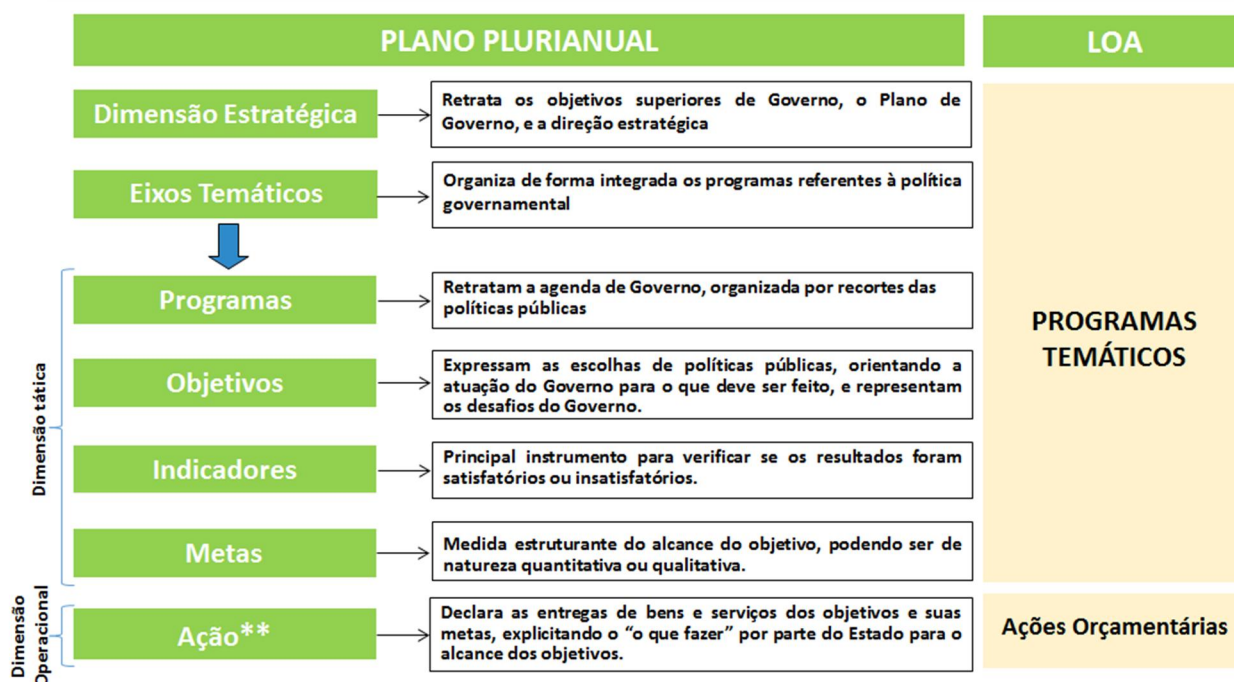
O PPA 2020-2023 consolida uma visão estratégica, participativa e regionalizada para o planejamento governamental com base em uma visão de futuro para o Estado, apresentando grandes Eixos Temáticos do Governo e os princípios que deverão nortear o comportamento da Administração Pública Estadual.

O Plano também permite a participação da sociedade na sua elaboração, bem como o controle social através do processo de monitoramento e avaliação dos indicadores de resultados governamentais.

O PPA passa, nesse sentido, a ter como foco a organização da ação de governo nas dimensões estratégica e tática – e a LOA responde pela organização na dimensão operacional –, estruturado em Eixos Temáticos, Programas Temáticos, Programas de Manutenção e Gestão, Objetivos Setoriais (indicadores e metas) e Ações, como apresenta a figura abaixo:



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS



Fonte: Sefaz 2019

Novos tempos, novos significados. Com a emergência de um novo contexto, o Estado necessariamente deverá ter um novo papel, de superações e parcerias, onde prioridade é a palavra chave.

Dessa maneira, o PPA vem a ser um instrumento de fácil leitura, com clareza ao colocar os objetivos, indicadores, metas e ações orçamentárias com foco em resultados para a sociedade.

### 2.1 Dimensão Estratégica do PPA 2020-2023

A base estratégica do Governo é representada por um conjunto de declarações que constituem a base sobre a qual se construirão os instrumentos de planejamento governamental. Representa a visão do Governo quanto ao processo de desenvolvimento do Estado do Tocantins e inclui o conjunto de compromissos do Governo com relação a esse processo de desenvolvimento. Integram a Base Estratégica a Visão de Futuro e os Objetivos Estratégicos, organizados por eixo de atuação do Governo.

A formulação da base estratégica exige a aplicação de técnicas de planejamento estratégico e envolve necessariamente o alto escalão do Governo do Estado, com a participação do Governador, Secretários e respectivas assessorias.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Com base no programa de governo legitimado no processo eleitoral, de estudos setoriais e de outros elementos de conhecimento da realidade e da capacidade de implementação das políticas públicas de âmbito estadual, foi formulada a estratégia do Governo, representada por três elementos fundamentais:

- **Visão de Futuro:** representa uma visão de longo prazo do processo de desenvolvimento. A Visão de Futuro será o ponto de partida para a formulação dos Objetivos Estratégicos do Governo. Associada à Visão de Futuro estão os Valores, ou seja, os princípios, normas tácitas ou padrões que norteiam a ação governamental. Mais do que um projeto de governo ou de Estado, a Visão deve se configurar como **um projeto de sociedade**.

- **Eixo de formulação e execução de políticas públicas:** eixos temáticos em torno dos quais o Governo organiza seus objetivos, especificados em:

- ✓ **Saúde;**
- ✓ **Educação, ciência, tecnologia e inovação;**
- ✓ **Segurança pública, assistência social e direitos humanos;**
- ✓ **Estrutura produtiva e sustentabilidade ambiental;**
- ✓ **Infraestrutura, desenvolvimento regional e rede de cidades; e**
- ✓ **Gestão pública, participação social e diálogo federativo.**

- **Objetivos Estratégicos** – conferem materialidade e significância à Visão de Futuro, apresentando a situação desejada no horizonte de vigência do PPA, observando-se os condicionantes políticos e financeiros, em busca dos quais a administração traçará suas linhas de ação. Os Objetivos Estratégicos são, acima de tudo, fatores de mobilização, de articulação e diretrizes para o alcance dos resultados das políticas públicas, podendo ser organizados a partir de áreas ou de eixos de atuação do Governo.

Essas declarações estratégicas foram apresentadas sob a forma de Mapa Estratégico como demonstra a figura a seguir:

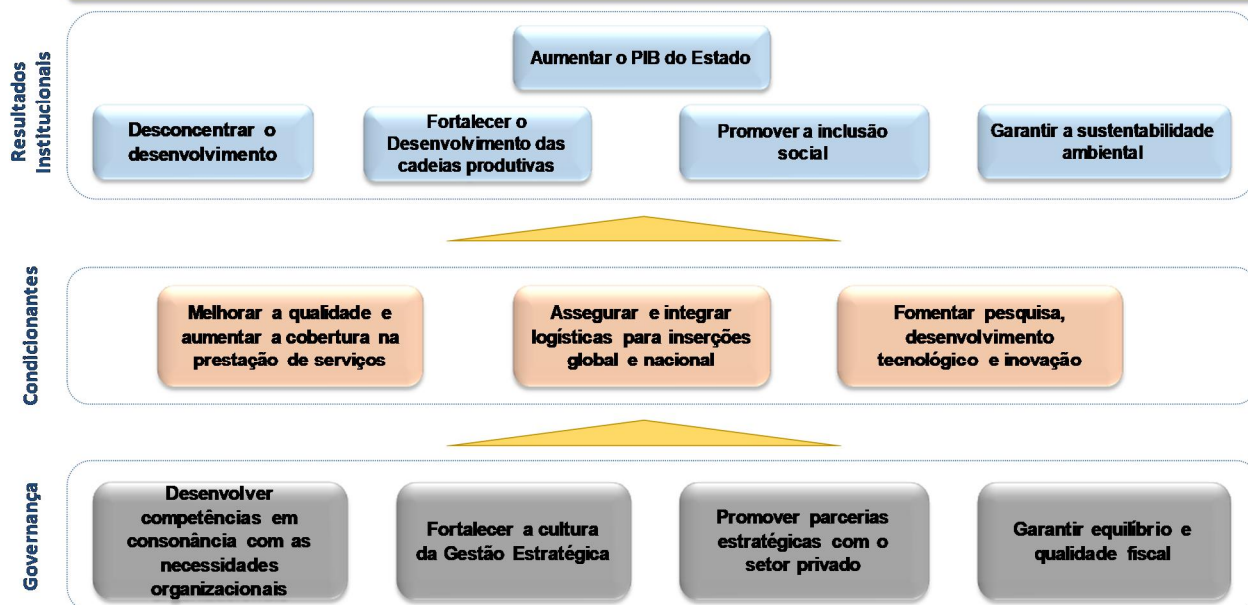


## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

### MAPA ESTRATÉGICO DO ESTADO DO TOCANTINS

#### Referencial estratégico

**Visão: Estado símbolo do desenvolvimento sustentável em benefício da Sociedade**



Fonte: Sefaz 2019

A primeira perspectiva (Resultados) está baseada no tripé: qualidade de vida – desenvolvimento econômico – sustentabilidade e contempla objetivos estratégicos de inclusão social, equilíbrio regional, economia competitiva com valor agregado, cadeias produtivas e qualidade ambiental.

A segunda (Condicionantes) está orientada para a construção das viabilidades para o novo desenvolvimento e inclui objetivos de ampliação e melhoria da rede de serviços integrados (educação, saúde, segurança, emprego e renda, dentre outros), de garantia de logística e infraestrutura necessárias e de fomento à inovação e empreendedorismo.

A terceira (Governança) enfatiza a necessidade de fortalecer as capacidades de governo e de segmentos da sociedade para o provimento das condicionantes e para a promoção do desenvolvimento.

O PPA 2020-2023 do Governo do Tocantins consolida uma visão estratégica, participativa e regionalizada para o planejamento governamental e apresenta os seguintes princípios norteadores:



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS



Fonte: Sefaz 2019

### 2.1.1. Matriz Estratégica

A matriz estratégica do PPA é composta por eixos e programas temáticos. Os programas temáticos, temas de políticas públicas, são agrupados no Poder Executivo e Outros Poderes, conforme o quadro a seguir:



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

<b>PODER EXECUTIVO</b>	
<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Programas Temáticos</b>
Saúde	Integração de Ações e Serviços de Saúde
Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação	Educação de qualidade e formação cidadã
	Educação Tecnológica, Profissional e Superior
	Cultura
	Ciência, Tecnologia e Inovação
Segurança Pública, Assistência Social e Direitos Humanos	Segurança Cidadã
	Assistência Social
	Trabalho e Mercado
	Juventude, Esporte e Lazer
Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental	Direitos Humanos
	Desenvolvimento Agropecuário
	Infraestrutura Hídrica para Irrigação e Usos Múltiplos
Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades	Meio Ambiente e Recursos Hídricos
	Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação
	Transporte e Logística
	Infraestrutura Pública
Gestão Pública, Participação Social e Dialogo Federativo	Indústria, Comércio, Serviços, Mineração e Turismo
	Planejamento, Orçamento e Gestão
<b>OUTROS PODERES</b>	
Poder Judiciário e Prestação Jurisdicional	Desenvolvimento Estratégico
	Efetividade da Prestação Jurisdicional
Poder Independente	Justiça
	Modernização e Governança da Justiça
Poder Legislativo	Controle Externo da Gestão dos Recursos Públicos
Autônomos Essenciais à Justiça	Justiça
	Modernização e Governança da Justiça





## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

### 2.1.2. Participação da Sociedade na Elaboração do PPA 2020-2023

A participação social tem sido importante método de atuação do Governo do Estado do Tocantins e pode ser entendido como mobilização da sociedade para debater, colaborar e propor ideias que conduzam o governo a maior efetividade e responsabilização.

O art. 19 da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) estabelece que:

*“Todo ser humano tem o direito de liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de expressar opiniões sem sofrer interferência e de pesquisar, receber e transmitir informações e ideias através de qualquer mídia e sem restrição de fronteiras”. (ONU, 1948).*

Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento, as Consultas Públicas são:

*“(...) processo de mão dupla. Não se trata simplesmente da condução de reuniões formais ou audiências públicas, mas sim de um processo que envolve duas ações: informar e ouvir. A consulta é o meio pelo qual um projeto engaja as pessoas e comunidades (...). É uma etapa essencial que pode determinar o êxito ou fracasso de qualquer projeto ou programa. (BID, 2013, p. 6)”*

A Consulta Pública é um dos instrumentos da metodologia de elaboração do PPA, conforme dispõe o inciso I do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000:

“.....  
I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;”(incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Os princípios que nortearam a realização das Consultas Públicas foram:

- **Participação:** Todos os interessados têm o direito de participar da discussão pública, de acordo com a metodologia apresentada;





## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

- **Impessoalidade:** O processo será conduzido sem prejudicar ou beneficiar determinadas pessoas ou grupos em particular;
- **Interesse Público:** O interesse social é maior do que o individual;
- **Legitimidade:** Representativa e transparente;
- **Motivação:** A administração pública apresentará claramente os fundamentos que embasam as demandas e prioridades para formulação do PPA 2020-2023; e
- **Transparência:** A divulgação será clara e abrangente.

Na condução das Consultas Públicas, pautou-se pelo respeito à diversidade, cordialidade, respeito e pela não influência dos participantes no momento de priorização nos grupos setoriais e na plenária geral.

O processo de articulação, mobilização e comunicação aconteceu de forma conjunta, com várias Secretarias do Estado, notadamente a da Fazenda e Planejamento, da Governadoria e Comunicação. Foram enviados ofícios e convites às Prefeituras Municipais, Câmaras Municipais, outras Instituições Públicas Federal e Estadual, Entidades Classistas, paraestatais, etc.

A mobilização dos atores locais e regionais aconteceu *in loco*, com antecedência, onde a equipe técnica da Secretaria da Fazenda e Planejamento convidava lideranças populares, políticas, empresariais e do terceiro setor, explicando a metodologia, a forma de participação e a importância da participação social nas consultas públicas e sua contribuição na formulação do PPA 2020-2023. Foram entregues *folders* e houve divulgação em redes sociais oficiais do Estado e nos meios de comunicação, ampliando a divulgação e informando a importância da participação da sociedade nos encontros regionais.

O Governo do Estado concedeu total apoio aos participantes garantindo sua atuação e bem-estar, utilizando, com planejamento e eficiência, os recursos financeiros, materiais e humanos destinados ao desenvolvimento dos trabalhos.

Antes da realização dos trabalhos de campo, mobilização e consultas regionais, a equipe técnica da SEFAZ e demais Secretarias do Estado foram capacitadas para desenvolver seus trabalhos com excelência.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

A metodologia foi desenvolvida pela a equipe técnica da SEFAZ, bem como as soluções tecnológicas.

Foram definidos 06 (seis) Eixos Temáticos de discussões, com seus respectivos temas:

<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Temas</b>
Saúde	Atenção Primária a Saúde (APS); Serviços Ambulatoriais e hospitalares (Atenção Especializada); Promoção da Saúde.
Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos	Segurança Pública; Assistência Social e Cidadania e Justiça.
Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo	Gestão da Captação de Recursos; Consórcios Públicos; Capacitações; Diálogos Federativos.
Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental	Agricultura familiar; Agronegócios; Desenvolvimento Industrial, Comercial e Turístico; Trabalho e Mercado; Cultura, Arte Popular e Eventos; Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Gestão Territorial.
Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação	Educação Básica, Tecnológica, Profissional e Superior; Juventude, Esporte e Lazer; Ciência, Tecnologia e Inovação.
Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades	Transporte e Logística; Habitação; Abastecimento de Água e Saneamento Básico; Desenvolvimento Regional; Energia; Infraestrutura das Cidades; Irrigação e Usos Múltiplos da Água.

Fonte: SEFAZ, 2019

Após estudos técnicos e debates com as equipes de planejamento dos órgãos setoriais foram apresentados 25 (vinte e cinco) desafios para as discussões nos Eixos Temáticos das consultas públicas.

Os desafios foram entendidos no contexto dos Eixos Temáticos, como orientações, guias, rumos. São linhas que definem e regulam um traçado ou um caminho a seguir. Desafios podem ser entendidos como as instruções ou indicações para se estabelecer um produto, uma ação, uma entrega.

As consultas públicas foram organizadas em duas etapas: a primeira, uma abertura institucional, com a presença do Chefe do Poder Executivo, Secretários de Estado, Legislativo Estadual, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Prefeitos e Vereadores das Regiões. A segunda parte, quando se realizavam as discussões, os credenciados, a partir da sua inscrição, participavam



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

dos Eixos Temáticos. Nos Eixos Temáticos, a organização das discussões era conduzida por um moderador, um relator e especialistas nas áreas.

O moderador era responsável por incentivar a participação de todos, explicar a metodologia e a construção dos resultados esperados, o relator, designado para registrar a memória das discussões, responsável por fazer os ajustes de redação e auxiliar o moderador na condução dos trabalhos e os especialistas, responsáveis para esclarecer o tema dentro dos grupos e/ou dúvidas surgidas durante a consulta pública, sempre que solicitado.

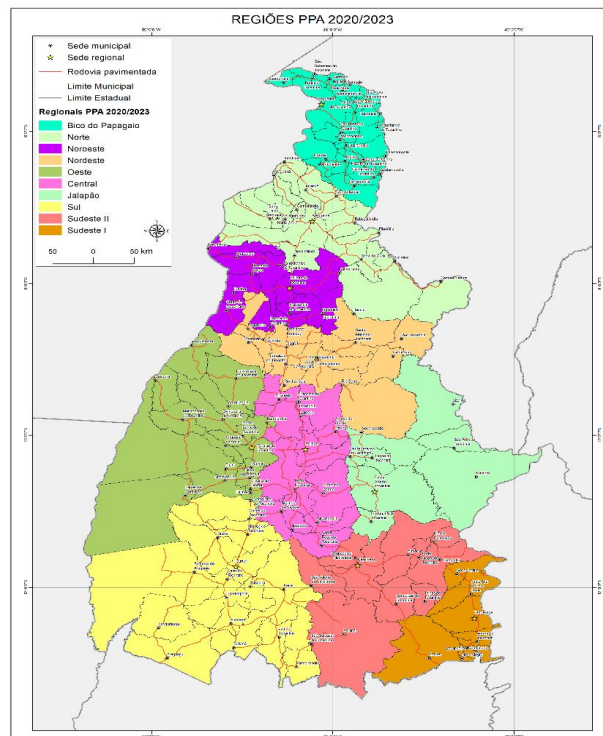
Os participantes eram divididos em cada eixo temático, em subgrupos, para facilitar e, ao mesmo tempo, contemplar maior participação. Ao final dos debates, os participantes priorizaram o desafio que consideravam o primordial no seu Eixo Temático, por votação eletrônica, cada participante podendo votar uma única vez. Em seguida, na Plenária Final, eram apresentados os 06 (seis) desafios prioritários, para se eleger a “prioridade das prioridades” da respectiva região. Por indicação dos participantes dos Eixos Temáticos, eram escolhidos representantes para fazer a defesa da importância da eleição do desafio para a região; após as defesas, novamente os participantes votavam eletronicamente, uma única vez, com resultados apresentados logo em seguida.

A regionalização, bem como a definição dos municípios sedes das Consultas Públicas atenderam os critérios socioeconômicos, políticos, históricos e geográficos.

Foram realizadas 10 (dez) consultas públicas regionais, abrangendo os 139 municípios:



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS



Fonte: Sefaz, 2019

### • CONSULTAS PÚBLICAS

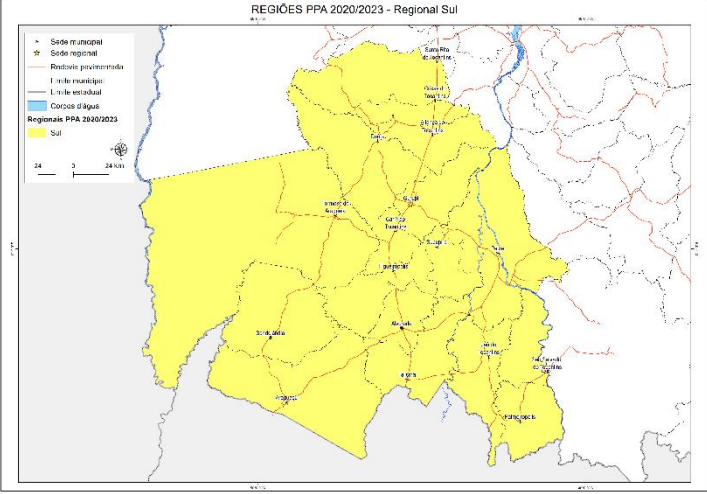
#### PPA 2020-2023 – Região Sul – Tocantins

A primeira consulta pública foi realizada na região Sul do Estado, no município de Gurupi, no dia 30 de abril de 2019, na Escola Estadual Centro de Ensino Médio Bom Jesus, com a participação de 323 pessoas credenciadas.

A abertura oficial aconteceu com a presença do Excelentíssimo Governador do Estado Mauro Carlesse, Secretários de Estado, Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Prefeitos e Vereadores da Região.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Região Sul	Municípios
	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Alvorada</li><li>2. Formoso do Araguaia</li><li>3. Aliança do Tocantins</li><li>4. Araguaçu</li><li>5. Cariri do Tocantins</li><li>6. Crixás do Tocantins</li><li>7. Dueré</li><li>8. Figueirópolis</li><li>9. Gurupi</li><li>10. Jaú do Tocantins</li><li>11. Palmeirópolis</li><li>12. Peixe</li><li>13. Sandolândia</li><li>14. Santa Rita do Tocantins</li><li>15. São Salvador</li><li>16. Sucupira</li><li>17. Talismã</li></ol>

Fonte: Sefaz/DZEE

O resultado após os debates e o processo de votação eletrônica é o que segue:

### 1ª Prioridade Principal:

- Eixo Temático: Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação

Construir, adequar e aparelhar as Unidades Escolares de forma a integrar os ambientes físicos, garantir a acessibilidade, climatização, cobertura das quadras poliesportivas; laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, biblioteca, brinquedoteca, videoteca, aparelhos de som, multimídia e mobiliário adequado.

### 2ª Prioridade:

- Eixo Temático: Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades

**Desafio:** Desenvolver e ampliar as condições de trafegabilidade da malha rodoviária, pavimentando novos trechos e melhorando as condições das rodovias, a fim de garantir melhor eficiência do sistema rodoviário.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

### 3ª Prioridade:

- Eixo Temático: Saúde

**Desafio:** Fortalecer a Atenção Básica no município para que seja mais resolutiva.

- Eixo Temático: Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos

**Desafio:** Promover ações para a redução dos índices de violência contra a mulher.

### 4ª Prioridade:

- Eixo Temático: Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental

**Desafio:** Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica à agricultura familiar, com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.

### 5ª Prioridade:

- Eixo Temático: Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo

**Desafio:** Realizar pesquisas e estudos para identificar potencialidades e entraves econômicos, sociais e ambientais regionais.

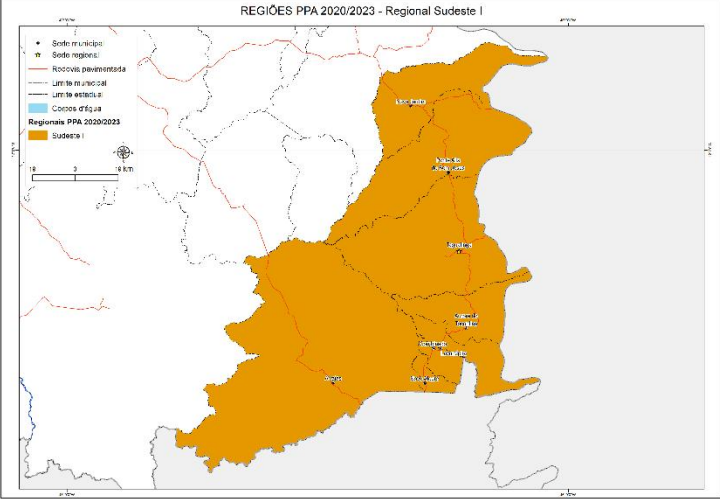
### PPA 2020-2023 – Região do Sudeste I - Tocantins

A segunda consulta pública foi realizada na região Sudeste I, no município de Taguatinga, no dia 15 de maio de 2019, na Escola Estadual Professor Aureliano, com a participação de 450 pessoas credenciadas.

A abertura oficial aconteceu com a presença do Excelentíssimo Governador do Estado Mauro Carlesse, Secretários de Estado; Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Prefeitos e Vereadores da Região.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Região Sudeste I	Municípios
	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Arraias</li><li>2. Aurora do Tocantins</li><li>3. Combinado</li><li>4. Lavandeira</li><li>5. Novo Alegre</li><li>6. Novo Jardim</li><li>7. Ponte Alta do Bom Jesus</li><li>8. Taguatinga</li></ol>

Fonte: Sefaz/DZEE

O resultado, após os debates e o processo de votação eletrônica, é o que segue:

**1ª Prioridade Principal:**

- Eixo Temático: Saúde

Organizar a Rede de Atenção à Saúde (ênfase nas doenças crônicas: oncologia e nefrologia), principalmente de média e alta complexidade.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

### **2ª Prioridade:**

- Eixo Temático: Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental

**Desafio:** Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica à agricultura familiar, com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.

### **3ª Prioridade:**

- Eixo Temático: Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação

**Desafio:** Valorizar os profissionais da Educação.

### **4ª Prioridade:**

- Eixo Temático: Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos

**Desafio:** Promover o acesso a estágio remunerado e ao primeiro emprego para estudantes regularmente matriculados na rede pública de ensino.

### **5ª Prioridade:**

- Eixo Temático: Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e rede de cidades

**Desafio:** Apoiar a economia verde, criativa e os eixos culturais (folclore, danças, arte, música etc.) da base social municipal, utilizando seu potencial dinamizador do crescimento do capital social e econômico.

### **6ª Prioridade:**

- Eixo Temático: Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo

**Desafio:** Fomentar a criação e fortalecimento dos consórcios públicos intermunicipais.



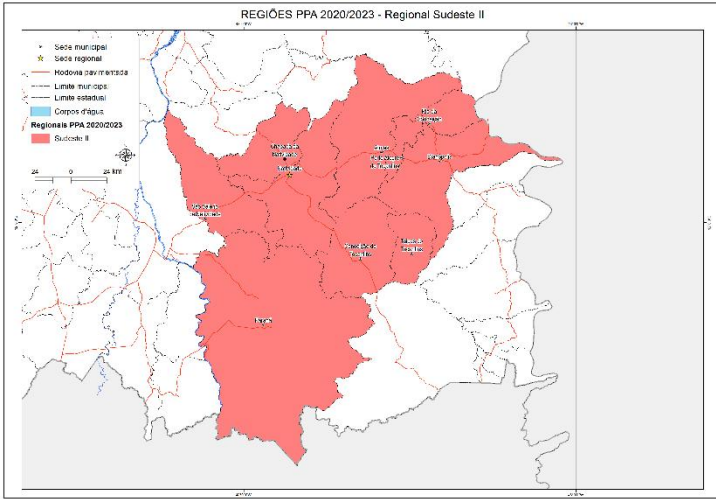


## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

### PPA 2020-2023 – Região Sudeste II - Tocantins

A terceira consulta pública foi realizada na região Sudeste II, no município de Natividade, na Escola Estadual Dr. Quintiliano da Silva, com a participação de 324 pessoas credenciadas.

A abertura oficial aconteceu com a presença do Excelentíssimo Governador do Estado Mauro Carlesse, Secretários de Estado; Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Prefeitos e Vereadores da Região.

Região Sudeste II	Municípios
	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Almas</li><li>2. Chapada da Natividade</li><li>3. Conceição do Tocantins</li><li>4. Dianópolis</li><li>5. Natividade</li><li>6. Paranã</li><li>7. Porto Alegre do Tocantins</li><li>8. Rio da Conceição</li><li>9. São Valério da Natividade</li><li>10. Taipas do Tocantins</li></ol>

Fonte: Sefaz/DZEE

O resultado, após os debates e o processo de votação eletrônica, é o que segue:

#### 1ª PRIORIDADE PRINCIPAL:

- Eixo Temático: Saúde

Estadualizar o Hospital de Natividade em Porte 1.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

### 2ª Prioridade:

- Eixo Temático: Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental

**Desafio:** Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica à agricultura familiar, com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.

### 3ª Prioridade:

- Eixo Temático: Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação

**Desafio:** Construir, adequar e aparelhar as Unidades Escolares de forma a integrar os ambientes físicos, garantir a acessibilidade, climatização, cobertura das quadras poliesportivas; laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, biblioteca, brinquedoteca, videoteca, aparelhos de som, multimídia e mobiliário adequado.

### 4ª Prioridade:

- Eixo Temático: Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos

**Desafio:** Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para a Assistência Social.

### 5ª Prioridade:

- Eixo Temático: Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades

**Desafio:** Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios visando à melhoria da infraestrutura urbana.





## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

O resultado após os debates e o processo de votação eletrônica é o que segue:

### 1ª PRIORIDADE PRINCIPAL:

- Eixo Temático: Saúde

Organizar a Rede de Atenção à Saúde, com ênfase na rede cegonha, principalmente quanto aos serviços de média e alta complexidade.

### 2ª Prioridade:

- Eixo Temático: Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos

**Desafio:** Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para a Assistência Social (Novo Desafio).

### 3ª Prioridade:

- Eixo Temático: Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação

**Desafio:** Construir, adequar e aparelhar as Unidades Escolares de forma a integrar os ambientes físicos, garantir a acessibilidade, climatização, cobertura das quadras poliesportivas; laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, biblioteca, brinquedoteca, videoteca, aparelhos de som, multimídia e mobiliário adequado.

### 4ª Prioridade:

- Eixo Temático: Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental

**Desafio:** Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica à agricultura familiar, com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.

### 5ª Prioridade:

- Eixo Temático: Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede De Cidades



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

**Desafio:** Integrar a malha viária (asfalto, pontes, galerias, bueiros) para superar o difícil acesso aos municípios e comunidades, e viabilizar a estratégia de integração do Estado e seu processo de produção e consumo.

### 6ª Prioridade:

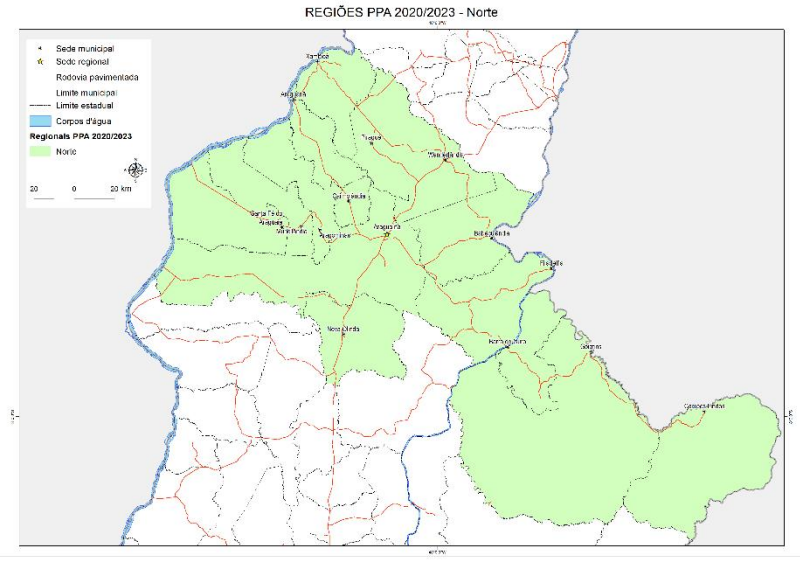
- Eixo Temático: Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo

**Desafio:** Ampliar e reestruturar a gestão e infraestrutura da captação, beneficiamento e distribuição de água nos municípios.

### PPA 2020-2023 – Região Norte - Tocantins

A quinta consulta pública foi realizada na região Norte, no dia 18 de junho de 2019, no município de Araguaína/TO, na Escola Estadual José Alves de Assis, com a participação de 560 pessoas credenciadas.

A abertura oficial aconteceu com a presença do Excelentíssimo Governador do Estado Mauro Carlesse, Secretários de Estado; Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Prefeitos e Vereadores da Região.

Região Norte	Municípios
	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Aragominas</li><li>2. Araguaína</li><li>3. Araguañã</li><li>4. Babaçulândia</li><li>5. Barra do Ouro</li><li>6. Campos Lindos</li><li>7. Carmolândia</li><li>8. Filadélfia</li><li>9. Goiatins</li><li>10. Muricilândia</li><li>11. Nova Olinda</li><li>12. Piraquê</li><li>13. Santa Fé do Araguaia</li><li>14. Wanderlândia</li><li>15. Xambioá</li></ol>

Fonte: Sefaz/DZEE



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

O resultado, após os debates e o processo de votação eletrônica, é o que segue:

### **1ª PRIORIDADE PRINCIPAL:**

- Eixo Temático: Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos

Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para a Assistência Social.

### **2ª Prioridade:**

- Eixo Temático: Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação

**Desafio:** Valorizar os profissionais da educação, priorizando a gestão democrática da escola pública, a remuneração digna, plano de carreira efetivo e formação de qualidade.

### **3ª Prioridade:**

- Eixo Temático: Saúde

**Desafio:** Criação de uma clínica de recuperação de dependentes químicos para crianças e adolescentes.

### **4ª Prioridade:**

- Eixo Temático: Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede De Cidades

**Desafio:** Ampliar o investimento e estabelecer parcerias com os municípios para a manutenção de estradas vicinais.

### **5ª Prioridade:**

- Eixo Temático: Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo

**Desafio:** Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios visando



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

estabelecer modelos de governança e gestão pública, voltada ao desenvolvimento de programas e projetos para captação de recursos.

### 6ª Prioridade:

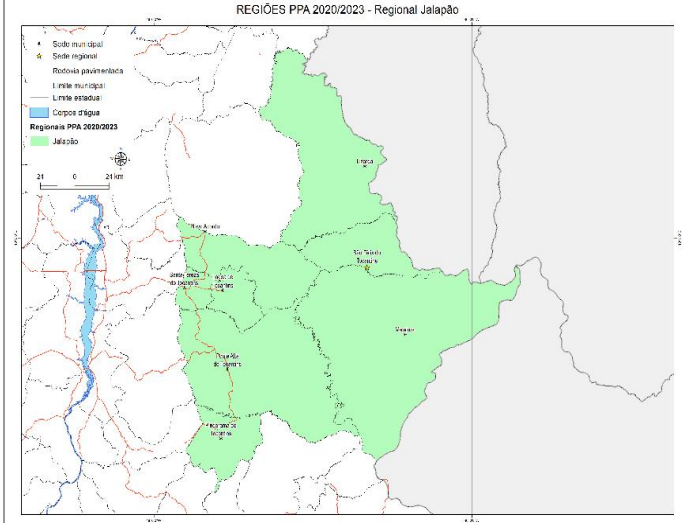
- Eixo Temático: Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental

**Desafio:** Avançar na remoção/solução de obstáculos jurídico-administrativos para concessão de áreas para atração e implantação de unidades produtivas - indústrias.

### PPA 2020-2023 – Região Jalapão – Tocantins

A sexta consulta pública foi realizada na região do Jalapão, no dia 9 de agosto de 2019, no município de São Félix do Tocantins/TO, na Escola Estadual Escola Estadual Sagrado Coração de Jesus, com a participação de 219 pessoas credenciadas.

A abertura oficial aconteceu com a presença do Excelentíssimo Governador do Estado Mauro Carlesse, Secretários de Estado; Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Prefeitos e Vereadores da Região.

Região Jalapão	Municípios
	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Lizarda;</li><li>2. Lagoa do Tocantins;</li><li>3. Mateiros;</li><li>4. Novo Acordo; Pindorama do</li><li>5. Tocantins; Ponte Alta do</li><li>6. Tocantins; Santa Tereza do</li><li>7. Tocantins; e São Félix do</li><li>8. Tocantins.</li></ol>

Fonte: Sefaz/DZEE



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

O resultado após os debates e o processo de votação eletrônica é o que segue:

### **1ª PRIORIDADE PRINCIPAL:**

- Eixo Temático: Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede De Cidades

Integrar a malha viária (asfalto, pontes, galerias, bueiros) para superar o difícil acesso aos municípios e comunidades, e viabilizar a estratégia de integração do Estado e seu processo de produção e consumo.

### **2ª Prioridade:**

- Eixo Temático: Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental

**Desafio:** Implementar políticas de desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo, integrando-as regionalmente, considerando os aspectos materiais e imateriais da cultura local, patrimônio histórico, cultural e ambiental, ampliando a rede de assistência técnica à agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.

### **3ª Prioridade:**

- Eixo Temático: Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação

**Desafio:** Construir, adequar e aparelhar as UEs de forma a integrar os ambientes físicos garantir a acessibilidade, capacitações dos profissionais, climatização, cobertura de quadras poliesportivas, laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, bibliotecas, brinquedoteca, videoteca, aparelho de som, multimídia, notebook para professores, mobiliário adequado, valorizar os profissionais e seus auxiliares, ampliar e qualificar; garantia financeira para manutenção e reparação de frota.

### **4ª Prioridade:**

- Eixo Temático: Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos

**Desafio:** Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para a Assistência Social.





## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

### 5ª Prioridade:

- Eixo Temático: Saúde

**Desafio:** Fortalecer a atenção à saúde da mulher, na prevenção do câncer de colo de útero e mama, nos serviços de apoio, diagnósticos e terapêuticos.

### 6ª Prioridade:

- Eixo Temático: Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo

**Desafio:** Fomentar a criação e fortalecimento dos consórcios públicos intermunicipais.

### PPA 2020-2023 – Região Oeste – Tocantins

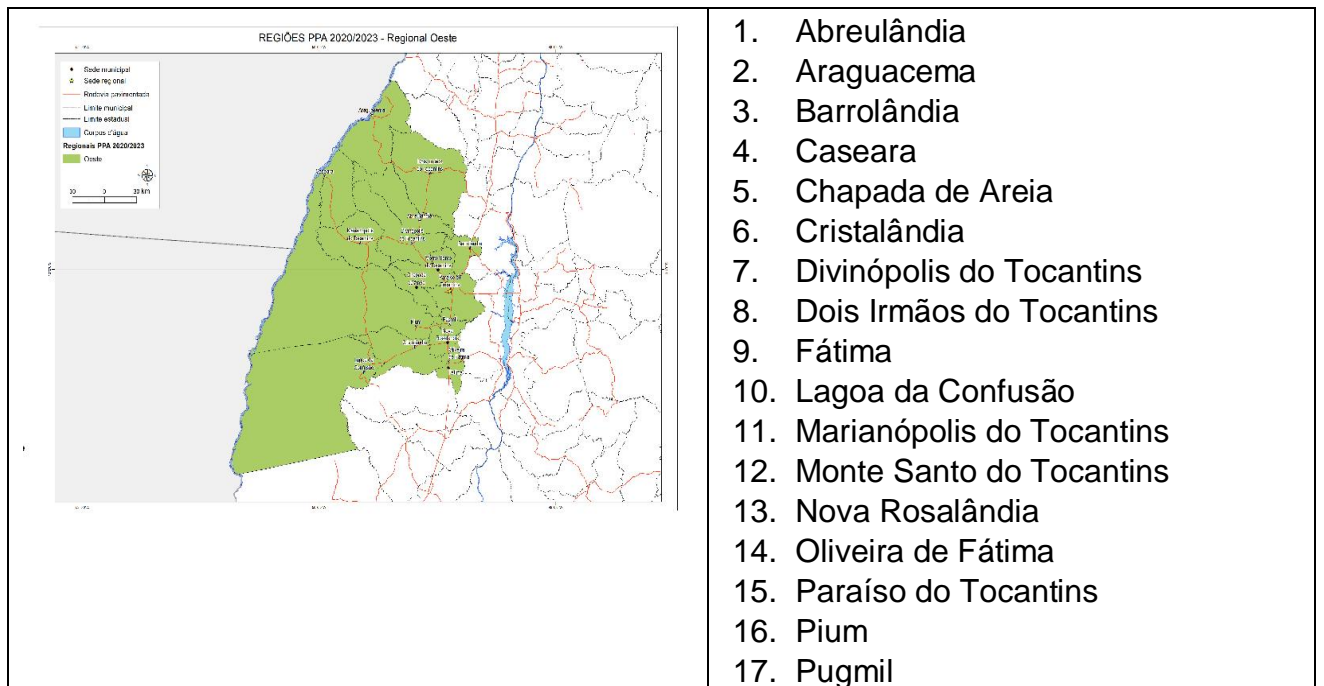
A sétima consulta pública foi realizada na região do Oeste, no dia 23 de agosto de 2019, no município de Paraíso do Tocantins/TO, na Escola Estadual José Alves de Assis, com a participação de 326 pessoas credenciadas.

A abertura oficial aconteceu com a presença do Excelentíssimo Governador do Estado Mauro Carlesse, Secretários de Estado; Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Prefeitos e Vereadores da Região.

Região Oeste	Municípios
--------------	------------



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS



Fonte: Sefaz/DZEE

O resultado, após os debates e o processo de votação eletrônica, é o que segue:

### 1ª PRIORIDADE PRINCIPAL:

- Eixo Temático: Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos

Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para a

### 2ª Prioridade: Assistência Social.

- Eixo Temático: Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação

**Desafio:** Construir, adequar e aparelhar as unidades escolares de forma a integrar os ambientes físicos, garantir a acessibilidade, climatização, cobertura das quadras poliesportivas; laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, bibliotecas, brinquedotecas, videoteca, aparelhos de som, multimídia, mobiliário adequado; aparato tecnológico que viabilize o monitoramento diário com câmeras.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

### 3ª Prioridade:

- Eixo Temático: Saúde

**Desafio:** Qualificar a rede pública hospitalar, nos serviços de urgência/emergência com ampliação da oferta de leitos, leitos de UTI, UTI Neonatal, reabilitação, integrando a assistência hospitalar com uma política de tratamento em domicílio articulada com a atenção básica por meio de eficiente regulação.

### 4ª Prioridade:

- Eixo Temático: Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades

**Desafio:** Ampliar o acesso à moradia digna, serviços de saneamento básico, ações de mobilidade e acessibilidade urbana.

### 5ª Prioridade:

- Eixo Temático: Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo  
**Desafio:** Ampliar e reestruturar a gestão e infraestrutura da captação, beneficiamento e distribuição de água nos municípios.

### 6ª Prioridade:

- Eixo Temático: Estrutura produtiva e sustentabilidade ambiental

**Desafio:** Proporcionar a regularização da produção da agricultura familiar para aumento da comercialização e distribuição pelo programa de aquisição de alimentos.

### PPA 2020-2023 – Região Nordeste – Tocantins

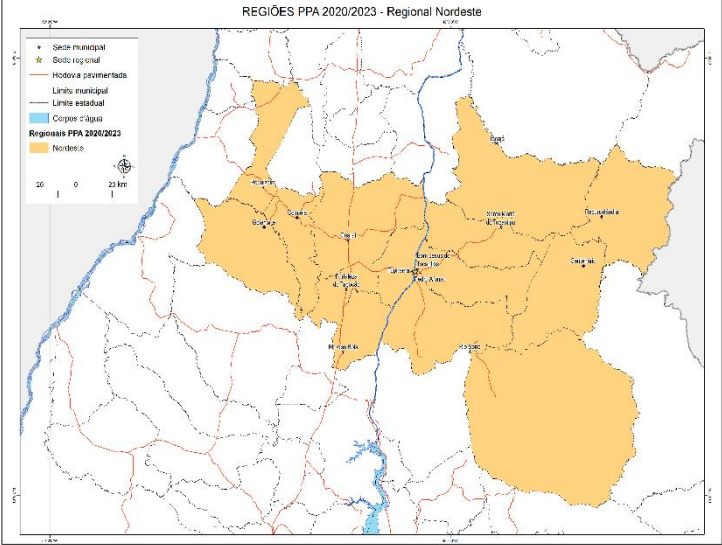
A oitava consulta pública foi realizada na região do Nordeste, no dia 3 de setembro de 2019, no município de Guaraí/TO, na Escola Estadual Oquerlina Torres, com a participação de 350 pessoas credenciadas.

A abertura oficial aconteceu com a presença do Excelentíssimo Governador do Estado Mauro Carlesse, Secretários de Estado; Poder Legislativo,



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Prefeitos e Vereadores da Região.

Região Nordeste	Municípios
	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Bom Jesus do Tocantins</li><li>2. Centenário</li><li>3. Colméia</li><li>4. Fortaleza do Tabocão</li><li>5. Goianorte</li><li>6. Guaraí</li><li>7. Itacajá</li><li>8. Pedro Afonso</li><li>9. Pequizeiro</li><li>10. Recursolândia</li><li>11. Rio dos Bois</li><li>12. Rio Sono</li><li>13. Santa Maria do Tocantins</li><li>14. Tupirama</li></ol>

Fonte: Sefaz/DZEE

O resultado, após os debates e o processo de votação eletrônica, é o que segue:

**1ª PRIORIDADE PRINCIPAL:**

- Eixo Temático: Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos

Garantir cofinanciamento aos municípios dos serviços e benefícios socioassistenciais na proteção básica e especial.

**2ª Prioridade:**

- Eixo Temático: Saúde

**Desafio:** Acessar e ampliar as especialidades na região, de acordo com as referências estabelecidas na Programação Pactuada e Integrada (PPI).



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

### 3ª Prioridade:

- Eixo Temático: Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação

**Desafio:** Valorizar os profissionais da Educação de acordo com o Plano Estadual de Educação (PEE), o Plano de Cargos, Carreira e Remunerações (PCCR) e assegurar a realização de concurso público.

- Eixo Temático: Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo

**Desafio:** Apoiar os municípios na regularização fundiária urbana e rural.

### 4ª Prioridade:

- Eixo Temático: Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades

**Desafio:** Integrar a malha viária (asfalto, pontes, galerias, bueiros) para superar o difícil acesso aos municípios e comunidades, e viabilizar a estratégia de integração do Estado e seu processo de produção e consumo.

### 5ª Prioridade:

- Eixo Temático: Estrutura produtiva e sustentabilidade ambiental

**Desafio:** Avançar na remoção/solução de obstáculos jurídico-administrativos para concessão de áreas para atração e implantação de unidades produtivas - indústrias, comércio e serviços, bem como na regularização fundiária urbana e rural.

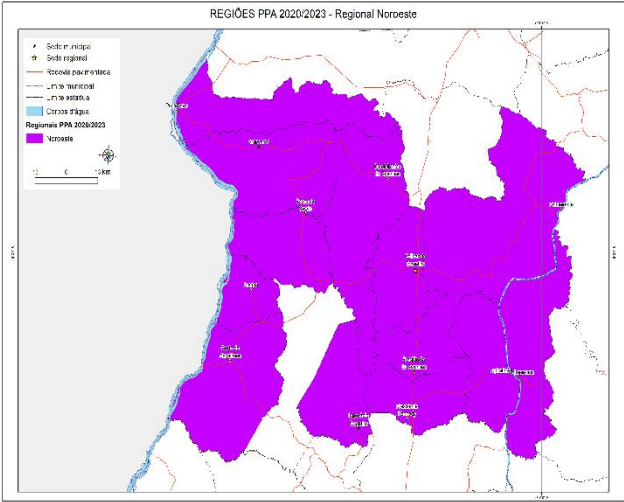
## PPA 2020-2023 – Região Nordeste - Tocantins

A nona consulta pública foi realizada na região do Noroeste, no dia 13 de setembro de 2019, no município de Colinas do Tocantins/TO, na Escola de Tempo Integral Ernesto Barros e contou com a participação de 349 pessoas credenciadas.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

A abertura oficial aconteceu com a presença de Secretários de Estado; Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Prefeitos e Vereadores da Região.

Região Noroeste	Municípios
	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Arapoema</li><li>2. Bandeirantes do Tocantins</li><li>3. Bernardo Sayão</li><li>4. Brasilândia do Tocantins</li><li>5. Colinas do Tocantins</li><li>6. Couto de Magalhães</li><li>7. Itapiratins</li><li>8. Itaporã do Tocantins</li><li>9. Juarina</li><li>10. Presidente Kennedy</li><li>11. Palmeirante</li><li>12. Pau d'Arco</li><li>13. Tupiratins</li></ol>

Fonte: Sefaz/DZEE

O resultado, após os debates e o processo de votação eletrônica, é o que segue:

### 1ª PRIORIDADE PRINCIPAL:

- Eixo Temático: Saúde

Qualificar a rede pública hospitalar, nos serviços de urgência/emergência com ampliação da oferta de leitos, leitos de UTI, UTI Neonatal, reabilitação, integrando a assistência hospitalar com uma política de tratamento em domicílio articulada com a atenção básica por meio de eficiente regulação.

### 2ª Prioridade:

- Eixo Temático: Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos

**Desafio:** Assegurar o repasse financeiro para a oferta dos serviços e benefícios na proteção social básica e especial.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

**3ª Prioridade:**

- Eixo Temático: Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação

**Desafio:** Valorizar os profissionais da Educação.

**4ª Prioridade:**

- Eixo Temático: Estrutura produtiva e sustentabilidade ambiental

**Desafio:** Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica à agricultura familiar, com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.

**5ª Prioridade:**

- Eixo Temático: Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo

**Desafio:** Apoiar os municípios na regularização fundiária urbana e rural.

**6ª Prioridade:**

- Eixo Temático: Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades

**Desafio:** Ampliar o investimento e estabelecer parcerias com os municípios para a manutenção de estradas vicinais.

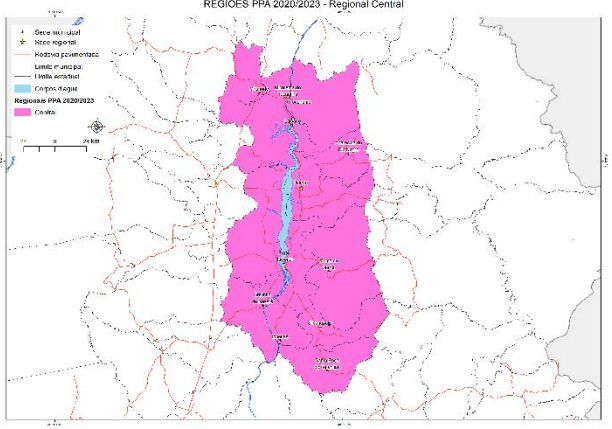


## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

### PPA 2020-2023 – Região Central - Tocantins

A décima consulta pública foi realizada na região do Central, no dia 20 de setembro de 2019, no município de Palmas/TO, na Escola de Tempo Integral Elizângela Glória Cardoso, contando com a participação de 928 pessoas credenciadas.

A abertura oficial aconteceu com a presença do Excelentíssimo Governador do Estado Mauro Carlesse, Secretários de Estado; Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Prefeitos e Vereadores da Região.

Região Central	Municípios
 <p>REGIÕES PPA 2020/2023 - Regional Central</p>	<p><b>Central</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Aparecida do Rio Negro</li><li>2. Brejinho de Nazaré</li><li>3. Ipueiras</li><li>4. Lajeado</li><li>5. Miracema do Tocantins</li><li>6. Miranorte</li><li>7. Monte do Carmo</li><li>8. Palmas</li><li>9. Porto Nacional</li><li>10. Santa Rosa do</li><li>11. Tocantins</li><li>12. Tocantínia</li></ol>

Fonte: SEFAZ/DZEE

O resultado, após os debates e o processo de votação eletrônica, é o que segue:

#### 1ª PRIORIDADE PRINCIPAL:

- Eixo Temático: Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos

Aumentar o efetivo e qualificar os profissionais de Segurança Pública.





## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

### 2ª Prioridade:

- Eixo Temático: Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação

**Desafio:** Construir, adequar e aparelhar as unidades escolares e universidade, atendendo às normas de segurança para emissão do alvará do corpo de bombeiros, de forma a integrar os ambientes físicos, garantir acessibilidade, climatização, cobertura de quadras poliesportivas, cozinhas adequadas conforme as normas do PNAE e vigilância sanitária, laboratório de ciências, informática, refeitório, auditório, bibliotecas, multimídias, mobiliário e equipamentos de som e vídeo, transporte escolar.

### 3ª Prioridade:

- Eixo Temático: Saúde

**Desafio:** Fortalecer a Atenção Básica no município para que seja mais resolutiva.

### 4ª Prioridade:

- Eixo Temático: Estrutura produtiva e sustentabilidade ambiental

**Desafio:** Proporcionar a regularização da produção da Agricultura familiar no que se refere à regularização sanitária, fundiária e ambiental para ter produtos de qualidade.

### 5ª Prioridade:

- Eixo Temático: Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo

**Desafio:** Apoiar os municípios na regularização fundiária urbana e rural.

### 6ª Prioridade:

- Eixo Temático: Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades

**Desafio:** Ampliar o acesso à moradia digna, serviços de saneamento básico, ações de mobilidade e acessibilidade urbana.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

### **2.2 Dimensão Tática**

Define caminhos exequíveis para o alcance dos objetivos e das transformações definidas na dimensão estratégica, considerando as variáveis inerentes à política pública. Vincula os Programas Temáticos para consecução dos objetivos assumidos, que resultaram em ações responsáveis pelas entregas e produtos que impactaram nos resultados definidos.

#### **2.2.1. Gestão do Plano Plurianual**

A gestão do Plano Plurianual observará os princípios de eficiência e eficácia, compreendendo a implementação, monitoramento, avaliação e revisão de objetivos e ações.

Por meio de um sistema PLANEJA, desenvolvido pela Secretaria de Fazenda e Planejamento, todos os indicadores, objetivos e ações incluídas no PPA serão acompanhados trimestralmente. Ao acessar o sistema, será possível visualizar o andamento dos objetivos por meio dos indicadores e metas e a execução orçamentária no que se refere a metas físicas e financeiras para cumprimento de cada ação e produtos a serem entregues.

As informações presentes no PPA são utilizadas como subsídios para a elaboração da LOA de 2020 e anos subsequentes, ao que ambos seguem o conceito da gestão para resultados.

#### **2.2.2. Regionalização do Plano**

A dimensão territorial do planejamento tem ocupado maior destaque no planejamento governamental, especialmente a partir do final da década de 1980 quando, no Brasil, a pauta do planejamento foi retomada. Em grandes linhas, a valorização do território se deve ao fato de que é nele que se materializam as relações entre indivíduos e grupos sociais e a decorrente necessidade de aproximar as ações do Estado das regiões, dando mais transparência e foco às ações públicas.

A vinculação da programação pública com o território está proposta nas Constituições Federal e Estadual, determinando que a lei que aprovar o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

A regionalização do Plano é efetivada por meio das metas dos objetivos, permitindo assim que se tenha maior transparência nas ações públicas, na medida em que a população pode conhecer detalhes do que foi programado para sua região.

Também qualifica o controle do gasto e a avaliação do público, uma vez que evita que seja elaborada uma programação genérica, comprometendo os gestores com o que foi programado.

Importante mencionar que outros Órgãos estaduais possuem regionalização de suas ações, distintas da apresentada pela SEFAZ, a qual será utilizada como referência na regionalização do PPA 2020/2023.

### **2.2.3. Programas Temáticos**

Retrata, no Plano Plurianual 2020-2023, a agenda de governo, organizada pelos Temas das Políticas Públicas e orienta a ação governamental. Sua abrangência deve ser a necessária para representar os desafios e organizar a gestão, o monitoramento, a avaliação, as transversalidades, as multisetorialidades e a territorialidade. O Programa Temático se desdobra em objetivos e ações.

Os programas temáticos do PPA 2020-2023 foram estruturados de modo a atender os desafios prioritários definidos na base estratégica alinhadas ao seguinte cenário macroeconômico e agrupados nos seguintes Eixos Temáticos:

#### **2.2.3.1. Saúde**

Com a missão de *“Promover, organizar e implementar políticas públicas de saúde, no Estado de Tocantins, na promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, com integralidade do cuidado à população”* a Secretaria da Saúde construiu seu Mapa Estratégico, com os seguintes objetivos, para os próximos dez anos:

Na perspectiva da sociedade:

- 1) reduzir a morbimortalidade por trauma, causas evitáveis e materno-infantil;
- 2) propiciar longevidade saudável à população tocantinense.

Na perspectiva de processos:



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

- 1) integrar a vigilância em saúde e atenção primária na realização de ações de promoção, prevenção e controle de riscos de doenças e agravos;
- 2) aprimorar a gestão hospitalar sob a lógica da Rede de Atenção à Saúde - RAS;
- 3) promover o modelo de atenção à saúde com o fortalecimento da atenção primária;
- 4) fortalecer a regionalização como diretriz organizativa do Sistema Único de Saúde - SUS;
- 5) promover a capacidade de gestão e operacionalização da saúde no território.

Na perspectiva da gestão, regionalização e controle social:

- 1) fortalecer a participação do controle social;
- 2) fortalecer a gestão profissional e a educação na saúde;
- 3) desenvolver a cultura de planejamento, fortalecendo o processo organizacional, com controle, direção e abordagem estratégica.

Na perspectiva financeira:

- 1) garantir autonomia plena da gestão do Fundo Estadual de Saúde pela Secretaria da Saúde;
- 2) ampliar o investimento em infraestrutura em saúde no Tocantins;
- 3) assegurar a suficiência orçamentária e financeira para as ações e serviços de saúde.

O território tocantinense apresenta desafios a serem superados no que diz respeito à regionalização da saúde, pois grande parte dos municípios é de pequeno porte e necessita de estrutura econômica e social sustentáveis para que se efetive a saúde como direito social conquistado com a implantação do Sistema Único de Saúde - SUS, cuja garantia constitucional à saúde seguiu a trilha do Direito Internacional, abrangendo a perspectiva promocional, preventiva e curativa da saúde, impondo ao



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Estado o dever de tornar possível e acessível à população o tratamento que garanta senão a cura da doença, ao menos, uma melhor qualidade de vida.

No Estado do Tocantins, 129 municípios possuem até 20.000 habitantes (92,81% dos municípios); 3 municípios possuem de 20 a 30 mil habitantes (2%); 5 municípios possuem de 30 a 90 mil habitantes (4%); e apenas 2 municípios possuem população acima de 100 mil habitantes (1%).

Na atualidade, a configuração territorial da saúde está organizada em 8 Regiões, consoante o Decreto Federal nº 7.508/2011, sendo elas: Bico do Papagaio, Médio Norte Araguaia, Cerrado Tocantins Araguaia, Cantão, Capim Dourado, Amor Perfeito, Ilha do Bananal e Sudeste, conforme descrito na tabela a seguir, as quais conformam 2 Macrorregiões, com os seguintes referenciais:

- Na oncologia: quimioterapia (ambulatorial e hospitalar); radioterapia (ambulatorial e hospitalar); cirurgia oncológica;
- A cardiologia: cirurgia cardíaca;
- Materno infantil: parto de alto risco;
- UTI Neonatal tipo II - recém-nascido grave ou potencialmente grave e Leitos de Unidade de Cuidados Intermediários Convencionais - UCINCo e Unidade de Cuidados Intermediários Canguru - UCINCa.

**População do Estado do Tocantins por Região de Saúde, 2010, 2015 e 2018.**

Região de Saúde	Macrorregião	Área (km <sup>2</sup> )	Quant. de Município	População (IBGE)			Distância em Km da Referência Regional		
				2010	2015	2018	Menor	Maior	Média
Capim Dourado	Macrorregião Sul	29.569,88	14	301.576	348.719	367.642	55	336	144
Cantão		41.638,07	15	114.648	125.432	128.688	23	248	87
Amor Perfeito		36.770,94	13	103.350	109.690	110.751	41	180	90
Ilha do Bananal		53.785,26	18	171.546	181.698	183.258	21	268	110
Sudeste		36.418,80	15	92.376	97.484	98.129	30	213	111
<b>Soma/ Média</b>		<b>198.183,94</b>	<b>75</b>	<b>783.496</b>	<b>863.023</b>	<b>888.468</b>	<b>34</b>	<b>249</b>	<b>109</b>
Cerrado Tocantins Araguaia	Macrorregião Norte	32.872,01	23	146.205	157.586	160.425	51	210	108
Médio Norte Araguaia		32.255,06	17	262.650	289.511	298.152	36	297	95
Bico do Papagaio		14.128,75	24	191.094	205.006	208.184	16	158	79
<b>Soma/ Média</b>		<b>79.256,82</b>	<b>64</b>	<b>599.949</b>	<b>652.103</b>	<b>666.761</b>	<b>34</b>	<b>222</b>	<b>94</b>
<b>TOTAL</b>		<b>277.438,76</b>	<b>139</b>	<b>1.383.445</b>	<b>1.515.126</b>	<b>1.555.229</b>	-		



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins - IBGE/ SES-TO. \* Tribunal de Contas da União, TC 029.742/2017-0. Para verificar, acesse [www.tcu.gov.br/autenticidade](http://www.tcu.gov.br/autenticidade), informando o código 58431472.

As regiões de saúde Capim Dourado e Médio Norte, em termos populacionais, são as duas regiões mais populosas, com 367.642 e 298.152 habitantes, respectivamente, em 2018. Entre os anos de 2010, 2015 e 2018, em números absolutos, todas as regiões tiveram crescimento populacional, mas a distribuição da população, em termos relativos, demonstra que as regiões do Capim Dourado e Médio Norte sofreram discreto acréscimo e as outras 6 regiões com discreto decréscimo. Em 2010, as regiões Capim Dourado e Médio Norte concentravam 40,78% da população; em 2015, apresentavam 42,12%; em 2018, concentram 42,81% dos habitantes do Estado.

A regionalização, um dos princípios que orientam a organização do SUS, constitui um dos seus eixos estruturantes devendo orientar a descentralização das ações e serviços de saúde, identificando e constituindo espaços territoriais nos quais são desenvolvidas as ações de atenção à saúde, objetivando alcançar maior resolutividade e qualidade nos resultados, assim como maior capacidade de cogestão regional.

Apesar de o Estado ter uma das mais altas coberturas de atenção básica do país, ainda possui um grande número de internações sensíveis à atenção primária, com 31,3%, em 2018, e baixa cobertura de homogeneidade das vacinas de rotina, com 53,5%, em 2018.

O fortalecimento da atenção básica no Tocantins possui como desafios a constante necessidade de qualificação, apoio institucional, monitoramento e avaliação da estratégia, visando não apenas ampliar as equipes, mas dar qualidade a ações e serviços relativos aos ciclos de vida (homem, adolescente, mulher, criança, adulto, idoso), garantindo assistência e promoção da saúde às famílias tocantinenses.

Mesmo com as inúmeras iniciativas tomadas pelas três esferas de governo, o SUS ainda não alcançou plenamente seus princípios de universalização do acesso e integralidade à questão da saúde, porém muito se avançou principalmente na redução da mortalidade infantil e no aumento da expectativa de vida. Destaca-se que a Taxa de mortalidade infantil não está crescendo no Estado.

O Tocantins continua endêmico para as doenças transmissíveis como dengue, leishmaniose e hanseníase.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

No ano de 2018, foram confirmados 1.894 casos de dengue num universo de 7.647 notificações, totalizando 24,7% dos casos.

A hanseníase apresenta elevado número de casos e, por esse motivo, o Tocantins ainda é considerado hiperendêmico, segundo o parâmetro nacional, ficando em 2º lugar no *ranking* nacional, com uma incidência de 66,9/100.000 hab em 2018.

Com relação à leishmaniose visceral, em 2018, foram notificados 234 casos novos.

O Estado deve manter a vigilância constante dos casos de tuberculose, malária, febre amarela e meningites, bem como dar continuidade da interrupção da circulação autóctone do vírus do sarampo e da transmissão vetorial da doença de Chagas pelo seu principal hospedeiro (o *barbeiro*), além da tendência de eliminação do tétano neonatal e da raiva humana transmitida por animais domésticos.

Outros aspectos importantes a serem considerados são: a execução de atividades voltadas para a vigilância da saúde do trabalhador; vigilância da qualidade da água para consumo humano; vigilância de populações expostas a poluentes atmosféricos; vigilância da exposição humana a áreas contaminadas por contaminantes químicos, além do acompanhamento de riscos decorrentes de desastres naturais e de impactos ambientais gerados por empreendimentos potencialmente poluidores que se instalam no Estado.

Fundamentais também são as ações de vigilância sanitária com inspeção, fiscalização, atividades educativas direcionadas à população e ao setor regulado, bem assim o atendimento de denúncias.

A função básica de realizar o diagnóstico laboratorial oportuno, seguro e rápido, a fim de contribuir para o controle epidemiológico e sanitário da população, vem sendo executada pelo Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN-TO, em Palmas-Capital, referência no Estado, com uma unidade descentralizada na Região Macronorte, localizada na cidade de Araguaína.

A realidade no Tocantins apresenta uma forte característica executora de ações e serviços de saúde de média complexidade ambulatorial e hospitalar, quando comparada com o que é determinado legalmente, pois, compete à gestão estadual, no caso da assistência, garanti-la no nível da alta complexidade, conforme estabelece o art. 17, inciso IX, da Lei Federal nº 8.080/1990.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Baseando-se nessa realidade, o Governo do Estado do Tocantins coopera com os municípios ao assumir a gestão e gerência de serviços de média complexidade ambulatorial e hospitalar prestada municipal e regionalmente, além da cessão de Recursos Humanos para a atenção básica, exercendo papel preponderante na oferta de ações e serviços de saúde diretamente à população, por meio da administração direta de uma rede de serviços estaduais de saúde, hospitalares e ambulatoriais - provimento consistente de assistência à saúde.

Em 2018, a Secretaria da Saúde executou em seus 18 hospitais regionais, que funcionam de “porta aberta”, 78% dos procedimentos hospitalares e realizou 12.826 (64%) dos 19.920 partos que ocorreram na rede pública de serviços do SUS.

Na rede de assistência ambulatorial e hospitalar, as estruturas existentes ainda são insuficientes para atender as necessidades de saúde da população. A maior parte dos ambulatórios estão dentro dos 18 Hospitais Regionais Estaduais localizados em 15 cidades distintas, dos quais 4 são de alta complexidade (Hospital Geral de Palmas, Dona Regina, Hospital Regional de Gurupi e o Hospital Regional de Araguaína). Esses hospitais são gerenciados diretamente pela Secretaria da Saúde e demandam um volume significativo de recursos de todas as naturezas, sendo o maior deles o de Recursos Humanos. Os 18 hospitais concentram 85% dos profissionais com vínculo na Secretaria.

Mas, a gestão do sistema estadual de saúde não se restringe, nem se limita à gestão hospitalar. Quando se trata de vigilância da saúde, 100% da população deve ser assistida pelos serviços relacionados às práticas de atenção e promoção da saúde dos cidadãos e aos mecanismos adotados para prevenção de doenças. O Estado deve atuar também no campo da vigilância epidemiológica, ambiental, sanitária e saúde do trabalhador, utilizando-se das estratégias das políticas da atenção básica, apoiando também aos municípios.

Porém, essas obrigações encontram o desafio de equilibrar os recursos destinados à saúde em razão da distribuição da aplicação, já que, em média, 79%<sup>1</sup> dos Recursos Próprios destinam-se para Pessoal.

A Rede de Atenção às Urgências – RAU, no Estado, possui 8 centrais de Urgência e Emergência com Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192, nas cidades de Palmas, Araguaína, Gurupi, Lajeado, Paraíso, Novo Acordo, Miranorte e Porto Nacional, com uma cobertura populacional de cerca de 491.537 mil habitantes,

---

<sup>1</sup> Quando analisado os Recursos Totais a média de destinação é de 65%.





## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

além dos serviços de Pronto Socorro da Rede Hospitalar própria estadual e de 5 Unidades de Pronto Atendimento - UPAs, como desafio a manutenção desses serviços já existentes.

O Tocantins, desde 1996, começou a estruturar a Rede de Atenção Psicossocial com a abertura de 4 NAPS - Núcleo de Apoio Psicossocial. Hoje, esta rede conta com 8 Centro de Atenção Psicossocial - CAPS I, 2 CAPS II e 1 CAPS AD - Álcool e Drogas, 1 Unidade de Saúde Mental em Hospital Geral, propondo-se implantar as atividades terapêuticas de Saúde Mental - USM em 5 dos 18 hospitais regionais do Estado, ampliando assim esta rede.

Os serviços de hemoterapia do Tocantins encontram-se estrategicamente localizados nas regiões que possuem serviços hospitalares de média e alta complexidade. A Hemorrede do Tocantins é constituída por 1 Hemocentro Coordenador, 1 Hemocentro Regional, 1 Núcleo de Hemoterapia, 2 Ambulatórios de Hematologia, 2 Unidades de Coleta e Transfusão, 1 Unidade de Coleta; 14 Agências Transfusionais Intra-hospitalares, cujos serviços de produção e distribuição são integralmente públicos. Aos serviços hemoterápicos, compete dar o devido cumprimento ao dever do Estado de fornecer sangue com segurança e qualidade. Para isso, este Plano tem como propósito a gestão da qualidade em suas unidades e, conseqüentemente, a certificação ISO 9001, visando alcançar os níveis de excelência necessários para se tornar referência em assistência hematológica e hemoterápica, respeitando o meio ambiente.

A assistência farmacêutica é um componente essencial do Sistema Único de Saúde, por meio da promoção do acesso aos medicamentos e uso racional. A assistência farmacêutica e insumos estratégicos estão estruturados em três componentes: (I) assistência farmacêutica básica; (II) assistência farmacêutica para programas estratégicos; e (III) assistência farmacêutica especializada. A priorização neste Plano consta em viabilizar o cofinanciamento estadual a este componente.

A operacionalização de ações e serviços deve ser vista e revista com cuidado, mesmo com os avanços inquestionáveis ocorridos na melhoria do acesso à saúde no Estado, com o aumento do número de consultas de pré-natal, redução da mortalidade infantil e o sucesso no controle da malária.

Por fim, constitui-se também em prioridades o fortalecimento da gestão e do planejamento estratégico, a qualificação de pessoal, o redesenho do modelo assistencial em Redes, pautado na hierarquização e descentralização integradas, tendo como eixo a regionalização dos serviços de saúde. Tais ações visam à



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

ampliação do acesso à população, com uma boa articulação nos níveis assistenciais e de gestão, com a pactuação entre Estado e Municípios, de metas contidas neste Plano, com a participação do controle social, voltados a contribuir para o alcance da visão da Secretaria, que é “ser a referência em saúde pública na Região Norte do País até 2030”.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

**2.2.3.2. Segurança pública, assistência social e direitos humanos**

**I - Polícia Investigativa**

A criminalidade violenta constitui um grande problema econômico, uma vez que afeta o preço dos bens e serviços, além de contribuir para inibir a acumulação de capital físico e humano, bem como o desenvolvimento de determinados mercados (Cerqueira, 2014). No que tange à esfera fiscal, importantes e escassos recursos do Estado são drenados para lidar com o enfrentamento e com as consequências da violência. O Estado é obrigado a gastar mais para manter o seu sistema de segurança pública e prisional, além de gerar impactos no sistema público de saúde e de assistência social para atender as vítimas de violência.

Taxas de homicídios	Ano por 100 mil habitantes										
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Geral	16,6	18,5	22,4	23,6	25,8	26,7	23,6	25,5	33,2	37,9	35,9
Jovens - 15 a 29 anos	23,5	30,2	33,1	43,4	38,9	44,1	36	45,4	58,6	67,4	72,4
Jovens homens - 15 a 29 anos	40,6	53,8	57,7	76,5	65,3	78,6	60	82,4	108,2	124,9	133,5
Mulheres	4,1	3,1	4,5	4,8	6,8	6,6	5,3	4,7	6,4	6	5
Mulheres não negras	1,1	2,5	4,7	1,6	5,4	5,2	4,4	3,7	4,6	5,7	3,5
Mulheres negras	5,3	3,4	4,6	6	7,2	7,3	5,3	5	6,6	5,1	5,3
Negros	19,1	18,6	22	26,8	27,7	27,6	23,1	25,6	32,5	38,5	37,7
Não negros	9,1	12,8	16,4	11,4	16,1	17,5	21,7	21,7	30,3	28,9	27,1

**Nota:** número de mulheres negras foi obtido somando pardos e pretos, enquanto o de mulheres não negras se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas; todos os ignorados não entraram nas contas.

**Fonte:** Atlas da Violência 2019 - IPEA e FNSP.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Taxas de homicídios	Ano por 100 mil habitantes		
	Variação %		
	2007 a 2017	2012 a 2017	2016 a 2017
Geral	116,0%	34,4%	-4,5%
Jovens - 15 a 29 anos	207,7%	64,1%	7,3%
Jovens homens - 15 a 29 anos	228,7%	69,9%	6,9%
Mulheres	21,2%	-25,2%	-16,6%
Mulheres não negras	208,7%	-32,4%	-37,4%
Mulheres negras	0,5%	-27,2%	4,1%
Negros	98,0%	36,9%	-2,0%
Não negros	199,0%	54,8%	-6,1%

**Nota:** número de mulheres negras foi obtido somando pardos e pretos, enquanto o de mulheres não negras se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas; todos os ignorados não entraram nas contas.

**Fonte:** Atlas da Violência 2019 - IPEA e FNSP

É importante frisar que esses índices se referem aos dados oficiais do Ministério da Saúde e aos Boletins de Ocorrência das Polícias Militar e Civil do estado do Tocantins. Os dados da Segurança Pública e Saúde contam com metodologias distintas, isso significa que os dados de ambas as fontes nunca serão iguais, mas os mesmos precisam ser congruentes. O Sistema Nacional de Estatística em Segurança Pública é muito recente, criado em 2012, diferente do Sistema de Saúde. Por fim, uma rápida comparação entre esses dados indica que ambos os registros têm caminhado no mesmo sentido.

Em relação aos índices apresentados, verifica-se a alta letalidade de jovens, na faixa etária de 15 a 29 anos, principalmente do sexo masculino. Essa situação gera fortes implicações sobre o desenvolvimento econômico e social, pois o cenário atual aponta para uma profunda transição demográfica de nossa sociedade, rumo ao envelhecimento da população e diminuição da população economicamente ativa.

Por outro lado, evidencia-se a perspectiva multifatorial da criminalidade e o envolvimento precoce de jovens nesse processo, bem como o fortalecimento e crescimento das facções criminosas que se articulam nas regiões norte e nordeste do País, em razão de processos migratórios desses grupos. A falta de oportunidades e perspectivas de vida para esses jovens contribui para um cenário de vulnerabilidade social, o que fomenta a criminalidade e demonstra a necessidade de implementação de políticas de segurança cidadã, que levem em consideração a multicausalidade da violência.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Dessa forma, os dados aqui apresentados explicitam a necessidade de políticas públicas focadas na redução de homicídios entre jovens, principal grupo vitimado pelas mortes violentas intencionais. Nesse ponto, é fundamental que se façam investimentos na juventude, por meio de políticas focalizadas nos territórios mais vulneráveis socioeconomicamente, de modo a garantir condições de desenvolvimento infanto-juvenil, acesso à educação, cultura e esportes, além de mecanismos para facilitar o ingresso do jovem no mercado de trabalho.

Diante dos números apresentados, a presente gestão tem em curso uma política de segurança pública voltada para a redução da criminalidade e promoção da cultura de paz. Tendo como norte essas diretrizes, vem desenvolvendo variadas ações de prevenção a violência no estado do Tocantins, bem como viabilizando o fortalecimento institucional por meio do reaparelhamento das unidades físicas e da valorização dos profissionais de segurança pública.

Esforços institucionais se iniciaram com a elaboração do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - PESSE e refletem um cumprimento de dever da Administração Pública, principalmente no que se refere à sua responsabilidade em instituir diretrizes sólidas e transparentes para suas organizações. O PESSE visa estabelecer as ações necessárias ao atendimento das demandas sociais e institucionais. Torna-se, dessa forma, condição indispensável para se pensar em ações efetivamente planejadas e integradas dos órgãos do Sistema de Segurança Pública. Acredita-se, assim, que por meio da regulamentação das políticas públicas, as instituições envolvidas na garantia e proteção dos direitos da sociedade poderão consolidar a difusão da perspectiva da prevenção e cultura de paz.

É fundamental que todas as ações previstas em um planejamento estejam expostas e organizadas por instrumentos regulamentares. Isso possibilita a previsibilidade, transparência e responsabilização na execução das ações de todas as instituições e profissionais envolvidos no processo.

Recentemente, um conjunto de políticas públicas de segurança passou a aderir ao princípio da Regionalização na organização de suas ações como forma de melhor orientar suas intervenções. Inspirados nos resultados positivos a partir da regionalização, principalmente no que se refere à redução de indicadores criminais e aumento da sensação de segurança dos espaços, as instituições que compõe o PESSE avançaram no sentido de constituir, de igual forma, suas respectivas regiões e áreas integradas. Nesse modelo é possível o acompanhamento próximo do contexto criminal da região e a melhor compreensão das demandas locais.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Usualmente, a regionalização integrada serve, ainda, para a implementação de Sistemas Integrados de Metas. Viabiliza, dessa forma, a possibilidade de instituição de uma gestão por resultados, por meio da execução de rotinas de reuniões de acompanhamento de indicadores e de análise criminal.

Indicadores a serem acompanhados: Homicídio doloso, latrocínio; lesão corporal seguida de morte; roubos a transeuntes; roubo e furtos de veículos, comércios, transportes públicos e residências.

Para se obterem resultados, não basta a instituição traçar seus objetivos, a metodologia para o alcance das metas e as fórmulas e cálculos de avaliação das ações. É necessário que se preveja, de forma exequível, todo o caminho para a implantação das atividades, bem como as instâncias responsáveis pela sua execução e acompanhamento. Não há como obter bons resultados sem prever adequadamente os programas, projetos e ações e os responsáveis por sua garantia, em todas as etapas de formulação, implantação e avaliação.

Para tanto, foi criado o Conselho Estadual de Segurança Pública, instituído pela Lei Estadual 3.479, de 25 de junho de 2019, órgão colegiado permanente, que tem função consultiva, sugestiva e de acompanhamento social das atividades de segurança pública e defesa social. Compete a ele propor diretrizes para as políticas públicas de segurança e defesa social, com vistas à prevenção da violência e repressão qualificada da criminalidade. O Conselho, composto por todos os membros integrantes do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, sociedade civil e entidades representantes de categorias profissionais, terá a responsabilidade de monitorar de forma contínua e eficaz o processo de implementação das políticas de Segurança Pública, bem como de aconselhar as melhores formas de condução das ações.

O Fundo de Segurança Pública do Estado do Tocantins - FUSPTO, foi instituído pela Lei 3.517, de 5 de agosto de 2019, com o objetivo de garantir recursos para apoiar projetos, atividades e ações nas áreas de segurança pública e prevenção à violência, alinhados às diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e do Plano de Segurança Pública do Estado do Tocantins. O FUSPTO tem a finalidade de prover, em caráter complementar, recursos financeiros objetivando a modernização, o fortalecimento institucional, o reequipamento, a manutenção e a aquisição de bens de consumo e serviços para o Sistema de Segurança Pública do Estado do Tocantins.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

### **II - Polícia Preventiva**

Notadamente, o Plano Plurianual é o instrumento de planejamento que estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas para a administração pública, incluindo as despesas de capital e outras delas decorrentes, além dos programas de duração continuada (Constituição Federal/1988, art.165, §1º).

Nessa temática, modernamente, percebe-se a necessidade de se adotar uma perspectiva sistêmica do planejamento que reconhece a primazia das ações políticas, mas também valoriza os elementos técnicos e busca ampliar os canais da participação social e as parcerias institucionais para reforçar as capacidades e ampliar a governabilidade para a implantação de um projeto político e estratégico que atenda aos anseios sociais.

Nesse contexto, destaca-se, como principais avanços, um melhor controle da execução dos recursos, a redução no número de ações temáticas do órgão e o alcance do objetivo, qual seja, a redução substancial nas taxas de crimes contra o patrimônio, constatado na observação do indicador.

Noutro vetor, a perspectiva, para o próximo quadriênio, é pautar as ações na legalidade, eficiência e economicidade, alinhadas com a política estabelecida pelo governo estadual na área de segurança pública. Além disso, pretende-se buscar diminuir o número de ações temáticas e aumentar a captação de recursos de fontes não ordinárias, visando alcançar o cumprimento das metas de maneira eficaz e, conseqüentemente, preservar a ordem no território do Tocantins através de um policiamento ostensivo de excelência oferecido à população.

### **III - Cidadania e Justiça**

Atualmente, a Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, tem como escopo a agilidade na resolução das demandas e projeção para que as atividades do órgão alcancem um número ainda maior de consumidores em todos os municípios de nosso Estado. Todo o respaldo para a resolutividade das ações, sejam de atendimento, educação ou fiscalização, conta diretamente, com o trabalho de 11 núcleos instalados nos municípios de Palmas (Centro e Taquaralto), Porto Nacional, Gurupi, Dianópolis, Guaraí, Colinas do Tocantins, Araguaína, Tocantinópolis, Araguatins e Paraíso do Tocantins.

No intuito de proporcionar melhores condições físicas e otimizar o atendimento aos usuários, para o período de 2020 a 2023, é necessário o incremento





## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

de servidores, equipamentos eletrônicos e de informática, capacitações técnicas aos servidores, aquisição de veículos, mobiliário e ar condicionado para os núcleos regionais. Está prevista também a implantação do Sistema Eletrônico de Processos e digitalização dos processos físicos.

O Sistema Penitenciário e Prisional - SISPEN/TO, vinculado à Secretaria da Cidadania e Justiça, passou por transformações e melhorias no período 2018-2019 e desenvolveu uma reestruturação e reaparelhamento nos setores do Departamento Penitenciário e Prisional. Para o período 2020-2023, é necessário o incremento de servidores, com a aprovação do projeto de lei que altera e aumenta a quantidade de vagas para Agentes de Execução Penal, bem como a nomeação dos servidores remanescentes do cadastro reserva do último concurso. Planeja-se a realização de novo concurso de servidores para o sistema penitenciário, aquisição de viaturas para escolta de presos, bem como a implementação de vídeoconferências para audiências de custódia. Importante destacar a continuidade e manutenção dos valores para Construção do Presídio de serra do Carmo (processo ainda em fase inicial) e do Centro de treinamento para servidores do Sistema Penitenciário.

O Sistema de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente elabora, coordena e gerencia a política estadual de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente e de atendimento socioeducativo. A política de atendimento socioeducativo se dá por meio da gestão de unidades socioeducativas que visam a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, proporcionando ao adolescente em conflito com a lei meios efetivos para sua ressocialização, como educação, cultura, esporte, lazer, saúde, segurança e profissionalização.

No decurso dos últimos anos, várias ações foram desenvolvidas para fortalecer o sistema de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, dentre estas, modernização da estrutura organizacional, posse e formação continuada de servidores efetivos, e reformas do Centro de Internação Provisória da Região Sul - CEIP SUL, e do Centro de Atendimento Socioeducativo. Para o próximo quadriênio, pretendemos ser referência na proteção dos direitos das crianças e adolescentes do norte do Brasil, projetando em todas as áreas o fortalecimento de nossa política. A Gerência de Promoção dos Direitos da Primeira Infância realizará a instituição do Comitê Intersetorial da Primeira Infância, elaboração do Plano Estadual para Primeira Infância e a implantação da política no Tocantins.

Para alavancar o Sistema socioeducativo, será concluída a reforma do Centro de Atendimento Socioeducativo de Palmas, bem como o aparelhamento das





## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

unidades socioeducativas e aquisição de veículos. Quanto à estrutura, será realizada a construção das unidades de semiliberdade masculino e feminina de Palmas, construção da unidade de Araguaína, que será um complexo que comportará a necessidade de internação, bem como os adolescentes que aguardam decisão judicial em internação provisória. Outro enorme avanço projetado é a profissionalização dos adolescentes dentro da unidade, oportunizando trabalho e renda para os adolescentes que cumprirem medida socioeducativa.

Ainda na parte estrutural, teremos a construção da Escola Superior de Formação e Qualificação Profissional, onde ocorrerá capacitações e treinamento para os servidores, com espaço e qualidade. Almejamos também a construção do Centro de Internação Provisória Feminina de Palmas. Além disso, nosso objetivo é a capacitação da rede de promoção, tendo em vista consolidar um trabalho em conjunto com os municípios.

Outra expectativa que temos é a criação do Núcleo de Saúde do Sistema Socioeducativo do Tocantins que tem como missão precípua: organizar, apoiar, monitorar e avaliar a execução das ações de saúde ofertadas nas Unidades Socioeducativas do Tocantins, que por sua vez, são executadas pelas equipes de saúde das unidades Socioeducativas, um trabalho integrado voltado para o atendimento aos adolescentes.

Na área de Direitos Humanos, o nosso objetivo está voltado para a equidade dos direitos e da cidadania. Propõe-se para o próximo quadriênio as seguintes ações: implantação da Política Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos, com elaboração e implementação do Plano Estadual de Direitos Humanos; promoção de ações de garantia dos direitos da cidadania, tais como o acesso à documentação básica; implantação do Centro de Referência de Direitos Humanos, com estrutura física obedecendo aos padrões adequados de acessibilidades conforme a demanda legal para o atendimento dos públicos diversos; fortalecimento do atendimento à mulher, com implantação da casa da Mulher Brasileira e quatro centros de referências especializados em atendimento à Mulher; fortalecimento do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, inativo desde 2015, para isso já foi proposta a alteração da lei para estabelecer as atividades do referido conselho; fortalecimento da rede de proteção dos direitos humanos; ampliação de vagas sociais nas comunidades terapêuticas; implantação da política estadual da população de rua; reestruturação do comitê de sub-registro; capacitação dos servidores; instituição da política de promoção da diversidade sexual, religiosa e da igualdade racial; bem como a instituição do fundo estadual de promoção da pessoa idosa e a implementação da política estadual dos direitos da pessoa idosa.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Com a expectativa da manutenção das ações administrativas e dos cenários aqui projetados, e os eventuais apontamentos feito em função das consultas públicas do PPA 2020-2023, alinhados à disponibilidade orçamentária e financeira, certamente se contribuirá para o fortalecimento das políticas públicas de responsabilidade da Cidadania e Justiça em âmbito estadual.

### **IV - Trânsito no Tocantins**

Não se pode negar que um grande enfrentamento em muitos países para o século XXI é a mobilidade urbana e, principalmente, o uso de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade das gerações futuras. O crescimento vertiginoso no número de veículos em vias e rodovias atingiu um número quase insustentável para sociedade. As políticas públicas não têm sido capazes de corrigir essas distorções. O uso de veículos pelo cidadão, muitas vezes com um condutor, congestionam as vias e rodovias.

Nesse cenário, o Departamento Estadual de Trânsito do Tocantins - DETRAN/TO desenvolverá esforços, em parcerias com os órgãos nacionais, estaduais e municipais, no intuito de buscar alternativas para os problemas apontados. Tendo como princípio básico as diretrizes estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB (Lei Federal nº 9.503/1997), buscaremos os seguintes eixos de ação, para o período 2020-2023.

#### a) Educação para o Trânsito:

1. Implantação de Projeto sobre Educação para o Trânsito, em parceria com a Secretaria de Educação, Juventude e Esportes e Secretarias Municipais, para inclusão da disciplina “sobre o Trânsito” nas escolas estaduais e municipais;
2. Campanhas Educativas de Trânsito, com forte apelo pela redução de mortes e acidentes de trânsito, focada, principalmente, nos motociclistas, responsáveis pelo grande número de mortes e mutilações no Estado;
3. Criação de Projetos de Educação para o Trânsito em nível estadual incentivando crianças, jovens, professores e jornalistas a apresentarem artigos, redações, trabalhos etc., sobre temas do trânsito. O projeto deverá contar com premiações, incentivando os cidadãos a discutirem o tema com maior profundidade;
4. Criação de Programa de Reconhecimento e Valorização dos Cidadãos que contribuem para discussão sobre as questões do Trânsito no Estado. O programa deverá contar com a entrega de diplomas e divulgação nos meios de comunicação;



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

5. Realizar estudos sobre a viabilidade da implantação da “ESCOLA PÚBLICA DE TRÂNSTIO” voltada para jovens e adultos desempregados que necessitam de obter a Carteira Nacional de Habilitação para exercerem uma profissão ou buscarem um novo emprego.

### b) Engenharia de Tráfego:

1. Realizar junto aos Prefeitos dos Municípios do Estado um diálogo sobre a importância da municipalização do trânsito e suas perspectivas. Apresentar dados e fatos sobre a possibilidade de arrecadação e melhorias na mobilidade urbana dos médios e grandes municípios do Estado;

2. Fortalecer a área de Estatística de Trânsito do órgão com a aquisição de softwares e equipamentos para a ampliação de dados sobre acidentes, veículos e condutores;

3. Apoiar projetos dos Municípios sobre questões que envolvem engenharia de tráfego das prefeituras que não disponham de técnicos especializados na área. Estabelecer parcerias e trocas de experiências nas prefeituras onde já existam setores de engenharia de tráfego;

4. Criar um Projeto de Sinalização Viária para municípios de pequeno porte. O Projeto deverá contar com recursos das multas de trânsito arrecadados pelo DETRAN, com valores pré-estabelecidos, visando adequar áreas de influências de rodovias federais e estaduais a legislação do trânsito. Os Municípios de área de influência de regiões turísticas também serão incluídos no projeto.

### c) Fiscalização do Trânsito:

1. Fortalecer e ampliar as ações de fiscalização do trânsito. Estabelecer uma agenda de blitz educativas e repressivas em todas as regiões do Estado. Estabelecer parcerias com os Municípios visando o apoio sistemático a suas ações em vias e rodovias limítrofes aos municípios;

2. Ampliar as ações de fiscalizações em pátios de guarda de veículos visando à celeridade nos leilões de veículos apreendidos. Realizar fiscalizações junto às empresas de vistoria de veículos para garantir a prestação dos serviços e maior segurança. Verificar a manutenção dos veículos escolares pelas Prefeituras durante o ano todo visando à segurança durante o decorrer do ano;

3. Adquirir equipamentos e “softwares” para o Setor de Fiscalização visando o controle mais efetivo da frota veicular do estado e do controle de condutores. Realizar aquisição de equipamentos e veículos adaptados para fiscalização em rodovias;



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

4. Reestruturar as parcerias com a Polícia Militar do Estado do Tocantins, Polícia Rodoviária Federal - PRF, Prefeituras Municipais, órgãos públicos e privados que estão envolvidos em questões sobre o trânsito;
5. Ampliar o número de Bancas Examinadoras em todos o Estado visando facilitar a vida do cidadão que necessita obter a Carteira Nacional de Trânsito - CNH sem necessidade de grandes deslocamentos;
6. Fortalecer as fiscalizações dos Centros de Formação de Condutores - CFC visando um controle efetivo da qualidade e da manutenção dos veículos utilizados nas aulas de direção.

### **V - Assistência Social**

A Constituição Federal de 1988 colocou a assistência social no tripé da seguridade social com a saúde e a previdência social como política pública. Em 1993, com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, a assistência social foi regulamentada como política pública garantidora de direitos sociais.

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS, implantado a partir de 2005, em todo o território nacional, efetiva na prática a assistência social como política pública de Estado, criando novo modelo de gestão e a forma de financiamento da assistência social, redefinindo o pacto federativo entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Os indicadores de referência têm o papel de nortear o horizonte almejado pelos implementadores da política de assistência social no país. Os indicadores buscam capturar, de forma aproximada e comparativa, a “qualidade dos serviços” de cada unidade e de cada município prestados à população por meio dos Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. O Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - Municipal - IGDSUAS-M, que varia de 0,00 a 1, é um indicador que mensura o resultado da taxa de execução financeira. O Indicador de Desenvolvimento do CRAS - IDCRAS deverão ser acrescidos dos Indicadores de Desenvolvimento dos Conselhos Municipais de Assistência Social - ID-Conselho e Indicadores de Desenvolvimento dos Centro de Referência Especializado de Assistência Social - ID-CREAS dos municípios. Como incentivo, a União apoia financeiramente o aprimoramento da Gestão aos Municípios e Estado, com repasse dos Índice de Gestão Descentralizada do SUAS - IGD-SUAS e Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD-PBF.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

A meta prevista até 2019 seria que 60% dos municípios apresentasse IGDSUAS-M  $\geq 0,75$ ; conforme os dados apurados do CENSO SUAS/2017, o Tocantins teve alcance de 58%, o que representa 96% da meta prevista. Para o quadriênio 2020-2023, a meta será 70% dos municípios alcançarem IGDSUAS-M  $\geq 0,75$ .

No quadro abaixo, está demonstrada a classificação dos municípios para execução da política de assistência social.

<b>Classificação do Município</b>	<b>Nº de Habitantes</b>	<b>Quantidade Municípios</b>
Pequeno Porte I	até 20.000 habitantes	129
Pequeno Porte II	de 20.001 até 50.000	07
Médio Porte	de 50.001 até 100.000	01
Grande Porte	de 100.001 até 900.000	02

Na Proteção Social Especial, há 23 Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS ativos, que ofertam serviços de proteção social especial para 1.210 famílias; 1 Centro Dia com capacidade de atendimento de 30 famílias; 14 Instituições de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 14 Instituições de Acolhimento para Idosos, 1 CREAS e uma Família Acolhedora Regionalizados implantados no ano de 2017. Estão em fase de implantação 5 CREAS e 7 Serviços de Acolhimento Regionais, cofinanciados pela União. A regionalização é uma estratégia para economicidade de recursos e ampliação da cobertura dos serviços, garantindo a integralidade da proteção social nos territórios. A Proteção Social Especial realiza ações estratégicas intersetoriais contra o trabalho infantil nos 139 municípios do Estado.

De acordo com os dados disponíveis no sítio eletrônico da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, do Ministério da Cidadania, segundo o Relatório de Informações Sociais de julho/2019, na Proteção Social Básica, existem 151 CRAS - Centro de Referência de Assistência Social implantados ativos no Sistema de Cadastro do Sistema Único de Assistência Social - *CadSuas* e 148 cofinanciados com Recurso Federal.

O Ministério da Cidadania, por meio da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, é responsável pela criação/regulamentação do Programa Criança Feliz - PCF, criado através do Decreto Federal 8.869, de 5 de outubro de 2016, que tem por finalidade promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos de idade e suas famílias, considerando seu contexto de vida. O Programa

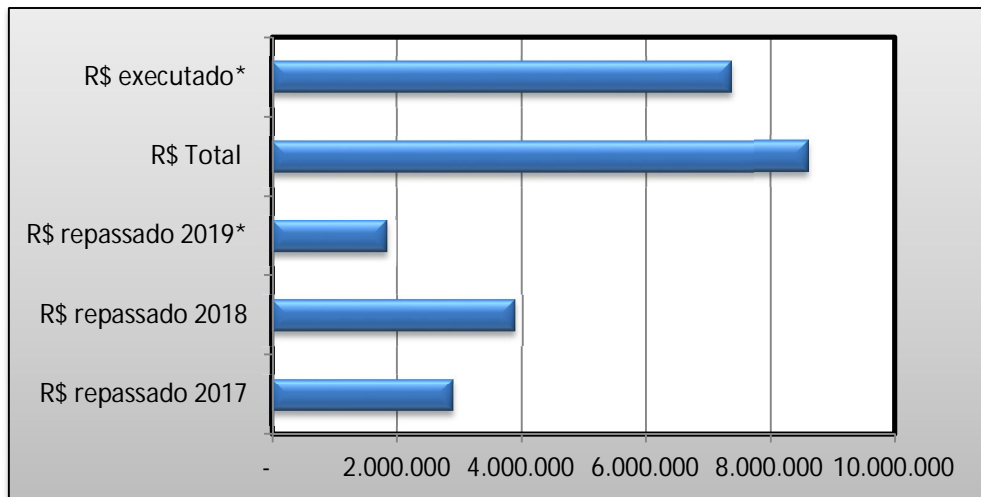


## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

contempla a intersectorialidade de políticas públicas de assistência social, educação, saúde, cultura e direitos humanos.

Dos 139 municípios tocantinenses, 84 estão elegíveis e 51 com adesão ativa, que representa 61% de adesão ao Programa Criança Feliz. A meta para o Estado de atendimento do público prioritário foi de 5.850 vagas ofertadas, tendo até maio/2019 uma execução total de 4.430 de atendimentos, o que representa 77% de alcance. Para 2020-2023, pretende-se elevar o número de adesões dos municípios de acordo com a abertura do Temo de Aceite do Ministério da Cidadania.

### Recurso do Governo Federal Repassado aos Municípios Destinado ao Programa Criança Feliz



**Fonte:** Relatório de acompanhamento do Programa Criança Feliz do Ministério da Cidadania, Coordenação de Gestão e Processamento de Transferência, agosto/2019. 2019\* maio/2019. Executado\* julho/2019.

O gráfico acima mostra o aporte financeiro proveniente da União destinado aos municípios para execução do Programa Criança Feliz - PCF, com execução de 86% conforme mês de referência julho/2019.

O Cadastro Único, a partir de 2015, vem passando por um processo de aprimoramento, por meio do cruzamento com outras bases de dados do governo federal, atualização cadastral, processo de fiscalização e exclusão lógica (cadastros há mais de quatro anos sem atualização). Houve uma redução de 15% dos beneficiários com Perfil Bolsa Família, considerando que em 2015 havia 160.374 famílias com perfil e em 2019 (mês referência julho/2019) há 139.362 famílias com renda *per capita* mensal de R\$ 0,00 a R\$ 178,00.

O número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em 2015 somava 133.420, enquanto no ano de 2019 (mês referência julho/2019) totalizava





## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

116.683. Ressaltamos que a taxa de cobertura das famílias beneficiárias com perfil foi de 83% em 2015 e de 84% em 2019, evidenciando a baixa oscilação da taxa de cobertura do Programa, segundo *Relatório de Informações RI/Bolsa Família e Cadastro Único Tocantins*, mês de referência julho/2019, fonte <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>.

O Benefício de Prestação Continuada - BPC pago aos idosos e pessoas com deficiência no valor de um salário mínimo, teve uma redução de 3% dos idosos, considerando os dados: 2015 - 15.717 idosos e 2019 - 15.239. O benefício da pessoa com deficiência teve um acréscimo de 10% no número de beneficiários, conforme os dados: 2015 - 21.461 e em 2019 - 23.958, segundo RI Relatório de informação 06/2019. Dos 23.958 beneficiários do BPC, 4.029 estão inseridos no Programa BPC na Escola, que garante o acesso e permanência dos mesmos na escola, destes 31% não estão inseridos. Para o quadriênio 2020-2023, a meta é atingir 75% do total de beneficiários inseridos na escola.

Para que os referidos serviços e benefícios sejam executados o cofinanciamento da União, Estado e Municípios, de acordo com o preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, deve acontecer de forma regular e automática, com base em critérios transparentes e universais, pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e Comissão Intergestores Bipartite - CIB e aprovados pelos conselhos nacional, estadual e municipais de Assistência Social.

### **VI - Segurança Alimentar e Nutricional**

O Governo do Estado, por meio da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, promoverá ações (palestras, oficinas de promoção da alimentação saudável) com a finalidade de orientar a população para uma alimentação segura e de qualidade, visando à redução da insegurança alimentar e melhoria da qualidade de vida das famílias tocantinenses, principalmente as com baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social.

Foram estruturadas, nos 139 municípios do Estado, as Centrais de Recebimento e Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar - Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, com a entrega de equipamentos/material de consumo que compõem os kits e 13 caminhões, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar, aquecer a economia local e atender as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio do Convênio PAA nº 790646 - SICONV.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

A Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, em parceria com CONSEA/TO - Conselho Estadual de Segurança Alimentar, vem desenvolvendo ações para o fortalecimento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, onde foram realizadas assessorias em 39 municípios do Estado; destes, 17 aderiam ao SISAN no quadriênio 2016/2018 e 5 se encontram em processo de adesão.

### **2.2.3.3. Estrutura produtiva e sustentabilidade ambiental**

O Estado do Tocantins se desponta como local das oportunidades, destacando-se o agronegócio, principalmente em função de grandes extensões de terras disponíveis.

Dos 27,8 milhões de hectares que o Estado possui, 13,8 são aptos para a produção agropecuária, sendo que a totalidade do Estado está inserido na região do MATOPIBA, foco de ações do governo federal para o desenvolvimento responsável da última fronteira agrícola do cerrado no Brasil.

Nesse contexto, o Estado está em franca expansão agrícola e isso se deve principalmente à disponibilidade de áreas, sua localização privilegiada para o escoamento da produção e excelentes condições edafoclimáticas, tudo isto somado aos investimentos realizados pelo poder público, como estradas, energia, projetos hidroagrícolas, incentivos fiscais, dentre outros.

O Estado conta com boa estrutura logística de transporte composta por uma rede de rodovias pavimentadas, ligadas à BR 153, à Ferrovia Norte-Sul e previsão para implantação da hidrovia Araguaia Tocantins e aeroportos de cargas.

Mesmo sendo responsável pelo foco da economia do Estado, a agropecuária tocantinense possui ainda um potencial de expansão extraordinário em termos de diversificação e produtividade, que associada à perspectiva de logística em implementação no território, potencializa sobremaneira a capacidade de desenvolvimento regional do Tocantins.

Os números da produção do Estado vêm mostrando evoluções significativas em algumas atividades, uma estagnação em outras e a incorporação de atividades que não eram priorizadas pelo setor produtivo. A atual área de produção agrícola, totalizando cerca de 1,1 milhão de hectares, ainda está longe de corresponder ao potencial produtivo do território, sobressaindo-se a cultura da soja com mais de 700 mil hectares cultivados.





## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

A pecuária bovina do Tocantins, estagnada nos últimos 10 anos com um rebanho em entorno de 8 milhões de bovídeos, enfrenta problemas como o déficit de forragem, ocasionando índices zootécnicos inferiores ao potencial genético animal disponível. A atividade pecuária é desenvolvida em uma área de aproximadamente 7,5 milhões hectares de pastagens, onde se estima que desse total, cerca de 5 milhões de hectares se encontra em alguma fase de degradação.

A estratégia da política econômica do Governo está voltada para a consolidação de uma base produtiva moderna, diversificada, competitiva e eficiente para o desenvolvimento sustentável.

Para garantir esse novo cenário da agropecuária e do agronegócio tocantinense, que preze pela sustentabilidade econômica, social e ambiental, é fundamental o suporte do Governo nos seguintes temas estratégicos:

- a) Desenvolvimento dos Polos de Produção;
- b) Pesquisa e inovação tecnológica;
- c) Agricultura de Baixo Carbono;
- d) Assistência Técnica e Agricultura Familiar;
- e) Agregação de valor a produção agropecuária e comercialização;
- f) Defesa Agropecuária;
- g) Regularização Fundiária.

Analisando a evolução da produção agropecuária do Estado, é fácil verificar uma maior expressividade em termos de potencial de crescimento para: soja em grão, carne de frango, carne suína, algodão, cana-de-açúcar e silvicultura. O mercado interno e a demanda internacional exercem grande influência no crescimento para a maior parte desses produtos. Contudo, esse potencial somente será efetivo com investimentos massivos e coordenados em termos de fomento, logística, incentivos e inovação tecnológica. Para tanto, organizar essa produção em polos de produção potencializa a vocação natural e regional em que a atividade está ocorrendo, e a priorização nos investimentos em termos de tecnologia e infraestrutura.

É possível indicar algumas regiões e setores produtivos que certamente constituem polos de produção no Estado. Um cruzamento de informações gerais em termos de aptidão agrícola e qualidade de solo, questões de declividade, áreas atuais de produção de commodities, limitações ambientais, bacias hidrográficas, pluviosidade nortearão a formação dos clusters de produção, a priorização dos polos de produção, dos investimentos públicos e parcerias público privadas nessas regiões.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

A formalização de organizações agropecuárias, a exemplo das associações, cooperativas, institutos, sindicatos rurais e outros, indica ser de fundamental importância para a garantia do desenvolvimento do setor agropecuário, contribuindo para a sustentabilidade socioeconômica do Estado, melhoria das atividades produtivas, promovendo ambientes favoráveis à difusão de tecnologias, gestão e conhecimento destinado a técnicos e produtores rurais, desencadeando no aumento da produção, maior comercialização, bem como a geração de trabalho e renda, garantindo o aumento da qualidade de vida nas comunidades rurais.

### I - Pecuária

O Tocantins tem como principais atividades econômicas a criação de gado bovino de corte. Em 2019, o Estado conta com 7,5 milhões de hectares de pastagens e com um rebanho de 8,6 milhões de cabeças, ocupando a 11ª colocação no ranking nacional.

Para os próximos anos a perspectiva é de aumento das exportações e de continuidade da abertura de novos mercados com o início das atividades da Ferrovia Norte-Sul, com redução de 30% das despesas com fretes para cargas, tornando o Estado do Tocantins destaque no escoamento da produção, principalmente em função da existência de frigoríficos com selo de inspeção federal ao longo da ferrovia.

**Desempenho das Cadeias Produtivas do Estado do Tocantins - 2010 a 2019**

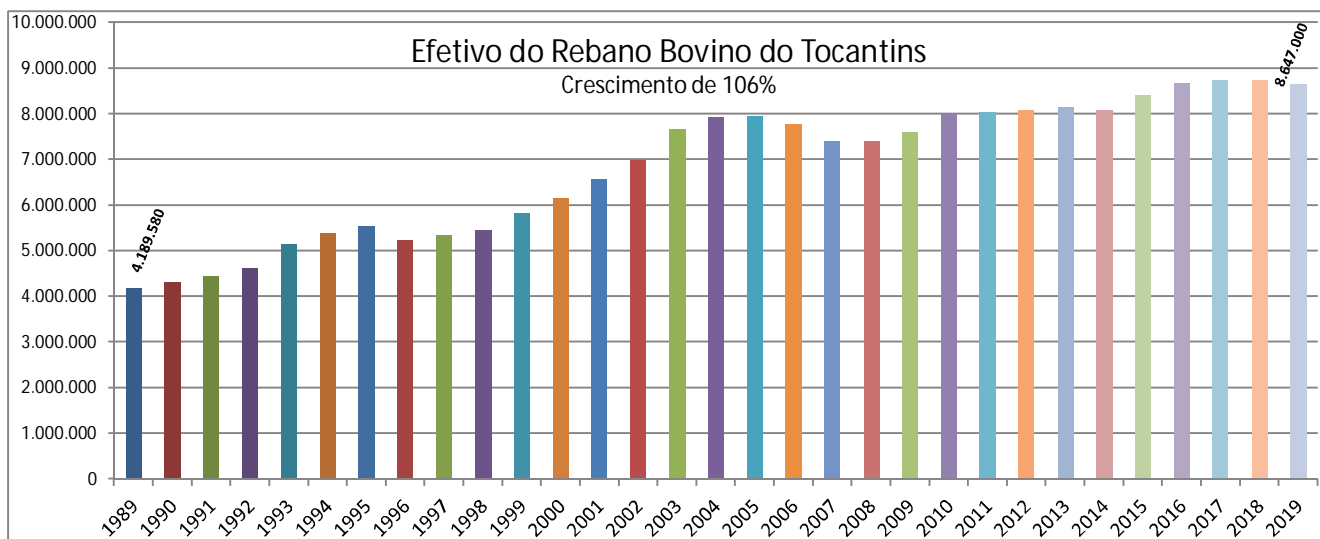
PECUÁRIA	UNID	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019*	Incremento do Período
Aves	cab	4.155.000	4.145.000	3.905.250	6.822.000	9.725.000	11.713.000	13.590.562	8.900.000	8.920.000	9.000.000	117%
Bovinos	cab	7.993.614	7.896.902	7.993.928	8.177.900	8.102.565	8.412.404	8.652.161	8.738.477	8.652.000	8.647.000	8%
Bubalinos	cab	9.280	8.948	9.349	7.635	7.600	6.249	6.725	6.059	6.000	6.100	-34%
Ovinos	cab	108.062	113.544	127.680	134.987	131.386	134.892	134.000	139.000	138.450	136.000	26%
Caprinos	cab	25.167	23.213	23.224	23.544	23.438	24.616	25.789	27.580	27.800	25.000	-1%
Suínos	cab	266.040	246.871	271.322	275.036	271.147	285.641	300.000	305.000	311.667	345.000	30%
Equinos	cab	203.391	229.721	235.153	265.944	264.012	274.297	210.000	180.000	195.580	180.000	-12%
Mel (Apicultura)	kg	156.171	153.485	124.827	118.497	115.240	110.000	99.913	73.650	70.500	70.000	-55%
Leite (1000 litros)	Lt	355.498	267.310	269.890	135.958	127.496	323.557	280.000	250.000	208.000	209.000	-41%
Couro	Unid	850.000	950.000	1.150.000	1.413.652	686.226	2.914.000	2.000.000	1.800.000	1.800.000	1.800.000	112%

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017; Pesquisa Pecuária Municipal.

**Nota:** Estimativa referente ao ano de 2019 obtidos por meio de projeção de dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS



**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017; Pesquisa Pecuária Municipal.

**Nota:** Estimativa referente ao ano de 2019 obtidos por meio de projeção de dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins.

Analisando as tabelas e os gráficos relativos à evolução do rebanho tocantinense, percebe-se que o efetivo do rebanho está estagnado desde o ano de 2003, em torno de oito milhões de cabeças. No entanto, há o crescimento expressivo da avicultura nos últimos cinco anos, sendo este o viés potencial para atuação dos polos de produção: melhores índices da pecuária bovina e a manutenção da taxa de crescimento da avicultura. Em relação ao setor cárneo, a expectativa é de crescimento acelerado, especialmente as carnes de suíno e frango, em função do aumento na produção de grãos e da demanda mundial por proteína animal que indica a tendência de melhores preços ao produtor rural.

Nesse contexto, o Tocantins poderá contribuir de forma expressiva, investindo em recuperação de pastagens degradadas, maior lotação (animal por hectare), integração lavoura/pecuária/floresta, melhoria da qualidade genética de seus rebanhos, com isso reduzir significativamente o tempo do animal sobre o pasto, melhorando a produtividade, com desmatamento zero, diminuindo o impacto das emissões de gases de efeito estufa.

O Estado do Tocantins exporta produtos e subprodutos cárneos de bovinos, para países como a Rússia, Chile e Uruguai e para outros destinos. Com a liberação do mercado dos Estados Unidos, o Tocantins e outros 13 Estados da Federação, todos livres da Febre Aftosa com vacinação, poderão exportar carne "*in natura*", o que acarretará num potencial de exportação de pelo menos 100 mil toneladas por ano para os frigoríficos nacionais, garantindo abertura de novos mercados.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

O Tocantins tem avançado muito no setor de aquicultura e pesca nos últimos 10 anos, tendo a produção do Estado crescido 230% nesse período, sendo estimado para 2019 uma produção de 15.000 toneladas de pescado, o que representa uma queda comparada a produção dos últimos dois anos, que foi atribuída aos problemas de readequação da gestão dos dois maiores frigoríficos de pescado do Estado. O Tocantins conta, atualmente, com 4 frigoríficos, possuindo Serviço de Inspeção Federal - SIF e exportando para vários estados brasileiros, além de 12 laboratórios de alevinagem que abastecem o mercado interno e externo. A utilização sustentável dos maiores reservatórios das usinas hidroelétricas do Tocantins garante um aumento do potencial do Estado para produção de 900.000t/ano de pescado, aproximadamente duas vezes a produção nacional, destacando o Estado como promessa de referência no setor.

## II - Agricultura

A produção de grãos no Estado do Tocantins apresenta taxas elevadas de crescimento nos últimos dez anos, impulsionada, principalmente, pela crescente demanda de grãos no mercado mundial. Segundo estimativas, essa demanda manterá a tendência de crescimento nos próximos anos, principalmente com os investimentos que serão realizados na região do MATOPIBA, com possibilidade de grande aumento da produção, com a expansão de áreas plantadas, com o incremento da produtividade das culturas em função da utilização das tecnologias agropecuárias. Neste sentido, podemos afirmar que nos próximos quatro anos a produção de grãos no Tocantins deverá crescer entre 40 a 60%.

**Principais Culturas de Grãos do Estado do Tocantins de 2009 a 2019**

CULTUR A	ÁREA PLANTADA / SAFRA (Mil Hectares)										Cresc. (%)	
	09/10	10/11	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16	16/17	17/18	18/19	10 anos	
SOJA	364	405	451	550	748	850	871	964	988	1.024	181,32%	
MILHO	78	97	103	95	152	218	165	201	211	204	161,54%	
ARROZ	142	141	120	119	114	128	133	132	132	120	-15,49%	
SORGO	21	20	22	19	20	21	24	29	29	29	38,10%	
FEIJÃO	27	28	36	23	21	21	19	45	40	38	40,74%	
<b>TOTAL</b>	<b>632</b>	<b>691</b>	<b>732</b>	<b>806</b>	<b>1.055</b>	<b>1.238</b>	<b>1.212</b>	<b>1.371</b>	<b>1.400</b>	<b>1.415</b>	<b>123,89%</b>	

Fonte: Séries históricas segundo a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab.

Outros setores de destaque na agricultura tocantinense em termos de potencial de expansão são a fruticultura, por meio dos projetos de perímetros



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

irrigados, e a cultura da mandioca, utilizada para fabricação de farinha, fécula e polvilho, além da produção da raiz para consumo.

### **III - Floresta Plantada**

A cadeia produtiva das florestas plantadas conta, atualmente, com uma área de 128.900,00ha, segundo levantamento realizado, o que demonstra uma redução de 28,78% em relação ao ano de 2016, que era da ordem de 162.709,17 ha. Esse dado revela o grande desafio do setor que é a falta de agroindústria consumidora no Estado, situação que tem inibido os produtores no sentido de renovar e aumentar as áreas de plantio, orientando o Governo do Estado sobre a importância de continuar a incentivar a implementação do Plano Estadual de Florestas do Tocantins, fortalecendo o componente da agroindustrialização, para fins de cumprimento da meta de 850 mil hectares de florestas plantadas no Estado.

As perspectivas futuras do setor de florestas plantadas apontam para crescimento em função da demanda por produtos madeireiros e o desenvolvimento de polos industriais que tendem a despertar interesse de investidores.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

### **IV - Estudos e Projetos**

Em fase adiantada de “Estudos e Projeto”, o Ministério do Desenvolvimento Regional, em parceria com a Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação, tem dois empreendimentos altamente viáveis nos aspectos técnico-econômico-financeiro-ambiental para a região sudeste: o Projeto Chapada da Natividade e o Projeto Rio Sobrado, que envolvem diretamente os municípios de Chapada da Natividade, Natividade e Taguatinga.

Os estudos de viabilidade técnico-econômico-financeiro-ambiental, aliados aos projetos básico e executivo, e ainda aos estudos ambientais, podem proporcionar a implantação de tais empreendimentos, incrementando a renda da população diretamente beneficiada com as obras e melhorando da qualidade de vida das famílias que optam por participar como irrigantes, além de viabilizarem a permanência da população rural no campo e a instalação de empresas prestadoras de serviços aos irrigantes e empresários rurais.

### **V - Pesquisa e Inovação Tecnológica**

São de relevância estratégica para o desenvolvimento agropecuário, as ações que incentivam o apoio às atividades de pesquisa, a adaptação, validação e transferência de tecnologias ao setor produtivo, dando suporte tecnológico para o desenvolvimento do Estado.

Por meio dos centros de referência de tecnologia em várias áreas de produção, a exemplo do Centro Agrotecnológico de Palmas, instalado numa área de 350 ha, o Estado conta com infraestrutura básica de funcionamento destinado ao desenvolvimento tecnológico, por meio da instalação de unidades de pesquisa, validação e adaptação tecnológica, produção de mudas, capacitação e realização de eventos técnicos.

Eventos como a Agrotins, maior Feira de Tecnologia Agropecuária da Região Norte do Brasil, trazem, anualmente, os últimos lançamentos de tecnologia em exposição para o setor agropecuário. O agronegócio tocantinense caminha para a sustentabilidade, focado na melhoria da produtividade por meio da inovação tecnológica sistemática e da inclusão social das comunidades rurais, podendo contribuir significativamente para garantir a melhoria na distribuição de renda e na redução da pobreza.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

### **VI - Plano ABC-Tocantins**

O Plano Estadual de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC-TOCANTINS) consiste numa importante parte dos compromissos assumidos internacionalmente pelo Brasil de reduzir suas emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas - COP-15 de 2009, realizada em Copenhague, Dinamarca.

O Plano ABC-TO tem por finalidade promover ações tecnológicas que contribuam para redução de emissão de gases de efeito estufa - GEE no sistema produtivo agropecuário, aumentando a produção e a renda, preservando os recursos naturais e viabilizando a qualidade de vida para as próximas gerações.

Em consonância com o Plano Nacional, o Plano ABC-TO está estruturado em sete programas: Recuperação de áreas de Pastagens Degradadas - RPD, Integração-Lavoura-Pecuária- Floresta - ILPF e Sistemas Agroflorestais - SAFs, Sistema de Plantio Direto - SPD, Fixação Biológica de Nitrogênio - FBN, Florestas Plantadas, Tratamento de Dejetos Animais e Adaptação as Mudanças Climáticas.

As atividades relacionadas aos programas do Plano ABC-TO são direcionadas para ações de gestão, articulação institucional, capacitação e divulgação de tecnologias de produção sustentáveis e linha de crédito do Programa ABC aprovada pelo Governo Federal, visando o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário.

Em cada programa é proposta a adoção de uma série de ações, como fortalecimento da assistência técnica, capacitação, estratégias de transferência de tecnologia - TT, dias de campo, palestras, seminários, workshops, implantação de Unidades de Referência Tecnológica - URT's e Instalação de Unidade de Aprendizagem Tecnológica - UAT.

A adaptação às mudanças climáticas é parte de um conjunto de políticas públicas de enfrentamento das alterações climáticas. A estratégia é investir com maior eficácia na agricultura, promovendo sistemas diversificados, uso sustentável da biodiversidade e dos recursos hídricos, com apoio ao processo de transição, organização da produção, garantia de geração de renda, pesquisas voltadas para os recursos genéticos e melhoramento, recursos hídricos, adaptação de sistemas produtivos, identificação de vulnerabilidades e modelagem, dentre outras iniciativas.





## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Um dos objetivos do Plano ABC-TO visa construir uma rede de técnicos multiplicadores e unidades de referência tecnológica nas tecnologias do ABC, sendo que atualmente são aproximadamente 150 técnicos de ATER da rede pública e privada capacitados e 46 unidades de referência tecnológica.

### VII - Assistência Técnica e Agricultura Familiar

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO, dentre os dez maiores desafios para humanidade nos próximos anos, destacam-se: energia renovável, água, alimentos, meio ambiente e pobreza. Neste quesito a agricultura familiar tem reafirmado sua relevância, quando se verifica que é decisiva para o enfrentamento destes desafios postos a sociedade.

No entanto, cabe destacar que o serviço de **Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER** é primordial neste processo, configura-se como ponte entre a pesquisa e a produção numa relação dialógica na construção de novos conhecimentos, contribuindo significativamente para o produtor rural aprimorar suas atividades no campo, estimular a inovação tecnológica, promover a agregação de valor aos produtos por meio do processamento, qualificar a gestão rural e fortalecer atividades econômicas.

Os serviços de ATER têm como missão central a difusão do conhecimento e a promoção de políticas públicas para o setor rural: Combate à Pobreza Rural - Brasil Sem Miséria; PRONAF; Programa de Aquisição de Alimentos - PAA; Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE; habitação rural; energia elétrica; água/saneamento; saúde; segurança alimentar e nutricional; inovação tecnológica; educação no campo; políticas para mulheres, jovens, idosos; reforma agrária; infraestrutura, fomento e organização rural.

#### Programa Nacional da Agricultura Familiar - Pronaf - Estado do Tocantins

Ano	Nº de DAPs* Ativas	Nº de Contratos	Total dos Créditos (Em Milhões)
2013	N/D	13.448	197,93
2014	N/D	13.316	271,29
2015	48.439	11.208	251,69
2016	41.334	8.510	212,73
2017	27.889	4.911	119,10
2018	19.705	3.855	98,34
2019	19.031	N/D	N/D

Fonte: <http://nead.mda.gov.br/politicas>

Nota: \*DAP = Declaração de Aptidão ao Pronaf





## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Esta mesma agricultura familiar é responsável pela produção de cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, por 80% da mão-de-obra empregada na agricultura e por fim a 9% do Produto Interno Bruto - PIB nacional. A agricultura familiar é fundamental para preservação da agrobiodiversidade, a manutenção das famílias na atividade agrícola, a democratização dos meios de produção e a criação de novas oportunidades de sustento, reduzindo assim o êxodo rural.

Diante da situação de crise econômica que se instala no país, a definição do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins - Ruraltins como órgão fundamental nas ações do desenvolvimento agrário e de fomento à agricultura familiar, vem ao encontro das necessidades básicas do produtor rural tocantinense, que busca o aprimoramento de suas atividades econômicas e de cidadania.

Com o intuito de fortalecer a agricultura familiar do Estado do Tocantins, o órgão oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado, o Ruraltins, deverá potencializar a difusão de tecnologias e inovações no meio rural, buscando a integração das diversas cadeias produtivas geradoras de conhecimento, tanto formais como informais, fazendo uso dos recursos naturais como mecanismos de geração de emprego e renda no meio rural.

Diante desse panorama, o Ruraltins tem como meta para os próximos quatro anos a realização de oitenta mil atendimentos aos agricultores familiares tocantinenses, por meio de diversos profissionais atuando como extensionistas da área produtiva e social, que participam da promoção de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável.

Na estratificação desta população familiar, dados do INCRA, reportam no Tocantins, 374 projetos de assentamentos rurais, com área total de 1,22 milhão de hectares, onde foram assentadas 24.859 famílias. O Programa Nacional de Crédito Fundiário beneficiou diretamente 3.820 famílias, com 975 contratos de financiamento e área de aproximadamente 92.311,13 hectares em 60 municípios tocantinenses. Atualmente, dispomos de 38 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares (datado de 10/09/2015) com uma população estimada em 2.000 famílias. Existem implantados 17 projetos de assentamentos / reassentamentos rurais constituídos a partir da formação dos reservatórios das hidroelétricas Luís Eduardo Magalhães, Estreito e Peixe-Angical e 15 projetos de assentamento constituídos pelo Governo do Estado - ITERTINS, atendendo 734 famílias.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Dados do Ministério da Pesca e Aquicultura/ Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura no Tocantins - MPA/SFPA-TO contabilizam 35 colônias, com 7.500 pescadores artesanais no Estado. Estima-se uma população de 500 famílias que sobrevivem do extrativismo vegetal no Tocantins.

A garantia de mercado para os seus produtos e a disponibilidade de crédito estimulam os agricultores a se estruturarem para conquistar novos mercados. Dependendo do porte do município, as compras públicas podem representar um volume significativo de produto e a possibilidade concreta de viabilização de unidades familiares de produção, através da abertura do mercado institucional para associações de agricultores, organizadas e formalmente constituídas. A compra institucional do Governo Federal envolve dois programas importantes que possibilitam a viabilidade da comercialização dos produtos da agricultura familiar, que são o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Vale ainda lembrar a sociobiodiversidade como ambiente da relação entre a diversidade biológica, os sistemas agrícolas tradicionais ou agrobiodiversidade e o manejo destes recursos em sintonia com o conhecimento e a cultura das populações tradicionais e agricultores familiares. Daí ser importante a promoção de políticas públicas das cadeias de produtos do setor agroextrativista do Estado, considerando a necessidade do envolvimento com diferentes segmentos da sociedade e de órgãos governamentais, considerando que a bioeconomia no Brasil é movimentada pelos pequenos produtores rurais, extrativistas, ribeirinhos, agroextrativistas e outros.

Há um grande distanciamento entre a competitividade da agricultura empresarial (o agronegócio) e a agricultura de base familiar, e tem pressionado os governos e os formuladores de políticas para construir as alternativas adequadas e necessárias para manutenção e desenvolvimento da agricultura familiar.

Problemas estruturais relacionados ao tamanho reduzido de suas áreas, a insuficiência e/ou inadequação de tecnologias apropriadas às suas condições socioeconômicas, associados aos baixos índices de fertilidade dos solos são questões que precisam ser enfrentadas e superadas. O fortalecimento e a ampliação da assistência técnica de base agroecológica, sistemática e apropriada às dinâmicas e diversidade da agricultura familiar do Estado se fazem urgentes e necessárias.

Outro grave problema enfrentado pelos agricultores familiares está relacionado à comercialização de seus produtos. A distância dos centros consumidores, os altos custos de transporte, a carência de estruturas de



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

armazenamento e processamento da produção, faz com que seus produtos sejam comercializados a preços muito baixos, muitas vezes insuficientes para remunerar os custos de produção quando não, impedindo a comercialização, principalmente para os mercados institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Outro desafio determinante é a questão da tecnologia rural para a agricultura familiar. É possível pensar em tecnologia, em avanço tecnológico e inovação no sentido de adequá-las às necessidades destas populações e atender às demandas dos diferentes segmentos (tipos) de agricultores ou de agriculturas familiares. Porém é necessário que tenhamos uma assistência técnica e extensão rural qualificada e estruturada, para atender estas demandas. Conseguiremos uma melhor resposta em termos de modernização, se tivermos uma ATER com recursos logísticos e quadros técnicos preparados para esta transferência tecnológica e de inovação, oportunizando a estas famílias tocantinenses a capacidade de alavancar a produção alimentar em escala e de forma competitiva com a produção de alimentos, e fazer frente às exigências das legislações vigentes e do mercado.

### **VIII - Agregação de Valor à Produção Agropecuária e Comercialização**

O apoio contínuo às agroindústrias é um importante objetivo do Governo, sejam elas consolidadas em reforma/adequação ou implantação, por meio de orientações quanto a plantas arquitetônicas, fluxograma que impeça cruzamentos e contaminações de alimentos, orçamentos de obras, meio ambiente e treinamento em Boas Práticas de Fabricação - BPF, promovendo ainda o monitoramento nas fases de implementação.

Nos próximos anos, haverá grande avanço no fornecimento de carnes inspecionadas à população de 8 municípios e suas regiões, com a construção de matadouros municipais no âmbito do Projeto PDRIS.

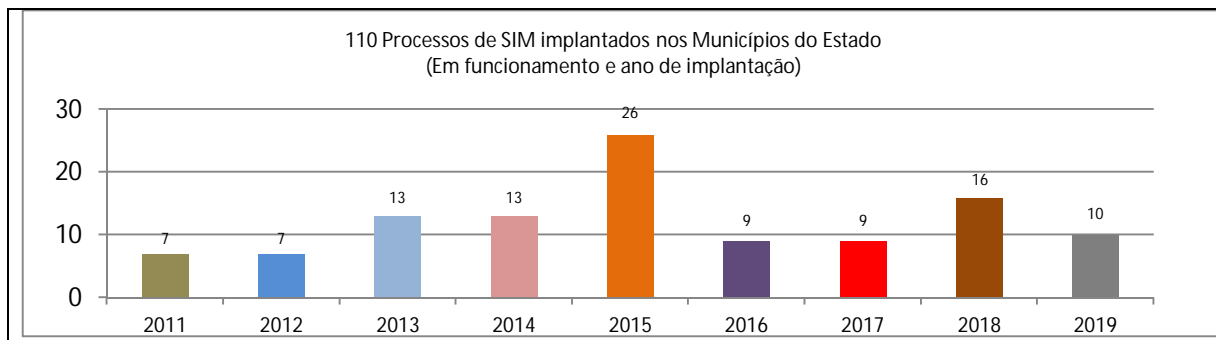
Para o PPA 2020-2023 as atividades de apoio ao desenvolvimento da industrialização de frutas e excedentes de produção serão priorizadas, por meio de estudo de processos de desidratação, fabricação de doces, conservas e compotas, especialmente para o atendimento aos projetos de fruticultura, a exemplo dos projetos São João e Manuel Alves.

Ainda para a regularização sanitária e ambiental com vistas a permitir que os pequenos produtores rurais possam ter acesso aos mercados e programas governamentais como Compra Direta, PNAE, Conab e outros, a Secretaria da



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Agricultura, Pecuária e Aquicultura - SEAGRO tem realizado atividades para implantação do Serviço de Inspeção Municipal - SIM em 110 municípios do Estado, por meio de orientações técnicas e diversas capacitações de agentes públicos municipais.



Fonte: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura.

Associado aos incentivos ligados a agregação de valor a produção agropecuária é essencial à estruturação do sistema de comercialização e abastecimento. O Estado implantou e vem ampliando a Central de Abastecimento do Tocantins - Ceasa que tem a função de promover o abastecimento alimentar, garantindo a regularidade e sanidade dos produtos hortifrutigranjeiros para todo o Estado. Atualmente, a Ceasa abastece 16 cidades da região metropolitana de Palmas, comercializando em torno de 16 mil toneladas de alimentos por ano.

Os principais desafios da comercialização e abastecimento no Estado são os seguintes:

- estruturação e organização das cadeias produtivas com foco no atendimento da demanda alimentar do Estado, bem como a exportação do excedente de produção;
- implementação de melhorias de infraestruturas necessárias na Central de Abastecimento - Ceasa;
- o associativismo e cooperativismo para produção como oportunidade para capitanear esforços de produção e comercialização coletiva na unificação de capital e trabalho;
- estruturação e organização das cadeias por meio de estratégias prioritárias visando reduzir custos de produção e elevar o valor agregado, expandindo as margens de lucro;
- capacitação das organizações sociais para o exercício de ações coletivas;



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

f) aumento da participação das associações de produtores rurais e cooperativas na organização e participação dos eventos agropecuários, oportunizando a contribuição do produtor rural na melhoria dos resultados a serem alcançados;

g) desenvolvimento de políticas para a produção de alimentos orgânicos e inovação tecnológica pela incorporação de tecnologias sociais nas organizações.

### **IX - Defesa Agropecuária**

O mercado internacional é de vital importância para expansão do agronegócio brasileiro. O setor apresenta competitividade ímpar no cenário global, garantindo ao país posição de líder em produção e em exportação de muitos produtos agrícolas. No entanto, para manter e garantir acesso a novos mercados é fundamental agilidade na negociação de protocolos e certificados sanitários e fitossanitários. Neste contexto, a Defesa Agropecuária é primordial pelo atendimento e manutenção das garantias sanitárias exigidas pelos mercados consumidores.

A Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC/TOCANTINS é o órgão responsável pela Defesa Agropecuária no Estado e tem como missão: promover a defesa agropecuária, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Agronegócio e melhoria da qualidade de vida da sociedade tocantinense.

Sem o foco de febre aftosa há 22 anos, o Tocantins vem preservando um status sanitário reconhecido pela OIE - Organização Mundial de Saúde Animal de livre da febre aftosa com vacinação. Exportando direta e indiretamente para mais de 100 países, entre eles o mercado chileno, a União Aduaneira - Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão.

O Estado avança a cada dia na Defesa Agropecuária. Desse modo, para facilitar o acesso aos serviços do órgão, houve investimento em tecnologia e o sistema de Defesa Agropecuário em todas as unidades de serviços da agência foi informatizado, está sendo feita a alimentação da Plataforma de Gestão Agropecuária - PGA que facilita as informações entre Estados da federação e o cadastro de todos os produtores de soja no sistema informatizado de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - SIDATO que facilita as ações desenvolvidas pelo órgão no controle e prevenção de pragas na soja.

No Tocantins, já é possível emitir, via internet, a Guia de Trânsito Animal eletrônica (e-GTA), onde os produtores poderão preencher os dados sobre o rebanho



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

de bovinos, os dados da nota fiscal de compra da vacina e os dados demais animais da propriedade, agilizando os trabalhos da Defesa e facilitando a vida dos produtores rurais.

O Estado conseguiu a adesão ao SISBI - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal e atualmente já estão inseridas no sistema do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA 4 indústrias com inspeção estadual que passam a comercializar seus produtos em todo território nacional, pois o selo SISBI tem a mesma equivalência do selo de inspeção federal e é um atrativo para a implantação de novas indústrias no Estado. A perspectiva é inserir na base de dados do MAPA com o selo do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI-POA a maioria das indústrias inscritas no serviço de Inspeção Estadual.

O Tocantins, atualmente, é o maior produtor de soja da região norte e na produção de sementes de soja na entressafra é o maior do Brasil, com o trabalho de conscientização junto aos produtores. Desponta como um dos principais Estado na devolução de embalagens vazias de agrotóxicos e com a certificação fitossanitário algumas frutas se destacam para a exportação, principalmente a banana.

O maior desafio da pecuária para os próximos anos é fortalecer as ações de saúde animal, cumprindo um conjunto de metas definidas pelo MAPA, para que o Tocantins retire a vacinação contra febre aftosa em 2021 e seja reconhecido como área livre de febre a aftosa sem vacinação pelo MAPA em 2022 e pela Organização Mundial de Sanidade Animal- OIE em 2023.

Porém outras demandas também são importantes para que a agropecuária tocantinense continue ampliando as relações de comércio no agronegócio, anulando os entraves causados por restrições sanitárias, evitando prejuízos econômicos que venham afetar toda a cadeia produtiva, tais como: na área de defesa animal, a inspeção estadual precisa se preparar para atender as demandas de novas empresas que tenham interesse em se instalarem no Estado e das que já estão no Tocantins e querem aderir aos SISBI, bem como dá suportes aos municípios que desejam adesão ao SISBI nos próximos anos; a sanidade deve evitar a entrada da peste suína clássica tendo em vista focos da doença na região nordeste, manter sobre controle incidências de raiva dos herbívoros, mormo, doenças das aves, brucelose e tuberculose animal, melhorar ações de biosseguridade evitando assim, que novas doenças cheguem aos rebanhos.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Na área de defesa vegetal, o principal desafio da sanidade é manter o *status* de excepcionalidade para o plantio da soja dentro do período do vazio sanitário, através do monitoramento semanal da ferrugem asiática da soja e manter o status de pragas ausentes nos citros, como cancro cítrico, pinta preta e Greening (HLB) e monitoramento da mosca da carambola. Na inspeção o objetivo é diminuir o comércio de sementes e mudas clandestinas considerado uma ameaça para a cadeia produtiva agropecuária e reduzir os índices de acidentes aos seres humanos, contaminação do meio ambiente e dos alimentos provocados pelo mau uso dos agrotóxicos.

É necessário também, fortalecer as ações de trânsito animal e vegetal, a certificação fitossanitária, a certificação de estabelecimentos agropecuários, preservando assim, toda a defesa agropecuária do Estado.

### **X - Regularização Fundiária**

O Instituto de Terras do Estado do Tocantins - ITERTINS atua na redução dos conflitos fundiários e na aplicação de subsídios práticos sobre a utilização de técnicas no processo de regularização, promovendo a legalização fundiária das ocupações incidentes nas terras situadas em áreas rurais do Estado, aos seus respectivos ocupantes e na legitimação da posse, viabilizando benefícios aos agricultores rurais, com a emissão de títulos definitivos, garantindo o pleno domínio sobre o imóvel, oportunizando assim, o acesso às linhas de crédito para o desenvolvimento de atividades produtivas, visando garantia da geração de emprego e renda no campo, resplandecendo no crescimento do agronegócio no Estado.

Nesta senda, nos exercícios de 2016 a 2019 foram regularizados 125.113,5244 ha (cento e vinte e cinco mil, cento e treze hectares, cinquenta e dois ares e quarenta e quatro centiares) nos diversos municípios das regiões do Estado, quais sejam: Sudeste, Nordeste, Central e Jalapão, sendo emitidos 638 Títulos Definitivos de Domínio.

Inobstante à meta prevista, que seria regularizar aproximadamente, 850.0000,000 ha (oitocentos e cinquenta mil hectares), o intento não está sendo alcançado em sua totalidade face à reestruturação do Estado, às contenções de despesas, a conjuntura política, econômica, orçamentária e financeira, bem como às situações jurídicas e técnicas adstritas aos processos de regularização fundiária, num exercício atípico.

Ademais, atinente às perspectivas para o próximo quadriênio, o referido Instituto, atento à vontade governamental, tem como finalidade avançar e expandir a





## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

legalização fundiária, em ambientes de elevada diversidade ecológica e em áreas com tensão social, bem como a redução de conflitos fundiários e execução das políticas públicas com responsabilidade socioambiental.

### **XI - Produção e Meio Ambiente**

O Tocantins é consciente da sua imensa responsabilidade ambiental, especialmente por abrigar a maior parte da área da Bacia Hidrográfica Tocantins-Araguaia. Composto por uma rica biodiversidade, tem o desafio de conciliar o aumento da produção de alimentos para o mundo de forma sustentável, com garantia da melhoria da qualidade de vida da população.

Fortalecer a gestão ambiental no Estado de forma integrada é uma meta a ser atingida por meio de diversas ações. O incremento do percentual de áreas de propriedades rurais adequadas ambientalmente é uma dessas ações, objetivo buscado com a projeção de alcance de 100% dos imóveis rurais do Tocantins no Cadastro Ambiental Rural - CAR no próximo quadriênio, além da consolidação da análise das inscrições no sistema e o monitoramento da adesão ao Programa de Regularização Ambiental - PRA.

O controle do desmatamento e de queimadas deve ser reforçado com a aquisição das bases de informações para fins de implementação do Código Florestal e a construção do *infohub geoespacial* interinstitucional no Estado, com a elaboração da política de acesso aos dados gerados. Essa meta inclui ainda a aquisição de equipamentos e softwares para aprimorar as análises, o monitoramento e a fiscalização, conforme previsto no Código Florestal.

A redução das taxas de desmatamento e o uso do fogo no Estado do Tocantins é ambicionada por meio de um conjunto de ações integradas de monitoramento, gestão territorial e da paisagem, gestão florestal e incentivo a alternativas produtivas sustentáveis. Ademais, a instituição do Centro de Inteligência em Gestão e Monitoramento Ambiental - i-GAMA, por meio da criação de um sistema de informações ambientais e geográficas e a definição de indicadores básicos de monitoramento, deve subsidiar a tomada de decisão dos gestores e mitigar o problema.

Outra importante ação projetada é a conclusão da elaboração do Programa Jurisdicional de REDD+ do Tocantins, assim como sua implementação. A estratégia de REDD+ permitirá ao Tocantins transformar serviços ambientais em ativos financeiros por meio de mecanismos legais como a criação da Companhia de





## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Desenvolvimento de Serviços Ambientais e Regulação do Clima do Estado do Tocantins e do Fundo Estadual para o Clima e Serviços Ambientais do Estado do Tocantins.

A implementação do Comitê Científico previsto na minuta do Projeto de Lei da Política Estadual de Mudanças Climáticas e de Pagamento por Serviços Ambientais é parte desse trabalho, que inclui ainda a instalação da Comissão Estadual de Validação e Transparência (também prevista na minuta) e a efetivação de estratégia de desenvolvimento rural de baixas emissões para o Estado, esforços que objetivam a transação de pelo menos cinquenta milhões de reais (R\$ 50.000.000,00) em créditos de carbono.

Considerando que as Unidades de Conservação - UC são instrumentos essenciais para a conservação da biodiversidade, dos processos ecológicos e dos serviços ambientais, outras metas do Estado são a finalização técnica do processo de criação da unidade de conservação da área do Vale do Rio Corda com a realização da consulta pública; o fortalecimento da gestão das unidades de conservação já criadas, garantindo a efetiva implementação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC; a consolidação dos sistemas de UC municipais existentes e suporte para a criação e implementação dos sistemas municipais de unidades de conservação; e o monitoramento da implementação da gestão das UCs.

Visando assegurar a disponibilidade dos recursos hídricos em quantidade e qualidade no Tocantins, o Estado visa atingir 100% de bacias hidrográficas monitoradas no próximo quadriênio, dando continuidade às ações de monitoramento das águas e ampliando o índice atual, que é de 46,67%. O fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado inclui a execução de projetos que atendam as situações de emergências ambientais e a elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica dos rios Santo Antônio e Santa Tereza, além de outras ações que estejam descritas na Política Estadual de Recursos Hídricos.

Em outro eixo, o Estado planeja ações com o objetivo de consolidar a educação para sustentabilidade como colaboradora na construção de uma nova racionalidade ambiental, sob a ótica da educação formal, não formal e da comunicação social, levando em conta o tripé social, econômico e ambiental. Neste sentido, a prevenção dos impactos ambientais decorrentes de atividades sociais é meta importante por garantir um meio mais sustentável às gerações futuras.

Acreditando no importante papel desempenhado pelas cidades, o Estado pretende ainda apoiar a implantação da Gestão Ambiental nos municípios,



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

possibilitando uma autonomia em suas ações por meio do Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMUMA (estrutura administrativa, instrumentos legais, conselhos municipais, entre outros), além de instituir o projeto “Cidade Sustentável” através da Agenda 21, bem como capacitar e fortalecer as Organizações Ambientais da Sociedade Civil que atuam no Tocantins, aumentando assim a sua contribuição para a conservação e preservação ambiental.

Outra meta fundamental é o fortalecimento institucional da relação entre a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH e o Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, como forma de oferecer uma melhor prestação de serviço público e avançar na gestão ambiental do Estado, bem como fortalecer os órgãos colegiados, como instrumentos de execução dessas Políticas.

A agenda ambiental do Estado inclui também a efetivação de instrumentos como:

- a) Implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Tocantins - PERS/TO;
- b) Implementação da Política Estadual de Incentivo à Geração e Uso de Energia Solar;
- c) Aprovação, sanção e instituição das Políticas Estaduais de Serviços Ambientais e de Pagamento por Serviços Ambientais e Mudanças Climáticas do Tocantins;
- d) Aprovação, sanção e reformulação da Política Estadual de Florestas;
- e) Aprovação, sanção e implementação da Política de uso sustentável do Capim Dourado e Buriti;
- f) Aprovação, sanção e instituição da Política de Proteção à Fauna.

O investimento em tecnologia da informação é indispensável para o monitoramento ambiental, o que exige a implementação de infraestrutura de rede lógica para a gestão dos dados espaciais produzidos e a manutenção e aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação - TI para a gestão ambiental e tomada de decisão estratégica de desenvolvimento sustentável do Estado. Além disso, duas ferramentas importantes devem ser concluídas e implementadas, são elas o Sistema Informatizado de Gestão de Resíduos Sólidos no Estado do Tocantins - SIGERS/TO e o Sistema do ICMS Ecológico.

O fortalecimento da gestão ambiental no Estado passa ainda pela consolidação da busca de certificação e qualidade, além do alcance de objetivos como a realização da reforma do prédio do órgão gestor do Meio Ambiente no Estado e a



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

capacitação da equipe técnica da secretaria para os desafios da construção de políticas públicas voltadas para o meio ambiente e para o enfrentamento dos desafios vindouros.

### **XII - Planejamento da Gestão Territorial**

Dentre as características marcantes do Tocantins, sua diversidade é, certamente, uma das que mais se destacam. Do ponto de vista ambiental, é composto por diferentes ecossistemas, em distintos estágios de conservação e, do ponto de vista econômico, testemunha processos produtivos em constante mudança, em que o avanço da fronteira agropecuária promove altas taxas de conversão da vegetação natural em pastagens e áreas de cultivo. Sob o aspecto social, também é um complexo de diferentes grupos humanos, com territorialidades próprias e, por vezes, conflitantes entre si.

É importante tratar as peculiaridades internas das diversas regiões do Tocantins como potencialidades, e não como problemas. Nesse contexto é essencial instrumentalizar uma visão estratégica do território tendo como elemento central uma preocupação de integração do arcabouço produtivo, ambiental e social, para objetivar metas de crescimento econômico e de combate à desigualdade social, aliada à conservação dos recursos naturais.

No âmbito do Poder Executivo, diversas atividades estão sendo desenvolvidas para instrumentalizar o planejamento da gestão territorial.

Destaca-se a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico do Tocantins, entre outros estudos sobre os recursos naturais e a realidade socioeconômica do Estado produzidos em diversas escalas de trabalho. Todos têm como fundamento subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas e investimentos privados no território estadual para o desenvolvimento econômico regional em bases ambientalmente sustentáveis.

Outro destaque se dá para a implantação do Sistema Cartográfico do Estado do Tocantins, no intuito de ampliar as possibilidades de uso de dados geográficos e cartográficos nos processos de tomada de decisão, planejamento e execução de políticas públicas de base territorial. O Sistema tem por objetivo aprimorar a produção, armazenamento e disseminação pública de dados geográficos como instrumento estratégico para atendimento das demandas de gestão do conhecimento, de gestão territorial e ambiental, e de investimentos em infraestrutura, especialmente no que tange ao atendimento da Legislação Cartográfica Nacional.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

### **XIII - Desenvolvimento Econômico**

Com a missão de atrair novos investimentos no setor da indústria, comércio e serviços, o Governo, por meio do Conselho de Desenvolvimento Econômico, oferta incentivos fiscais que visam garantir a atração, a fixação de empresas e a geração de novos empregos. Destaca-se que, no quadriênio do PPA 2016/2019, foram concedidos incentivos a 69 empresas nas modalidades de implantação e expansão, por meio dos programas Proindústria, Atacadistas de Medicamentos, Prologística e E-commerce, com investimentos projetados em R\$ 336 milhões e a previsão de geração de mais de 2.390 novos empregos diretos.

Para o PPA 2020-2023, a perspectiva é que os incentivos fiscais alinhados aos esforços de divulgação e promoção do Estado resultem na vinda de novos investimentos externos. Neste intuito, o Governo já prepara uma maior diversificação dos setores atendidos, tais como já vem acontecendo com o setor da pesca, aquicultura e aviação. Estão sendo planejados para os próximos quatro anos adequações nas leis e um trabalho mais engajador visando promover o Tocantins no Brasil e no mundo, de forma que o Estado melhore sua capacidade competitiva diante dos demais e consiga receber um maior número de indústrias.

Nos últimos quatro anos, houve a consolidação da Ferrovia Norte Sul com a operação do tramo Norte ligando Porto Nacional até o Porto de Itaquí. A VLI investiu mais de R\$ 300 milhões na estruturação de duas plataformas ferroviárias em Palmeirante e Porto Nacional, passando a ter capacidade de transporte de 6 milhões de toneladas de grãos/safra. Foram gerados, apenas nas obras das plataformas, 1.119 empregos diretos, sendo que na operação são aproximadamente 389 empregos diretos e indiretos.

A perspectiva, para o próximo quadriênio 2020-2023, é iniciar a operação do tramo sul da Ferrovia Norte Sul, por meio da Concessionária Rumo, permitindo aos produtos do Tocantins sair pelos portos de Norte e/ou Sul do país, dando maior opção logística e diminuindo custos. Estão sendo planejados novos centros logísticos para operações em Gurupi, bem como, novas plataformas para operações com containers.

Aproximar e cuidar das grandes, médias e pequenas empresas que já estão instaladas no Tocantins é uma prioridade constante da Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços. Neste sentido, foi realizado o Fórum Estadual de Desenvolvimento Econômico, que percorreu diversos municípios do Estado e mapeou as principais demandas do setor visando fortalecer todos os setores econômicos. Com



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

o apoio do Governo Federal, através do Ministério da Economia, estão sendo trabalhados projetos para dinamização do setor produtivo, do emprego e da produtividade através de qualificação em parceria com as instituições representativas das classes, com vistas a melhorar a competitividade empresarial para atender os mercados interno e externo.

### **XIV - Metrologia**

A Agência de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Inovação e Tecnologia - AEM-TO cumpre no exercício de suas funções junto à sociedade uma importante missão de atuar como instituição de defesa dos interesses dos consumidores e de apoio ao desenvolvimento industrial e comercial no que tange à metrologia legal e a qualidade dos bens ofertados à sociedade.

A Agência de Metrologia do Tocantins mantém um convênio de cooperação técnica e administrativa junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro. Instrumento este, que permite que o órgão execute o serviço público federal de competência do Inmetro no território tocantinense. Os recursos oriundos dessa arrecadação são repassados, diretamente pelo contribuinte, ao governo federal através de Guia de Recolhimento da União - GRU, sendo que a parte que cabe à Agência é devolvida como transferências correntes para atender às despesas mencionadas no plano de aplicação do convênio.

A perspectiva para o próximo PPA é a manutenção da atividade delegada com Inmetro, por meio da renovação do convênio, o que acontecerá ainda neste exercício de 2019. Com isto, a elaboração do PPA 2020-2023 manterá todos os objetivos já consignados no PPA anterior, uma vez que se trata de uma atividade continua de fiscalização, ampliando tão somente a meta física, de acordo com a expectativa de ampliação do universo de instrumentos metrológicos a serem fiscalizados.

### **XV - Junta Comercial**

A Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS tem como missão realizar a formalização pública de empresas mercantis e atividades afins na sua constituição, bem como alteração, dissolução e extinção das mesmas, de maneira rápida, eficiente e segura, a fim de contribuir cada vez mais para o desenvolvimento econômico do Estado.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Por atribuição legal, é o órgão responsável pelo registro público de empresas mercantis e atividades afins na circunscrição territorial sob sua jurisdição conforme a Lei Federal 8.934, de 18 de novembro de 1994. Ainda de acordo com essa mesma Lei, são atribuições da Junta Comercial: dar garantia, publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos das empresas mercantis, submetidos a registro na forma da lei; cadastrar as empresas nacionais e estrangeiras em funcionamento no País, manter atualizadas as informações pertinentes e proceder à matrícula dos agentes auxiliares do comércio, processando a habilitação e a nomeação dos tradutores públicos e intérpretes comerciais, além da matrícula e fiscalização de leiloeiros e armazéns gerais, bem como ao seu cancelamento.

Ao longo do período do PPA vigente, foram abertas mais de 40 mil empresas em todo o Estado, sobretudo pela criação do projeto Simplifica Tocantins, trazendo tecnologia e promovendo celeridade na formalização de empresas mercantis e atividades afins. Para os próximos quatro anos a Junta Comercial pretende continuar investindo em tecnologia, de modo a melhorar cada vez mais o seu atendimento ao público-alvo; investir na capacitação de servidores e ser reconhecida pela sua importância, melhorando o desenvolvimento econômico do Estado do Tocantins e dessa forma ampliar o seu papel com eficiência, eficácia e efetividade no atendimento as demandas da sociedade.

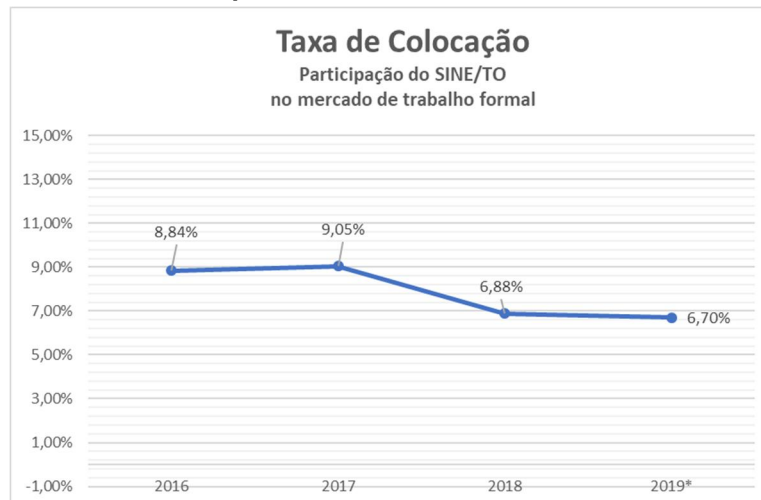
### **XVI - Trabalho e Mercado**

Com o objetivo de auxiliar o trabalhador tocantinense, seja por meio da intermediação de mão de obra, da qualificação profissional ou entrada no seguro desemprego, o Estado do Tocantins por meio da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, conta com 9 unidades do Sistema Nacional do Emprego - SINE nos municípios de Palmas, Araguaína, Araguaatins, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

### Percentual de Trabalhadores Colocados no Mercado de Trabalho Formal pelo SINE/TO - 2016 a 2019.



**Fonte:** Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, Base de Gestão da Intermediação de Mão de Obra - BGIMO.

**Nota:** \*2019 - Referente aos dados de janeiro a junho.

O gráfico acima demonstra o percentual de participação do Sistema Nacional de Empregos - SINE com relação à movimentação no mercado formal, ou seja, a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho através da intermediação de mão de obra.

O Governo do Tocantins, através do *Observatório do Trabalho* pretende mapear as necessidades de capacitação e qualificação, para que os esforços possam ser direcionados à real necessidade do mercado de trabalho de forma regionalizada e, com isso, inserir mais de 12% de trabalhadores no mercado de trabalho formal por meio do SINE no quadriênio 2020-2023.

Com base na Lei Federal 13.667, de 17 de maio de 2018, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego - SINE, criado pelo Decreto 76.403, de 8 de outubro de 1975, e cria o repasse fundo a fundo, o Tocantins aguarda a publicação para criação do fundo. Assim, é de interesse da gestão ampliar a atuação do Conselho Estadual de Relações do Trabalho - COERT, por meio da criação dos Conselhos Municipais de Relação do Trabalho e fortalecer ações de promoção do trabalho decente e erradicação do trabalho infantil e escravo no estado, sem deixar de lado o principal foco, que é contribuir para o aumento do emprego formal e geração de renda, devolvendo, deste modo, a dignidade ao trabalhador tocantinense.





## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

### **XVII - Turismo**

Os principais segmentos do turismo no Estado do Tocantins são: Turismo de Aventura, Ecoturismo, Pesca Esportiva, Sol e Praia e Turismo Cultural que no período de 2016 a 2019 foram divulgados em eventos nacionais e internacionais, por meio de estratégias de promoção que valorizaram as regiões turísticas: Encantos do Jalapão, Lagos e Praias do Cantão, Serras e Lagos/Palmas, Ilha do Bananal, Serras Gerais, Vale dos Grandes Rios e Bico do Papagaio.

Houve o fomento e participação de eventos geradores de fluxo turístico tais como: Evento “Bota para Correr” no Jalapão com a participação de 200 atletas nacionais e internacionais, Festa da Rapadura na Comunidade do Prata, Festa do Hitohoka da Etnia Karajá, Feiras WTM da China, WTM Latina América em São Paulo e Conotel 2019 em Goiânia. Foi atualizado o Planejamento Estratégico das 7 regiões turísticas, com ações estruturantes como: infraestrutura adequadas às segmentações, Estratégias de Marketing, Programa de Qualificação Profissional do trade e organização das Instâncias de Governança. A atualização do Mapa do Turismo elevou de 40 para 49 o número de municípios participantes. As comunidades quilombolas do Jalapão ampliaram a sua participação na cadeia do turismo, aumentando em 100% o número de famílias participantes locais, movimentando a cadeia produtiva do turismo.

Os desafios para o período de 2020-2023 são ampliar o fluxo, consolidar os destinos em mercados estratégicos, implantar e melhorar a infraestrutura turística como a estrada parque do jalapão, adequação das estruturas físicas nas unidades de conservação, a regularização ambiental e o controle da capacidade de carga dos atrativos, além da legalidade dos prestadores de serviços e equipamentos, em todas as regiões.

Hoje, o principal destino turístico do Estado que o Jalapão recebe em média 40.000 mil turistas/ano com um gasto médio de R\$ 565,00 (quinhentos e sessenta e cinco reais) por turista. Com a adequação da infraestrutura e melhor posicionamento no mercado nacional e internacional estima-se um crescimento anual de 20% do fluxo.

### **XVIII - Cultura**

A Cultura se ampara em diretrizes do Plano Estadual e Nacional de Cultura, em conformidade com o Sistema de Cultura do Tocantins e com o Sistema Nacional de Cultura, com o Conselho de Políticas Culturais, valendo-se das Leis estaduais pertinentes à cultura e da Lei Orgânica do Estado para a formulação e fortalecimento das políticas públicas que promovam a inclusão e a emancipação social.





## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Houve avanços para a Cultura, no período de 2016 a 2019, com a criação do Sistema de Cultura do Tocantins, sancionado pela Lei Estadual 3.252, marco legal norteador das políticas públicas para a Cultura do Estado e dos municípios.

A gestão cultural do Estado apoiou o curso de Formação de Gestores e Conselheiros Culturais para o Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura, parceria entre Governo Federal e Universidade Federal do Tocantins, que atendeu 300 pessoas.

Ademais, a Cultura gerencia as unidades culturais: Museu Histórico do Tocantins e Memorial Coluna Prestes, e o Patrimônio Cultural material e imaterial e atualizou o Calendário Cultural, dando reconhecimento às manifestações culturais do Tocantins.

Ainda foi realizada a 11ª Primavera de Museus em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, para fortalecimento dos laços entre os museus e a sociedade. Durante o Fórum de Desenvolvimento Econômico do Tocantins, foi realizado o workshop sobre “Gestão Cultural e Economia Criativa” nas cidades de: Guaraí, Gurupi, Araguatins e Taguatinga, com a participação de 42 gestores da área cultural e 27 municípios representados.

O incentivo ao artesanato tocantinense aqueceu a economia criativa, com a participação total de mais de 100 artesãos nas seguintes feiras: Feiras Nacionais do Artesanato em Brasília, Salão do Artesanato edição São Paulo, 26ª, 27ª, 28ª e 29ª Feira Nacional de Artesanato em Belo Horizonte, 10ª Salão do Artesanato de Brasília, XVI, XVII, XVIII e XIX Feira Nacional de Negócios do Artesanato em Olinda- PE com volume de vendas de mais de R\$ 1.200.000,00 , culminando em exposição e comércio de produtos artesanais, com destaque à matéria prima do capim dourado, sementes, madeira e produtos indígenas.

Os principais desafios para a Cultura em busca de resultados positivos para o período de 2020 a 2023 são investir e fomentar ações, programas e chamamentos públicos que potencializem a pluralidade artística e cultural do Estado, reconhecendo as manifestações culturais tradicionais, populares e regionais, a produção contemporânea das linguagens artísticas e culturais e o patrimônio material e imaterial, elementos que compõem os setores criativos.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

## **XIX - Economia Solidária e do Empreendedorismo**

A instituição da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária estabelece diretrizes de promoção e desenvolvimento da Economia Solidária a grupos organizados que integrem o mercado de maneira autossustentável.

Neste contexto, os projetos em andamento visam o fortalecimento de associações, cooperativas e organizações de produtores até as iniciativas de diferenciação dos produtos por meio de selos e certificações, tendo como objetivo o acesso ao mercado, a cadeia de valores mais inclusiva e o desenvolvimento do comércio justo e solidário da Política Pública Estadual de Fomento a Economia Solidária.

O Estado tem o objetivo de promover o acesso às políticas e recursos para a Promoção da Economia Solidária e do Empreendedorismo, fortalecer o controle social por intermédio do Fortalecimento das instâncias de Controle Social de Economia Solidária.

Para o alcance dos resultados é essencial a realização da capacitação de participantes de Empreendimentos Econômicos Solidários e beneficiários do Cadastro Único, realizações de feiras de Economia Solidária/Clube da Troca Solidária nos municípios tocantinenses, e implantação e revitalização de Unidade de Geração de Renda, visando o acesso ao trabalho e a melhoria na qualidade de vida.

### **2.2.3.4. Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação**

A Constituição Federal de 1988 estabelece, no art. 212, que a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

A Lei Federal 9.394/1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional, em consonância com a Constituição Federal de 1988, no art. 4º, aduz que a educação básica é “obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade” e no art. 10, inciso IV, que os Estados incumbir-se-ão de assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem. E ainda, que o financiamento da educação básica dar-se-á em conformidade com a Lei Federal 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

A Constituição do Estado do Tocantins de 1989, no seu art. 128, § 3º, afirma que “a distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do Plano Estadual de Educação, observadas as diretrizes nacionais de educação”.

A Lei Estadual 2.977/2015, que aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins - PEE/TO 2015-2025, e estabelece as suas diretrizes, quais sejam: a) erradicação do analfabetismo; b) universalização do atendimento escolar; c) superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; d) promoção da melhoria da educação com qualidade na formação integral e humanizada; e) formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; f) promoção do princípio da gestão democrática da educação pública, consolidada na efetividade da autonomia administrativa, financeira e pedagógica; g) promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Estado; h) garantia de recursos públicos em educação com proporção que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; i) valorização dos profissionais da educação, com garantia de condições de trabalho; j) promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental; l) fortalecimento do regime de colaboração interfederativo, com definições equilibradas na repartição das responsabilidades e corresponsabilidades; m) o reconhecimento da precedência da família na educação escolar até o término do ensino médio, fortalecendo e tornando efetiva a participação dos pais/mães nas políticas pedagógicas que tratem do assunto.

Orientados pelas diretrizes estabelecidas no PEE, a Secretaria da Educação, Juventude e Esportes - SEDUC propõe uma política pública de educação básica científica e tecnológica amparando-se no uso pedagógico das tecnologias digitais de informação e comunicação integradas ao currículo, desenvolvendo competências para a disseminação de informações, produção de conhecimentos e resolução de problemas. Nesse contexto, faz-se necessário o aprimoramento das práticas pedagógicas, bem como, o fortalecimento da carreira docente em cumprimento ao que estabelece o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica Pública - PCCR, na forma da lei.

### **I - Educação Superior e Profissional**

No período de 4 anos, a Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS obteve avanços significativos no seu objetivo de promover o conhecimento científico e a formação acadêmico-profissional da sociedade tocantinense. Hoje são mantidas



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

as ofertas de 480 (quatrocentos e oitenta) vagas nos cursos presenciais, anualmente, para os cursos de Araguatins (Letras, Pedagogia), Augustinópolis (Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem), Dianópolis (Administração, Ciências Contábeis, Direito) e Palmas (Direito, Engenharia Agrônoma, Serviço Social, Sistemas de Informação). Por meio do vestibular, são ofertadas 40 vagas por curso, tanto no vestibular próprio, como no simplificado, via Sistema de Seleção Unificada - SISU. Atualmente, são mais de 3.000 alunos matriculados, projetando para 5.000 matriculados com a abertura de novos cursos.

Para o próximo quadriênio, tem-se a perspectiva de incluir mais três cursos de graduação presencial na área de Ciências da Saúde, dois na área de Ciências Humanas, um na área de Ciências Sociais Aplicadas e dois cursos Tecnólogos presenciais na área de Recursos Naturais. Incorporando a TV UNITINS e rádio a FM 96.1 para dinamização de programas e ações acadêmicas, sociais e culturais.

Espera-se implantar dois projetos anuais de pós-graduação *Lato Sensu* consoante às políticas de ensino, pesquisa e extensão, e implantar três programas de pós-graduação *Stricto Sensu*. Dando a oportunidade de acesso à formação integral de excelência acadêmica.

## **II - Juventude e Esporte**

A Lei Estadual 3.421, de 8 março de 2019, no art. 16, inciso VIII, que trata da organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual estabelece as atribuições da Secretaria de Educação, Juventude e Esportes, à qual cabe desenvolver as políticas estaduais de educação, em conformidade com o que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei Federal 9.394/1996), e atendendo o que determina o Estatuto da Juventude (Lei Federal 12.852/2013) e Lei do Desporto (Lei Federal 9.615/1998).

As políticas públicas de juventude são orientadas pelas diretrizes gerais do Estatuto da Juventude, instituído pela Lei Federal 12.852, de 5 de agosto de 2013, dentre as quais destacam-se: o desenvolvimento da intersetorialidade das políticas estruturais, programas e ações; a ampliação das alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios; o atendimento de acordo com suas especificidades perante os órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população, visando ao gozo de direitos simultaneamente nos campos da saúde, educacional, político, econômico, social, cultural e ambiental; a garantia de meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre; promover o território como espaço de integração; o fortalecimento das relações institucionais com os entes federados e as redes de órgãos, gestores e conselhos de juventude; e o estabelecimento de mecanismos que ampliem a gestão de informação e produção de conhecimento sobre juventude.

O art. 1º da Lei Federal 9.615/1998 estabelece que o desporto brasileiro abranja práticas formais e não-formais. Como prática desportiva formal, entende-se aquelas reguladas por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto. Enquanto a prática desportiva não-formal é caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes. Pretende-se constituir uma política pública estadual de esporte que direcione as ações do poder público no sentido de potencializar a relação entre educação, juventude e esporte.

### **2.2.3.5. Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades**

#### **I - Infraestrutura**

O desafio prioritário da atual gestão para o próximo quadriênio será de dotar o Estado de infraestrutura econômica nos seus polos mais dinâmicos, em particular no que se refere à oferta da infraestrutura pública necessária ao desenvolvimento municipal e regional, desenvolvimento da rede de cidades, mobilidade urbana, desenvolvimento urbano, fortalecimento da política estadual de habitação de interesse social, infraestrutura de irrigação para usos múltiplos, transporte e logística, portos e aeroportos e à oferta de energia sustentável.

Serão desafios do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Infraestrutura, Cidades e Habitação, prover à administração estruturas físicas e equipamentos públicos de qualidade para a prestação de serviços públicos à sociedade; viabilizar a entrega de obras de melhor qualidade, a preços justos e em prazos adequados; executar obras/serviços de engenharia civil, visando manter a infraestrutura física e reforçar a segurança, garantindo a operacionalização e a funcionalidade das obras públicas; gerir e apoiar a programação, coordenação, regulação, controle da execução e da implementação de políticas públicas do setor de obras públicas através de estudos, projetos e consultorias que permitam demonstrar a viabilidade de projetos apresentados e o acompanhamento daqueles aprovados, bem como na implantação de metodologias para melhoramento das atividades de gerenciamento de projetos. Destaca-se que, nesses últimos quatro



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

anos, foi possível à entrega de obras importantes como o Fórum de Araguaína e parte do complexo do Hospital Geral de Palmas.

Desenvolver os modais necessários e indispensáveis para o processo logístico do Estado, principalmente no que tange os modais portuário e aeroviário, que ainda são incipientes e precisam ser melhorados para atender as necessidades dos usuários e as demandas produtivas das diversas regiões do Tocantins.

No setor energético, o desafio está na construção de linhas de transmissão, subestações e redes, tendo em vista a grande produção de energia do Tocantins. Com o forte crescimento da demanda de energia, provocado pela expansão econômica do Estado, é necessário desenvolver o grande potencial produtivo das hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas - PCH's existentes. É desafio, ainda, incentivar a implantação e funcionamento de indústrias de cogeração de fontes de energia renováveis e sustentáveis no Estado, tendo em vista todo o potencial energético, bem como estimular a criação de programas de incentivo à utilização de energia alternativa e cogeração de energia apropriada ao setor rural, universalizando as fontes de energias e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das áreas beneficiadas.

## **II - Transporte**

Não há como pensar em um cenário futuro de avanços, de desenvolvimento regional mais equilibrado, de fortalecimento da produção, uma economia crescente, eficiente e competitiva no Tocantins, sem voltar as atenções aos desafios impostos aos modais de transporte. Esse desafio tem como propósito gerar externalidades positivas, por meio da facilitação da circulação de pessoas, produtos e serviços, dentro e fora do Estado. A melhoria dos indicadores econômicos e sociais depende das facilidades que o transporte intermodal oferece. Para isso, é necessária a recuperação, conservação e pavimentação de rodovias, da infraestrutura viária do Estado e dos acessos aos municípios, além das ligações intermodais.

Fortalecer a infraestrutura de transporte no Tocantins, com grande extensão territorial e distante dos portos, é imprescindível. Nesse setor, os investimentos públicos de todas as esferas e os privados devem convergir para superar os inúmeros desafios de reduzir custos e tempo, aproximar lugares distantes, facilitar o transporte da produção e das pessoas. Para tal, é necessária incentivar e implementar as parcerias público-privadas, com a finalidade de destravar o investimento em projetos e de elevar a oferta de infraestrutura viária e de serviços da





## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

qual o Estado necessita para que haja uma redução nas desigualdades regionais e na atração e formação de redes de negócios no Tocantins

Implantar o Plano Estadual de Logística e Transporte - PELT, que diagnosticou as deficiências e gargalos do sistema logístico estadual e, a partir disso, definiu cenários futuros e estratégias de intervenção pública e privada voltadas à articulação física do Estado e à reorganização das suas cadeias logísticas. A meta é alcançar o equilíbrio entre os diferentes modais de transporte: rodoviário, ferroviário, hidroviário e aeroviário. O PELT-TO orientará o desenvolvimento logístico do estado e, principalmente, internalizará ferramentas de planejamento adequadas para a implementação de um sistema de planejamento dinâmico e perene. Assim, o estudo propiciará o diagnóstico de demandas e o redirecionamento constante de políticas, tornando permanente o planejamento do sistema logístico estadual.

No Tocantins, tais desafios passam primeiramente pela manutenção, reconstrução, duplicação e pavimentação de trechos da extensa malha rodoviária tocantinense, composta de 13 mil km de rodovias dos quais, 5.806 mil km são pavimentados, segundo dados da Agência Tocantinense de Transportes e Obras, responsável pelo setor de transporte do Estado.

A principal rodovia é a BR-153, que atravessa toda extensão do Estado. Esse importante corredor de escoamento da produção ainda não se encontra duplicado, gerando entraves à produção e ao setor de transportes. A duplicação dessa importante rodovia que liga o eixo sul ao eixo norte do Brasil, de grande movimentação, é um grande desafio a ser perseguido. Soja, sorgo, etanol, carnes, milho e leite são alguns exemplos dos produtos escoados pelo corredor da BR-153.

A melhoria dos demais corredores de escoamento da produção tocantinense é a ligação asfáltica de todas as sedes de municípios, atualmente faltam menos de dez cidades, e configura outro importante desafio a ser vencido no campo do transporte rodoviário, além da melhoria nas estradas vicinais, melhoria nas rodovias estaduais pavimentadas, pavimentação das rodovias estaduais não pavimentadas, construção e reforma das obras de artes especiais existentes.

O Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável - PDRIS, trouxe ao Estado benefícios de melhorias nas estradas vicinais de 72 municípios localizados nas regiões centro-oeste, sudoeste e noroeste, proporcionando mais segurança e conforto, além de colaborar com o escoamento da produção e transporte seguro. Foi possível, ainda com a parceria com o Banco Mundial, por meio deste projeto, pavimentar aproximadamente 30 km de rodovias no trecho que liga Chapada



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

de Areia ao município de Paraíso do Tocantins TO-444/447; atualmente está em pavimentação o trecho que liga a cidade de Palmeirópolis à divisa com o Estado de Goiás (26,25 km de pavimentação), contribuindo para o desenvolvimento e a geração de emprego e renda aos moradores dessas regiões.

Por meio de contrato de restauração e manutenção - CREMA, cerca de 3.208,69 km de projetos e aproximadamente 2.000 km de realização de serviços de restauração, manutenção, conservação em diversos trechos das rodovias estaduais pavimentadas, indicados como de maior necessidade e de grande fluxo de transportes de cargas e pessoas, receberam benefícios como a recuperação e a conservação dessas rodovias, e contribuirá para melhorias da competitividade e da integração regional, promovendo a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. O projeto, ainda em execução, fomenta a eficácia do transporte rodoviário e dos serviços públicos, apoiando o desenvolvimento integrado e territorialmente equilibrado do Estado. Cabe salientar ainda que o governo pavimentou, no último quadriênio, aproximadamente 99,77 km com serviços de terraplenagem e pavimentação nas rodovias estaduais não pavimentadas. Também são relevantes as manutenções e conservações realizadas em todas as rodovias estaduais (pavimentadas e não pavimentadas), somando-se um total de 13.000 km de serviços de patrolamento, encascalhamento, recuperação de erosão, recuperação de cortes e aterros, recuperação de sinalizações, operação de tapa-buracos, roçagem nas faixas de domínio, etc. nas estradas estaduais pavimentadas e não pavimentadas.

Mediante parceria com os diversos municípios e o Governo Federal, realizou-se ainda, nos últimos quatro anos, a pavimentação com serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação urbana e execução de meios-fios, calçadas, sinalização e outros serviços em aproximadamente 524.594 m<sup>2</sup> de pavimentação urbana.

Configura-se como desafio ainda, a construção e reformas das obras de artes especiais, para que não se tornem obsoletas. O maior entrave no momento é a Ponte de Porto Nacional, que já possui projetos para a construção de uma nova ponte, aguardando a liberação de financiamentos federais, para que seja realizada a obra, motivo pelo qual o Governo do Estado está buscando constantemente se enquadrar no equilíbrio fiscal.

A gestão também está comprometida em melhorar a segurança nas rodovias, por meio da realização de operações de fiscalização, policiamento, controle e monitoramento do transporte coletivo intermunicipal, interestadual, veículos fretados





## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

e trânsito nas rodovias estaduais e federais delegadas, promovendo desta forma a segurança e educação para o trânsito.

### **III - Irrigação e Usos Múltiplos**

O principal desafio do setor rural, em específico, do setor público, na área de irrigação, é o crescimento sustentável aliado à rentabilidade e possibilidade de manutenção da área produtiva, proporcionando ao pequeno irrigante qualificado e ao empresário rural, condições de manter e ampliar a área produtiva irrigada no Estado do Tocantins, através do uso racional do solo e da água.

Os perímetros públicos de irrigação do Estado do Tocantins são obras e empreendimentos financiados junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR e organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, que objetivam a ampliação de áreas irrigadas e a aplicação de tecnologia no campo, através dos diversos métodos de irrigação disponíveis que, somada às características de solo, clima e disponibilidade hídrica do território tocantinense, tornam o nosso Estado uma referência em agricultura e pecuária.

Os principais empreendimentos públicos de irrigação são:

- Projeto Rio Manuel Alves

Localizado nos municípios de Porto Alegre do Tocantins e Dianópolis, possui uma área total de 3.792 hectares e que já opera cerca de 900 hectares com a produção de banana, abacaxi, manga, pinha e coco, beneficiando em 101 lotes. Há previsão para ser incrementado ao processo produtivo a partir de 2019, uma área de 1.500 hectares.

No ano de 2019 estão sendo concluídas as obras de drenagem complementar, a construção do centro administrativo do Distrito de Irrigação, a cerca do perímetro do projeto, além da realização da licitação do pórtico de entrada e outras obras que beneficiam os irrigantes, através da aplicação de recursos financeiros federais já disponíveis.

- Projeto Rio Formoso

Esse é um empreendimento de grande importância econômica para o Estado, com cerca de 27.787 hectares de área produtiva na região Sudoeste, no



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

município de Formoso do Araguaia. É destaque na produção de arroz, soja e melancia. Diante desse potencial, o Governo do Estado celebrou um Termo de Compromisso para revitalizar a infraestrutura de uso comum do empreendimento, em especial os barramentos Taboca, Calumbi I e Calumbi II, que necessitam de urgente reforma para que não haja riscos na integridade de sua estrutura.

- Projeto Polo de Fruticultura Irrigada São João

Localizado no município de Porto Nacional, se destaca com uma área total de aproximadamente 3.506 hectares e operando cerca de 1.200 hectares na produção de abacaxi, banana, coco, manga e outros. A previsão para a operação do empreendimento em 2019 pode chegar a 1.900 hectares.

Através de parceria entre o Governo do Estado e o Banco Mundial, a infraestrutura de bombeamento está sendo recuperada para que haja condições plenas de operação no empreendimento, além da capacitação dos irrigantes na comercialização de seus produtos e a Gestão Integrada no processo de operação do projeto.

- Projeto Gurita

Localizado no município de Itapiratins, com uma área de cerca de 200 hectares em operação, para a produção de frutas através de uma concessão por um período pré-estabelecido. No ano de 2019, está prevista a avaliação da empresa quanto ao cumprimento das regras estabelecidas no edital e no contrato, visando beneficiar parte da população rural que está próxima ao empreendimento.

- Projeto Hidroagrícola Sampaio

Possibilitando o benefício direto dos municípios de Sampaio, Carrasco Bonito e Augustinópolis, o empreendimento pode levar ao Bico do Papagaio uma ferramenta de trabalho adicional para a região de menor índice de desenvolvimento humano -IDH no Estado.

O governo do Estado, com o apoio do Governo Federal, está atuando para concluir as obras civis e fazer com que o projeto alcance o objetivo conveniado, que é a produção em uma área agrícola de aproximadamente 1.000 hectares, com fruticultura e grãos, além de pastagem irrigada para ampliação da bacia leiteira, que se tornou uma possibilidade na região.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

#### **IV - Desenvolvimento da Rede de Cidades**

A rede de cidades é um conjunto articulado de cidades e grandes centros urbanos, que se integram em escalas regional e local por meio de fluxos de serviços, mercadorias, capitais, ofertas de serviços, mobilidade urbana, informações, fornecimentos de equipamentos públicos e recursos humanos. Essa rede estrutura-se por meio de uma hierarquia, em que as cidades menores costumam ser relativamente dependentes das cidades maiores e economicamente mais desenvolvidas. O grau de integração de uma dada rede urbana de um Estado é um indicativo de seu nível de desenvolvimento.

Neste contexto, é desafio do Governo do Estado apoiar a integração das políticas públicas e intervenções setoriais aos planos diretores municipais e planos regionais, fomentando o adequado desenvolvimento territorial; fortalecer a rede de integração de cidades e estimular os arranjos intermunicipais para a gestão de funções públicas de interesse comum; promover ações do desenvolvimento urbano integradas em todas as suas dimensões, tendo como base uma estrutura de gestão a ser implementada de forma descentralizada e participativa.

Cabe salientar a importância da integração do eixo com as três esferas de governo, de modo que suas propostas sigam, em linhas gerais, o que define o Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU, que tem como objetivo central a “implantação dos instrumentos fundiários do Estatuto da Cidade, por meio da capacitação e da informação ampla às gestões municipais; fomentar ainda o desenvolvimento municipal, através de investimento em equipamentos públicos, visando à melhoria da qualidade de vida da população; fortalecer a política estadual de habitação de interesse social, por meio da diversificação de estratégias, visando à redução do déficit habitacional quantitativo e qualitativo no Estado.

Neste último quadriênio a Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação - SEINF entregou, aproximadamente, 1.489 das 10.987 habitações de interesse social previstas e inseridas nos programas “Pró-Moradia” e “Minha Casa, Minha Vida”. Está muito aquém da capacidade do Estado de realizar novas entregas de Habitação de Interesse Social - HIS visando reduzir o déficit habitacional e viabilizar o acesso à habitação para a população de baixa renda, melhorando os níveis de pobreza e as condições de vida desta faixa de população.

O Governo do Estado trabalha com afinco e muita transparência por uma política habitacional municipalista, estreitando as relações com as prefeituras para a celebração de convênios e elaboração e implementação da política estadual de



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

habitação, utilizando o SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, mediante os diversos programas habitacionais existentes.

### 2.2.3.6. Gestão pública, participação social e dialogo federativo.

#### I – Planejamento

Para lidar com um contexto que combina, por um lado, oportunidades decorrentes das potencialidades de um território privilegiado e, ao mesmo tempo, adversidades motivadas pelo agravamento das condições sociais da população, o Governo do Estado do Tocantins optou pela adoção de um novo modelo de Governança Pública baseado num enfoque dual a partir da adoção de medidas emergenciais de curto prazo para mitigar os efeitos da crise fiscal e de medidas estruturantes voltadas para a construção de um projeto de futuro para o Estado orientado para a criação de valor público sustentável. Neste sentido, um dos pilares deste novo modelo é o fortalecimento da cultura de gestão estratégica para resultados que destaca o planejamento como elemento central.

Para isso, estão sendo desenvolvidas iniciativas em três frentes:

- Uma nova **Agenda de Desenvolvimento** a partir do plano estratégico do Estado que coloca as bases para o desenvolvimento sustentável numa perspectiva de longo prazo, levando em consideração as demandas e expectativas dos diversos segmentos da sociedade tocaninense,
- O **fortalecimento das capacidades institucionais** a partir da contratualização de resultados definidos nos planos estratégicos para as secretarias estaduais alinhados com a Agenda Estratégica do Estado, e
- Um **novo planejamento de médio prazo** a partir da formulação do PPA 2020 – 2023 de forma harmônica com as iniciativas anteriores e, construído de forma regional e participativa, e com uma metodologia de fácil compreensão.

#### II – O novo modelo de Gestão – Gestão para Resultados:

Debate sobre o papel das instituições e a necessidade de seu fortalecimento para o alcance de objetivos de desenvolvimento não é novo. A Organização das Nações Unidas, por exemplo, desde os anos 70 inclui o tema do desenvolvimento institucional em suas estratégias de redução da pobreza no mundo.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

O desafio de promover transformações de qualquer natureza (nacional, regional, setorial) pressupõe:

- Definir claramente a situação desejada a partir dos principais resultados a alcançar;
- Conhecer, em profundidade, a situação atual, objeto de transformação, a partir da identificação das principais potencialidades e limitações; e
- Estabelecer um plano de intervenção incluindo a definição de ações e projetos que promovam a mudança da situação atual na direção da situação desejada.

Para isso, torna-se fundamental promover uma cultura de gestão orientada para resultados.

A gestão para resultados nada mais é do que um modelo de administração que foca no alcance de resultados governamentais previamente estabelecidos. Investir em tomadas de decisão mais eficazes e dar prioridade às ações relevantes para o alcance dos mesmos. Isso deve estar alinhado com o direcionamento dos investimentos necessários, em recursos financeiros e humanos.

Gerir resultados significa defini-los (a partir de um planejamento abrangente), alcançá-los (a partir do fortalecimento da capacidade de implementação), e monitorá-los e avaliá-los (a partir de “controles”, acompanhamentos e ajustes decorrentes). Em outras palavras, trata-se, pois, de um conjunto de iniciativas que busca integrar distintas lógicas de geração de resultados em torno de três grandes elementos de um ciclo:

a. Construir uma **AGENDA ESTRATÉGICA**, assegurando foco, seletividade, coerência e legitimidade. Significa desenvolver no âmbito das organizações do Estado as capacidades de:

- Compreensão do Ambiente Institucional, que implica na gestão das expectativas das partes interessadas, na análise de tendências a partir de cenários exploratórios e identificação de impactos para o direcionamento do Estado (Oportunidades, Ameaças, Forças e Fraquezas);
- Estabelecimento do propósito, incluindo a definição da missão institucional, visão de futuro e valores com estratégia de publicização interna e externa;



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

- Definição de resultados, a partir do desdobramento da declaração de propósitos em objetivos (incluindo o estabelecimento de relação de causalidade), indicadores e metas; e

- Definição de esforços de implementação, incluindo a elaboração de um plano de ação para o alcance das metas.

b. Promover o **ALINHAMENTO DAS ESTRUTURAS IMPLEMENTADORAS**, visando fortalecer a capacidade de execução da Agenda. Significa desenvolver as capacidades de:

- Desdobramento da Agenda por meio da construção de uma matriz de contribuição incluindo todas as unidades implementadoras, incluindo parceiros;

- Pactuação interna, por meio da celebração de contratos de gestão e responsabilização por resultados para cada unidade administrativa e Pactuação externa, por meio da celebração de termos de parceria com outras entidades, órgãos governamentais, privados e do terceiro setor; e

- Alinhamento do modelo de gestão, que inclui otimização de processos, estruturas, aperfeiçoamento do sistema de gestão de pessoas, de informação, de finanças e outros.

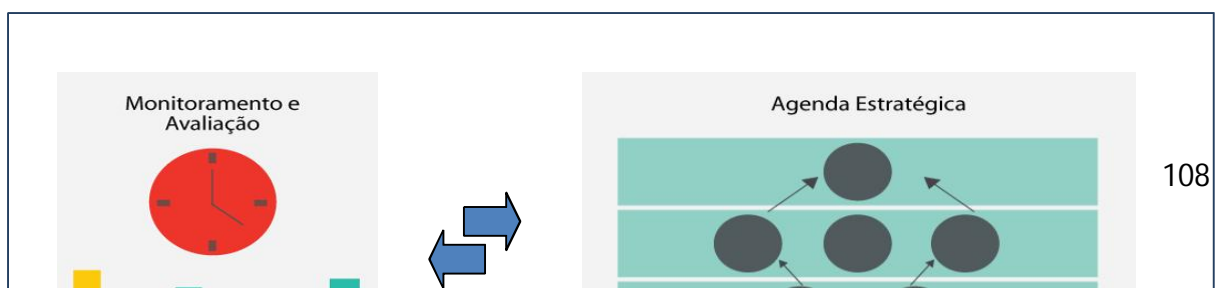
c. **MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**, gerando informações sobre o desempenho da Agenda e das unidades implementadoras para a correção de rumos e prestação de contas. Significa desenvolver no âmbito do Estado as capacidades de:

- Sistematização do processo de monitoramento e avaliação, que inclui definição de estrutura, procedimentos e sistema de comunicação;

- Prestação de contas, envolvendo a qualidade e celeridade na informação ao cidadão e demais partes interessadas; e

- Correção de rumos, que significa a adoção de forma tempestiva de medidas de ajustamento e apropriação das lições aprendidas.

**Figura. Ciclo de planejamento proposto**





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

### III - Equilíbrio das contas públicas

O Governo do Estado do Tocantins é encarregado de fornecer uma série de serviços públicos, especialmente aqueles que são considerados direitos de todos os cidadãos, como educação, saúde, justiça dentre outros. É de sua responsabilidade também o investimento em infraestrutura pública, que requer recursos para construir escolas, hospitais, creches, estradas, etc.

Para conseguir os recursos necessários para tanta obra e projeto, o governo conta com um sistema de arrecadação de impostos. Mas apenas isso não basta. É preciso também criar um ambiente favorável para os negócios, para atrair novos investidores que geram também mais impostos, empregos, aumento de renda da população e principalmente a dependência do poder público pelos cidadãos no que se refere à empregabilidade.

As consequentes crises econômicas que tivemos em espaços de tempo muito curto têm impactado governos estaduais em sua capacidade de fornecer serviços de sua responsabilidade, de investir em infraestrutura apropriada e consequentemente atrair novos investidores, obrigando-o a tomar decisões de austeridade fiscal que possam equilibrar as contas públicas do Estado.

A superação dos desafios para a construção do modelo de desenvolvimento que o Tocantins deseja exige mudança significativa na forma de atuação do Estado. O modelo que vem sendo utilizado ao longo dos anos exauriu a capacidade de investimento do estado e vincula todos os esforços tributários em compromissos com despesas de pessoal e custeio. Desta forma, o Estado tem que adotar, como já vem adotando, um conjunto de medidas, com o intuito de controlar os gastos e aumentar receita.

A ideia é continuar a garantir o “pulso firme” para que o estado equilibre suas contas e assim, tenha condições de realizar os investimentos necessários para proporcionar a sociedade os resultados esperados pela ação do governo.

O Governo do Tocantins vem implementando iniciativas de contenção de gastos em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e demais obrigações legais. Recentemente, uma das medidas adotadas foi a suspensão dos reajustes e progressões aos servidores públicos, mediante a edição da Lei 3.462, de 25 de abril de 2019, por um período de 24 meses. Tal medida colaborou para enquadramento do índice de pessoal conforme determina a LRF. Outro objetivo importante é o





## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

enquadramento da Capacidade de Pagamento - CAPAG. Conforme metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional, o Tocantins está classificado com CAPAG "C", impedindo-o, assim, de captar operações de crédito externa para promoção de novos investimentos.

Com a visão e o comprometimento de voltar a promover o desenvolvimento do Estado, o Governo adotou três medidas, relacionadas abaixo:

- a) Limitação do crescimento anual das despesas correntes à variação do IPCA ou à variação anual da receita corrente líquida, o que for menor;
- b) Eliminação das vinculações de receitas de impostos não previstas na Constituição Federal; e
- c) Adoção do princípio de unidade de tesouraria, com estabelecimento de condições para o recebimento e a movimentação dos recursos financeiros, inclusive a destinação dos saldos não utilizados quando do encerramento do exercício, conforme o art. 56 da Lei Federal 4.320/1964 e o Decreto 5.948, de 2 de maio de 2019.

### **IV - Nova estrutura administrativa regional**

O Planejamento Estratégico do Estado do Tocantins prevê a agregação de municípios segundo Eixos Regionais de Desenvolvimento, com características convergentes em termos tanto de demandas reprimidas como de potencialidades e oportunidades, agrupados por critérios de características socioeconômicas, demográficas, políticas, históricas e geográficas convergentes. Ressalta-se, no Planejamento Estratégico, a indicação de necessidade de revisão na estrutura da regionalização, com foco em políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico integrado, objetivando reforçar uma rede de infraestrutura de suporte social básico com objetivo de articular a promoção social com o desenvolvimento econômico.

A abordagem territorial revela-se um avanço para o planejamento público no Tocantins, pois, não apenas, notabiliza e considera toda a diversidade (cultural, ambiental, econômica e social) existente no Estado como também, estabelece um novo paradigma na gestão governamental, estabelecendo a participação social e o diálogo com as Instituições, como primordial em todo o ciclo de planejamento e gestão das políticas públicas.

O Governo adotará instrumentos que articulem as suas políticas públicas



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

com o desenvolvimento regional, promovendo uma maior aderência às distintas necessidades territoriais e Institucionais. Desta forma, a reorganização e estruturação administrativa do Estado do Tocantins se impõe, com intuito de verificar o descompasso entre os agrupamentos de municípios, denominados de regiões, escritórios e residências, adotados por determinados órgãos da administração direta e indireta e o agrupamento de municípios nominadas de “áreas-programa”, visando suprir o Estado com produtos técnicos aplicáveis ao planejamento e gestão das políticas públicas, promovendo a otimização dos recursos públicos.

É preciso que o Estado acentue as funções de coordenação e complementação de prestação de serviços quando houver ganhos de escala e maiores níveis de complexidade que se concentrem na estruturação, capacitação para operação e gestão de grandes sistemas e redes, como as de educação, segurança pública, assistência social, gestão ambiental, infraestrutura, assistência técnica e extensão rural, que fomentem e regulem a ação regionalizada, para criar formas alternativas de ação que façam convergir esforços, recursos e competências, a partir do apoio à consolidação de redes de cidades organizadas em torno de cidades-polo (hubs), para dar escala a conjuntos de pequenos municípios.

Apenas com políticas construídas a partir de robustas evidências e uma estratégia regionalizada e segmentada direcionada para as necessidades específicas de cada região e cada público é possível reduzir disparidades, otimizar esforços e recursos.

### **3. Dimensão Operacional**

A dimensão operacional visa gerar resultados a curto prazo e descreve as ações, projetos e atividades a serem realizadas pelos órgãos setoriais, indispensáveis para o alcance dos objetivos do governo definidos na dimensão tática.

O plano operacional identifica responsabilidades, atividades, recursos, tarefas e define responsáveis, relaciona-se com o desempenho da ação governamental no nível da eficiência e é especialmente tratada no Orçamento. Busca a otimização na aplicação dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues.